

TVR
N.º 276, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 293/2021
OF 533/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 22 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024630/2014-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 03.100.760/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26682/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6642, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



PORTARIA Nº 6642/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000350/1999-61 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 27/12/2018, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3717352** e o código CRC **DB040F41**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40554/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.024630/2014-04.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769390** e o código CRC **7262608E**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.024630/2014-04
Interessado:	Associação de Amigos do Município de Nova Guarita
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.100.760/0001-69
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MT
Localidade:	Nova Guarita
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 17/01/2019, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3769787** e o código CRC **203A4F40**.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

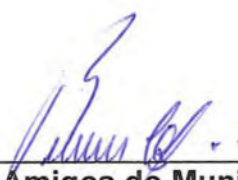
SEI nº 3769787

Z u 1A

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

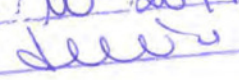
A ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, inscrita no CNPJ nº 03.100.760/0001-69, com sede na Avenida dos Imigrantes s/nº, na cidade de NOVA GUARITA, Estado do Mato Grosso, CEP 78.508-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 140, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2002 e Decreto Legislativo nº 974, publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2004, vem, respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Nova Guarita, MT, 14 de outubro de 2014.



Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita

Nome do Presidente da Associação: RUBEM GRUNEVALD
CPF: 223.016.230-68

RECEBIDO
Em 23/10/2014 horas


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.100.760/0001-69
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
20/04/1999

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
AV DOS MIGRANTES

NÚMERO
SN COMPLEMENTO

CEP
78.508-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
NOVA GUARITA

UF
MT

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/04/2007

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **08/10/2014** às **10:18:28** (data e hora de Brasília).

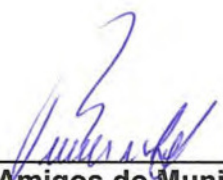
Página: 1/1

[Voltar](#)

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, RUBEM GRUNEVALD, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA**, com sede na Avenida dos Imigrantes s/nº, na cidade de NOVA GUARITA, Estado do Mato Grosso, CEP 78.508-000, declaro que a emissora de radiodifusão comunitária encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Nova Guarita, MT, 14 de outubro de 2014.

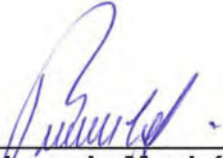


Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita
Rubem Grunevald
Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Nova Guarita, MT, 14 de outubro de 2014.



Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita
Rubem Grunevald
Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL

3001715519

NOME RUBEM GRUNEVALD

FILIAÇÃO
ERALDO GRUNEVALD
IDALINA LAMMEL GRUNEVALD

NATURALIDADE TENENTE PORTELA RS

DATA DO NASCIMENTO 10/12/1954

PORTO ALEGRE-RS 10/03/75

DIRETOR DO I.P.

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CEBULA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Rubem Grunevald

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO 10.12.54

INSCRIÇÃO NO CPF 223 016 230 68

CONTRIBUINTE

RUBEM GRUNEVALD

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS
Edelmiro Pedroso Goulart
Tabelião
Nova Guarita - MT
AUTENTICAÇÃO

Confere com original que me foi
apresentado. Dou fé.

Nova Guarita 14 de 02 de 02
Em Test.º



ESTATUTO

DA ASSOCIAÇÃO

DE AMIGOS

DO MUNICÍPIO DE

NOVA GUARITA

Pode Judiciário do Estado de MT - Ato de Notas e de Registro
Cód. do Cartório: 056 - Selo de Controle Digital: Cód do Ato: 06
Serviço Notarial e Registral Nova Guarita/MT - Tel: (66) 3574-1411
www.tjmt.jus.br/selos

AUTENTICAÇÃO
R\$ 2.500,00

☐ JANE MARIA GOULART - TABELIA
☒ ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAMENTADA
A PRESENTE FOTOCÓPIA CONFERE COM A ORIGINAL APRESENTADO.
Nova Guarita: 06 OUT 2014

ND
Comarc
For
Av. dos M

ESTATUTO



ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

CAPITULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS E DURAÇÃO



Artigo 1 - Sob denominação de Associação de Amigos do Município de Nova Guarita do Estado de Mato Grosso, fica constituída uma Associação, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Artigo 2 - A sede da Associação à Av. do Imigrantes, S/N., centro, na cidade de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso.

Artigo 3 - A Associação terá como finalidade de promover, as seguintes ações junto a comunidade.

- I - Preferências na divulgação de cunho artístico, culturais e educativos e informativos de benefícios do desenvolvimento geral da comunidade.
- II - Promover o respeito dos valores éticos sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade.
- III - Incutir no seio da comunidade a não discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-ideológico- partidárias e condições sociais nas relações comunitárias.
- IV - Promover palestras sobre assuntos ligados a sociedade como: relações humanas, urbanismo, meio ambiente, doenças infecto- contagiosas, agricultura, educação, transporte, desenvolvimento, industrialização e etc.
- V - Buscar mecanismo para divulgação, via rádio - fusão comunitária, das ações desenvolvidas pela Associação.

Artigo 4 - A duração da Associação é por prazo indeterminado.

CAPITULO II - DOS SÓCIOS

Artigo 5 - São considerados sócios, todos aqueles sem impedimentos legais e forem admitidos como tais, mediante o preenchimento de ficha de inscrição, que sejam aprovados, e mantenham em dia as suas contribuições mensais estipuladas pela assembléia geral e que mantenham fiel obediências a este estatuto e das deliberações da Associação.

Artigo 6 - Somente terão direito a votos na assembléia os associados que estiverem em dia com as normas estabelecidas neste Estatuto.



Artigo 7 - É vedado o voto por procuração.

Artigo 8 - Os membros da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 9 - Para ser sócio desta Associação, o pretendente terá que estar há mais de um ano na jurisdição do município de Nova Guarita.

CAPITULO III – DA DIRETORIA

Artigo 10 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita , pelo Conselho Deliberativo, por um período de dois anos podendo ser reeleita por igual período.

Artigo 11 - A Diretoria Executiva será assim constituída, Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, Primeiro Diretor Secretário, Segundo Diretor Secretário, Primeiro Diretor Tesoureiro , Segundo Diretor Tesoureiro e Diretor do Patrimônio.

Artigo 12 – São atribuições do Diretor Presidente:

- 1 – Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria Executiva;
- 2 – Convocar os membros que compõem a Diretoria Executiva para suas reuniões rotineiras;
- 3 – Responder diretamente por todas as ações da entidade, obedecendo, é claro, as prerrogativas preconizadas neste estatuto.
- 4 – Assinar, juntamente com o Diretor Tesoureiro os cheques emitidos pela Associação

Artigo 13 - Ao Diretor Vice- Presidente compete substituir o Presidente nos seus impedimentos.

Artigo 14 - Ao Primeiro Diretor Secretário compete lavrar as atas das reuniões bem como cuidar dos trabalhos de correspondências da Associação.

Artigo 15 – Ao Segundo Diretor Secretário compete substituir o Primeiro Secretário nos seus impedimentos, além de cumprir as atribuições inseridas ao Primeiro Secretário.

Artigo 16 - Ao Primeiro Diretor Tesoureiro compete coordenar todas as atividades relacionadas a assuntos financeiros, assinar cheques em conjunto com o Presidente, bem como encarregar-se dos balanços da entidade.

Artigo 17 - Ao Segundo Diretor Tesoureiro compete substituir o Primeiro Diretor Tesoureiro nos seus afastamentos e impedimentos, além de cumprir todas as atribuições imanas ao primeiro Diretor Tesoureiro.



Artigo 18 - Ao Diretor de Patrimônio compete cuidar pelo patrimônio da Associação responsabilizando-se por sua manutenção e zelo.

Artigo 19 - Caberá ao Diretor Presidente isoladamente ou em conjunto com o Primeiro Diretor Tesoureiro representar a Associação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Artigo 20 - Nenhum membro da Diretoria Executiva será remunerado.

CAPITULO IV - DO CONSELHO DELIBERATIVO.

Artigo 21 - O Conselho Deliberativo compor-se-á de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, desde que a eleição ocorra em consonância com eleição da Diretoria Executiva.

Artigo 22 - O Conselho Deliberativo tem as seguintes atribuições e poderes:

- 1 - Baixar edital para eleição da Diretoria Executiva da Associação, nos termos do Capítulo III deste Estatuto;
- 2 - Reunir-se ordinariamente a cada trimestre para examinar os desempenhos da Diretoria Executiva em gestão;
- 3 - Elaborar, preliminarmente projetos de reformas no estatuto além de outras mudanças necessárias ao bom funcionamento desta entidade.

Artigo 23 - O Conselho Deliberativo elegerá, entre seus membros, por maioria absoluta de votos, um Presidente e um Relator, para dirigir os trabalhos em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 24 - Os membros do Conselho Deliberativo desempenharão suas funções e atribuições sem remunerações.

CAPITULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 25 - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos e igual número de suplentes, associados, eleitos no mesmo período da Diretoria Executiva.

Artigo 26 - Os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes exercerão seus cargos concomitantemente com o período da Diretoria Executiva, podendo, é claro serem reeleitos por igual período.

Artigo 27 - O Conselho Fiscal terá como atribuição a fiscalização das ações financeiras e contábeis da Associação.

Artigo 28 - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.



CAPITULO VI - DA ASSEMBLÉIA GERAL

- Artigo 29** - As Assembléias Gerais serão ordinárias e ocorrerão sempre no final do exercício anual, ou em caso de urgência poderá ser convocado extraordinariamente a qualquer momento, quando se tratar de assuntos relevantes da Associação.
- Artigo 30** - As Assembléias Gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois dos sócios presentes para servir de Secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da referida Assembléia.

CAPITULO VII - DO PATRIMÔNIO

- Artigo 31** - O Patrimônio Social será constituído das contribuições de seus sócios, doações, subvenções, convênios e legados.
- Artigo 32** - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou permuta dos bens patrimoniais da Associação somente poderá decidida por aprovação da maioria absoluta de seus sócios em assembléia geral extraordinária, convocada especialmente para tal fim.

CAPITULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

- Artigo 33** - O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em primeiro de janeiro cujo término dar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano.
- Artigo 34** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará, com base na escrituração contábil da Associação um balanço patrimonial e um demonstrativo do resultado do exercício, acompanhado das origens e aplicações de recursos.

CAPITULO IX - DA LIQUIDAÇÃO

- Artigo 35** - A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos sócios, em qualquer tempo, desde que seja convocada através de assembléia geral extraordinária para tratar de tal assunto, podendo ainda ser extinta por determinação legal.
- Artigo 36** - No caso de extinção, competirá a assembléia geral e extraordinária, estabelecer o modo de liquidação.
- Artigo 37** - Extinta a Associação, seus bens serão doados a uma instituição congênere, ou a quem a assembléia geral determinar.

CAPITULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Artigo 38** - O Estatuto desta Associação poderá ser reformulado, desde que seja a vontade da maioria de seus associados.

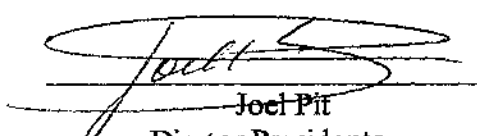
05




Artigo 39 - Os casos omissos serão resolvidos pela maioria dos associados, convocados para tal fim, com antecedência no mínimo de cinco dias.

Artigo 40 - Fica eleito o foro desta Comarca para dirimir qualquer dúvida que possa ocorrer, relacionado a este Estatuto.

Nova Guarita/MT, 07 de abril de 1.999.


Joel Pitt
Diretor Presidente


Claudio Roberto Foguesatto
Primeiro Diretor Secretário

Cartório Nova
Guarita/MT
22.04.99
110



CARTÓRIO 2º OFÍCIO CIVIL E NOTAS

Registro ata e estatuto

Apresentante Ass. de amigos

Protocolo nº 528 Arg. 07/99

Registro nº 175 Lv 006-A

Em test. () da verdade.

COLIDER-MT 14 / 04 / 99


José Antonio Paço
Registrador Substituto

VITAL
REAL
M
MT

02

Pode Judiciário do Estado de MT - Ato de Notas e de Registro
Cód. do Cartório: 056 - R\$ 2,37
AUTENTICAÇÃO
Serviço Notarial e Registral Nova Guarani/MT - TABELIA
JANE MARIA GOULART - ESC. JURAMENTADA
ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAMENTADA
A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO.
R\$ OUT. 214

Ata N° 02 - 2014

Aos sete dias do mês de Abril do presente ano de dois mil e quatorze (2014) donde iniciou a reunião convocada sob esta ata da associação dos amigos de Nova Guarani - MT, radio marquês (87,3).
Presidente em exercício srº Rubem Grunwald e demais sócios para
se reuniram-se para tratar do assunto referente a eleição de
uma diretoria do biênio dos mil e quatorze a dois mil e de
zois em seguida o Srº Presidente em exercício dandose a seguinte
ordem de trabalhos para elaborar a nova diretoria. Sendo assim
dadas as seguintes nomeações: Presidente: Rubem Grunwald; Vice-
presidente: Hilton Valentin; 1ª Secretária: Maria Aparecida Lima To-
nari; 2ª Secretária: Rogério Guitzer Noll; 1º Tesoureiro: Volmir Ja-
de Sapariti; 2º Tesoureiro: Milton Bozinski; 1ª Diretora de relações
públicas: Isabel Giamelli; 2ª Diretora de relações: Maria Bremer;
Diretor Cultural de comunicações sociais: Elora de Souza Sabatin
e Diretor Cultural de comunicações sociais: Augusto Vieira Lopes
Diretor de patrimônio srº Zulmira Grunwald; pois apresentando a

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - FONE 66 3541 1281
Selo de Controle Digital **AKQ - 83724**
Código do ato: 107 **Valor Total R\$ 54,20**
 Colider-MT 06 de maio de 2014 **Cod. da Serventia: 52**
 Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos



CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Registro: ATA
Apresentante: ASS. DE J. N. G.
Protocolo nº: 463 ES: 02a 08 140
Registro nº: 3286 **Lv.** 25
Em 100% (25) de verdade

Colider-MT 06.05.2014

CRISTINA RODRIGUES ASSUNÇÃO
Escrevente Juramentada

chegou o Sr. Nullem Guimarães presidente em exercício da
 reunião sendo a mesma aprovada por unanimidade, para
 a ser a nova diretoria para o biênio de dois mil e quator-
 dos mil e dezessis. Não havendo nada mais a tratar e
 desta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião
 ficando esta ata lavrada e assinada por todos os presentes
 ditos: *Cherazqui Ruy* *Rogério F. Jacis Joe*
Cherazqui Ruy *Rogério F. Jacis Joe*
Cherazqui Ruy *Rogério F. Jacis Joe*

Pode Judiciário do Estado de MT - Ato de Notas e de Registro
 Cód. do Cartório 056 - RS
AUTENTICAÇÃO
 Serviço Notarial e Registral Nova Guarita - TABELA
☒ JANE MARIA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAMENTADA
☒ ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAMENTADA
 A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO.
 Nova Guarita: 10 OUT. 2014

e Judicial.
 d. do Cartório
 Serviço Notarial e Registral Nova Goulart
 JANE MARIA GOULART - TABELA
 ANA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAM.
 COPIA CONFERE COM A ORIGINAL
 OUT. 214

Ata nº 43-2014

Ata de posse do presidente e da diretoria do Radio Araguaia
Em 879, Assolução dos amigos de Vila Guatá-ur, aos sete dias de
mês de Abril do ano dos mil e quatrocentos, após eleita a nova dire-
toria da associação dos amigos do município de Vila Guatá-ur
radio Araguaia Comunitária fm 87,9 foram empossados o presidente
Sr. Eulêm Grunwald e vice-presidente Sr. Heitor Calistrin e todos os
demais membros da diretoria do biênio dos mil e quatrocentos (2014)
e dos mil e quinhentos (2015) que os mesmos se comprometeram
a cumprir e fazer cumprir suas funções com lealdade para a qual foram
eleitos. Logo após havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião
determinando a mim Maria Aparecida Lima Tomaz, a Secretária que
levaria a ata a qual após lida e aprovada foi assinada por
mim e todos os presentes. *Muniz* *Clara* *ROGERIO FILI*
Clayton *Clara de Souza Balistrin*
Valter Jacob Soares *Melhor Priz nito Zuhumma*
Grunwald

Ata n° 04 - 2014

Ata de constituição do Conselho Comunitário da Associação de
Amigos do Município de Itaquara, Estado do Rio Grande do Sul.
As 10 horas do mês de Abril do ano de dois mil e quatorze.
Reuniram-se os membros da diretoria da Associação de Amigos do



CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE COLÍDER - MT
Travessa dos Parecis, nº 125 - Fone: (66) 3541-1281
Bel. Adão Ricardo de Freitas - Tabelião de Notas

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - FONE 66 3541 1281

Selo de Controle Digital

AKQ - 83725

Código do ato: 107

Valor Total R\$ 54,20

Colider-MT 06 de maio de 2014

Cod. da Servenla 52

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

CARTÓRIO 2º OFÍCIO
RUA 667, 554-1281

**COLIDER-MT**

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Phosphorus:

Agente: ASS. DE A. DE M. A. G.

Protocolle n° 464 FCS: 09 ARE: 032/055

Registru nr. 3287 Lv: 25

Esse test. () da verdade

CONFIDENTIAL 06, 05, 2014

CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS BEGATTI

Escritoriente duramente:

Ata N^o 02 - 2014

Aos sete dias do mês de Abril do corrente ano de dois mil e quatorze (2014) donde inicio a reunião quando est- esta lista da associação dos amigos de Nan Guineta - MT, radio mangueira (87,9). O presidente em exercício Sr. Rullem Grunwald e demais socios pres- to reuniram-se para tratar do assunto referente a eleição de nova diretoria do brenio dos mil e quatorze a dois mil e de- gressos em seguida o Sr. Presidente em exercício da associação que- desta chegou unida para compor a nova diretoria. Sendo assim- todos os seguintes nomes: Presidente: Rullem Grunwald; Vice- presidente: Hitler Valentin; 1ª Secretária: Maria Aparecida Lima To- mai; 2ª Secretária: Rógerio Gaitan Dill; 1º Tesoureiro: Valerija- ed- Lapatti; 2º Tesoureiro: Milton Bozinski; Diretora de serviços- Maria Isabel Giacomelli; 2ª Diretora de serviços: Maria Bremer; Diretor- Diretor de comunicação social: Flora de Souza Sabatin- Diretora de comunicação social: Oregueto Maria Lopes- Diretora de comunicação social: Zulmira Grunwald; para apresentado a-

CRITÉRIO 2º OFÍCIO DE COLÍDER - MT
Travessa dos Parecis, nº 125 - Fone: (66) 3541-1281
Bel. Adão Ricardo de Freitas - Tabelião de Notas

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Register: 57A

Agente: ASS. DE P. 10. G

Protocol no. 463 FLS: 022081

Registra n° 3286 Lv: 25

Um test. () da verdade

Collier-WT 06, 05, 20/4

CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS REGATTI
Escrevente Juramentada

Escrevendo Juramentada

chega o Sr. Rullem Gusmano presidente em exercício e depois - a em
notação sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando
a ser a nova diretoria para o biênio de dois mil e quatorze a
dois mil e quizes. Não havendo nada mais a tratar e pre-
sidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
Ficando esta ata lavrada e assinada por todos os presentes.

Diretor Rullem Gusmano *Rullem Gusmano* *R. Gusmano* Secretário F. de
Oliveira *F. de Oliveira* *F. de Oliveira* Juiz Balistrin *Balistrin* *Balistrin* J. de
S. J. *J. de S. J.* Milton *Milton* *Milton* Zuhm *Zuhm* *Zuhm* *Zuhm*

AUTENTICAÇÃO

Serviço Notarial e Registral Nova Guarita/MT - Tel: (66) 3574-1411

☐ JANE MARIA GOULFRT - TABELIA

☐ ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. JURAMENTADA

A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM A ORIGINAL APRESENTADO.

Ata N° 05 - 2014

Ata de constituição do Conselho Amigo do município de Nova Guarita, Radio Alegria fm 87,9.
Ao longo dos dias do mês de setembro do ano de dois mil e
quatorze, reuniram-se os membros da diretoria da associação
de amigos do município de Nova Guarita e representantes de enti-
dades da comunidade local para deliberação e constituição do
Conselho Comunitário, após a abertura o Sr. presidente solicitou
a Sr. Secretária Maria Aparecida Lima Tomaz, que elaborasse a ata
e em seguida abriu espaço para manifestações dos presentes, após ma-
nifestações o Sr. presidente, Ruelm Genuardi solicitou aos membros da
diretoria se concordassem com as entidades convidadas para a
formação do Conselho Comunitário. Todos concordaram com unani-
midade, logo em seguida o presidente declarou constituído o
Conselho Comunitário que ficou assim representado: Associação
Comercial e Industrial de Nova Guarita: Antonio Carlos Borges Rodrigues,
CPF: 811693.291-87; Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-
nais: Maria Maria Barbieri, CPF: 425.816.728-00; Conselho administra-
tivo econômico parquial: Edson Gonzaga Ribeiro, CPF: 658 919.588-04;
Associação dos aposentados e pensionistas do município de Nova
Guarita - MT (APP) em tempo: Guido Roth, CPF: 081.738.340-81; Lions
Club: Nemeij Candido Marmo, CPF: 007.120.721-01. Nada mais
havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e en-
terrou a reunião ficando esta ata lavrada, a qual após leitura
aprovada e assinada por todos os presentes. *Assinado*
Clara de Souza Balestrin ROGÉRIO FAZECER PILLZELMIA Genuardi
Moria Op. O. LOPES TOMOSI *Assinado*
Metter Prognis K. Expedito Perenio Lopes. HGitor Bale-
reira Maria Barbieri ANTONIO CARLOS BORGES RODRIGUES
Edson Gonzaga Ribeiro Nemeij Candido Marmo Guido

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

Reg. N° 109

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte 07 de 10 de 2014

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

ATO DE NOTAS E REGISTROS

Cod. Ato(s): 107

AMQ 54536

R\$ 54,20

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

Aos 05 dias do mês de Setembro do ano de 2014, às 19:00 Horas, na Cidade de Nova Guarita (MT), reuniu-se o Conselho Comunitário da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita, constituído da seguinte maneira:

- ✓ Associação Comercial e Industrial de Nova Guarita;
- ✓ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;
- ✓ Conselho Administrativo Econômico Paroquial;
- ✓ Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita;
- ✓ LIONS CLUB;

O objetivo da Reunião foi examinar a grade de programação da emissora.

O presidente fez a leitura da grade de programação e colocou a palavra à disposição dos presentes para avaliação e manifestações. Todos aprovaram a grade de programação na íntegra e se manifestaram dizendo que a mesma atende as necessidades e os interesses da comunidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 21:00 Horas.



Rubem Grunevald

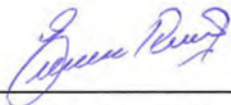
Presidente da Associação dos Amigos
do Município de Nova Guarita
CPF: 223.016.230-68



Antonio Carlos Borges Rodrigues
Presidente da Associação Comercial
e Industrial de Nova Guarita
CPF: 811.693.291-87



Neiva Maria Barbieri
Presidente da Associação de
Pais e Amigos dos Excepcionais
CPF: 425.816.729-00

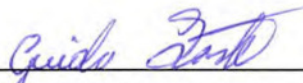


Edson Gonzaga Ribeiro

Presidente do Conselho

Econômico Paroquial

CPF: 659.919.589-04



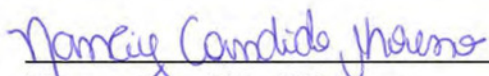
Guido Zarth

Presidente da Associação dos

Aposentados e Pensionistas do

Município de Nova Guarita

CPF: 081.738.340-91



Nancy Candido Moreno

Presidente do Lions Club

CPF: 007.120.721-01

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
RÁDIO ARAGUAIA - Frequência 87,9 FM

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA-MT		
NOVA GUARITA-MT Frequência 87,9 FM RADIO ARAGUAIA		
SEGUNDA A SEXTA		
Hora	Programa	
05:00 as 6:30	PROGRAMA AMANHEÇER DO SERTÃO	Musicas Sertanejas Raiz e Atual
06:30 as 07:30	PROGRAMA CHAMADA GERAL	Noticias
07:30 as 09:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL	Musicas de Todos os Ritmos e Horóscopo
9:00 as 10:00	PROGRAMA EXPERIÊNCIA DE DEUS	Programa Igreja Católica ao Vivo da Rádio 1060 de Curitiba
10:00 as 12:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL	Tocando Todos os Ritmos, Mensagens de Reflexão e Noticias Regionais
12:00 as 13:15	JORNAL MT NO AR ,PROSA RURAL E AGÊNCIA DO RADIO	Noticias
13:15 as 17:30	PROGRAMA SHOW DA TARDE	Tocando Todos os Ritmos
17:30 as 17:45	SEQUENCIA PROGRAMADA	Sem Locutor
17:45 as 18:00	PROGRAMA DA AVE MARIA	Oração e Reflexão da Palavra de Cristo
18:00 as 19:00	A VOZ DO BRASIL	Noticias
19:00 as 22:00	PROGRAMA BOA NOITE CIDADE	Tocando Todos os Ritmos



Rubem Grunevald

Presidente

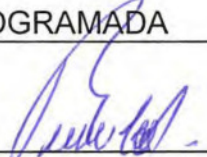
CPF: 223.016.230-68

Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, Nova Guarita (MT), CEP: 78.508-000
Fone: (66) 3574-1250

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

RÁDIO ARAGUAIA - Frequência 87,9 FM

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA-MT		
NOVA GUARITA-MT Frequência 87,9 FM RADIO ARAGUAIA		
SÁBADO		
Hora	Programa	
05:00 as 06:30	PROGRAMA AMANHEÇER DO SERTÃO	Tocando Musica Sertaneja Raiz e Atual
06:30 as 07:30	SEQUENCIA PROGRAMADA	Sem Locutor
07:30 as 08:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL ESPECIAL DE SABADO	Tocando Todos os Ritmos
08:00 as 08:30	PROGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL	Assuntos de Interesse da População
08:30 as 09:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL ESPECIAL DE SABADO	Tocando Todos os Ritmos
09:00 as 10:00	PROGRAMA EXPERIENCIA DE DEUS	Programa da Igreja Católica ao Vivo da Rádio 1060 de Curitiba
10:00 as 12:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL ESPECIAL DE SABADO	Tocando Todos os Ritmos e Horóscopo
12:00 as 13:30	PROGRAMA ALÔ MT	Transmissão de Notícias e Musicas de Músicos do Estado
13:30 as 16:00	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA COM ESPAÇO PARA VARIAS IGREJAS	Musicas Gospel, Orações e Reflexões
16:00 as 19:00	ESPAÇO ABERTO PARA DEMONSTRAÇÃO DE MUSICOS LOCAIS	Todos os Ritmos
19:00 as 22:00	SEQUENCIA PROGRAMADA	Sem Locutor



Rubem Grunevald
Presidente
CPF: 223.016.230-68

Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, Nova Guarita (MT), CEP: 78.508-000
Fone: 66 3574-1250

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA
GUARITA**

RÁDIO ARAGUAIA - Frequência 87,9 FM

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA-MT		
NOVA GUARITA-MT Frequência 87,9 FM RADIO ARAGUAIA		
DOMINGO		
Hora	Programa	
05:00 as 08:00	PROGRAMA AMANHEÇER DO SERTÃO	Musicas Sertanejas Raízes
08:00 as 09:00	MISSA IGREJA CATÓLICA	Transmissão ao Vivo
09:00 as 12:00	PROGRAMA MOMENTO NATIVO	Musicas Gauchesca e Bandas
12:00 as 17:30	ARAGUAIA CAMPEIRA	Modas de Viola e Sertaneja Raiz
17:30 as 22:00	SEQUENCIA PROGRAMADA	Sem Locutor



Rubem Grunevald
Presidente
CPF: 223.016.230-68

Avenida dos Migrantes, s/nº, centro, Nova Guarita (MT), CEP: 78.508-000
Fone: (66) 3574-1250



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
GILBERTO ZECHLINSKI JÚNIOR

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO >> Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ANANAS
CNPJ: 25.061.680/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:22:41 do dia 20/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.024630/2014-04**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 01 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 01/12/2014, às 13:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0264156** e o código CRC **93131426**.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ALPHÉU HAMANN PINHEIRO e NANCY DE MELLO PINHEIRO
FILIAÇÃO

BRASILEIRA
NACIONALIDADE

PORTO ALEGRE-RS
NATURAL DE

6010909262/SSP/RS
REGISTRO GERAL

13/07/1953
DATA NASC.

206.289.000-15
C.P.F.

01494/D
Nº CART. PROF.

16/11/1978
CART. EXP. EM

15/02/2005
DATA EXPEDICÃO

ENGENHEIRO ELETRÔNICO
TÍTULO PROFISSIONAL

JULIO CESAR DE MELLO PINHEIRO
NOME

CREA - MT
2ª Via

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nº 2792

DIPLOMADO EM 17/12/1977

ATRIBUIÇÕES ANOTADAS NA CARTEIRA PROFISSIONAL

DIPLOMADO PELO(A)

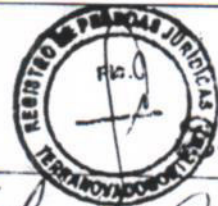
UNIV CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FE PÚBLICA (S 2º DO ART. 56 DA LEI Nº 5.194 DE 24/12/66 E LEI Nº 6.206 DE 07/06/1975)



Ata Nº 06 2015

Aos sete dias, 07 do mês de Abril de dois mil e quinze 2015 Reuniram-se nas dependências da Câmara de Vereadores de Nova Guarita, às Vinte Horas, os membros da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita. Radia Araguaia. FM 87.9 Para deliberarem, sobre os seguintes, Assuntos o Afastamento desta do Presidente, desta entidade Sr. Rubem Grunevold, CPF 223.016.230-68 Para Tratamento de Saúde e de mais Assuntos Particulares. Ficando Assim Proposto o Sr. Vice-Presidente Sr. Heitor Balestrin, CPF 371.064.309-00 Para Presidente desta Entidade, não havendo mais nada a tratar o Presidente encorreu o Preenhimento e Terminou a reunião Maria Aparecida Luna Tomozi 1ª secretária, que leu-se a Ata a qual após lida e aprovada por Todos Foi Assinada por mim e Todos os Presentes, Rubem Grunevold, CPF 223.016-230-68 HEITOR BALESTRIN: 371-064.309-00 João Jacob Lorenz 407.028.201-72 ROGERIO FRITZSCH DIEL CPF 840.028.751-34 Clara de Souza Balestrin C.P.F. 898.549.801-30 MARIA APARECIDA LUNA TOMOZI 1ª SECRETARIA CPF 675.391-04 Expedito Pereira Lopes, 44234-484-72

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s): 107

AOM 42719 R\$ 54,20
Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

Reg. Nº. 109-AV 01

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte, 28 de 04 de 2015

REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CONFERE COM O ORIGINAL
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
TERRA NOVA DO NORTE - MT

**2º Serviço Notarial e Registral
de Terra Nova do Norte/MT**

Avenida Norberto Schwantes, 999, centro, CEP 78.505-000
Fone: (66) 3534-1035 – Email: cartorionorte@gmail.com



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fe.
Terra Nova Norte 13 de novembro de 2015 14:01
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Cod. Ato: 06 Cod. Cartório: 122 Consulte www.tjmt.jus.br/selos
Selo Digital: ARC 97976 R\$ 2,40

Salete Catarina Santos e Silva
Salete Catarina Santos e Silva Escrevente Juramentada

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53900.024630/2014-04
Interessado: Associação dos Amigos de Nova Guarita
Assunto: Duplicação de documentos

Informo que os documentos 0893281 foram duplicados do processo nº 53900.069316/2015-23 (processo de alteração técnica), por se tratarem de documentos jurídicos, necessários à análise do presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Divisão**, em 22/12/2015, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0893283** e o código CRC **3E439242**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 20690/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita/MT**, por meio da Portaria nº 140, publicada no DOU de 28/02/2002, e Decreto Legislativo nº 974, publicado no DOU de 16/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 16/11/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme estabelecido no art. 131, Parágrafo 4º da Norma nº 1/2015. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 23/10/2014, ou seja, intempestivamente.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 19/08/2016, às 14:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/08/2016, às 15:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 23/08/2016, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 29/08/2016, às 10:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1297943** e o código CRC **8A7FA752**.

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53690.000350/1999 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA**, por meio da Portaria nº 140, publicada no Diário Oficial da União em 28 de Fevereiro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita/MT, em razão da apresentação intempestiva do pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00747/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024630/2014-04

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

ASSUNTO: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso.

II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.

III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.

IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Nota Técnica nº 20690/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1297943), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso.

I – DO RELATÓRIO

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 140, publicada no Diário Oficial da União de 28.02.2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 974, publicado no Diário Oficial da União de 16.11.2004, segundo a Nota Técnica nº 20690/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1297943).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 23.10.2014 (doc. nº 0204949), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida Nota Técnica nº 20690/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1297943) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos[1], **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações**[2]. (grifo nosso)

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 140 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 974, publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 16 de novembro de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 16 de outubro de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 23 de outubro de 2014, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 16.11.2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à Nota Técnica nº 20690/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1297943), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar **que encontra-se extinta desde o dia 17.11.2014 a** autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, por meio da Portaria nº (...)”.

III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.

Brasília, 15 de setembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024630201404 e da chave de acesso 9af52936

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11054245 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 15-09-2016 11:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 02057/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.024630/2014-04

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

ASSUNTOS: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA

1. Aprovo o **Parecer nº 00747/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Julio Cesar Ferreira Pereira.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900024630201404 e da chave de acesso 9af52936

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11065555 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 15-09-2016 13:47. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.

01250 031440/2017-86

ANEXO 5
MÓDELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

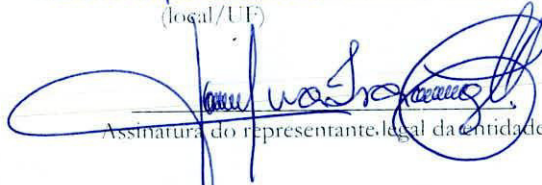
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

Qualificação da entidade	
Denominação:	Associação dos Amigos do município de Nova Guarita/MT
Nome Fantasia:	Radio Araguaia - Fm
CNPJ:	03.100.760/0001-69
Endereço de Sede:	Rua dos Jacarandás S/Nº
Bairro:	Centro
Cidade:	Nova Guarita
Nome do representante legal:	Maria Inel Cembionel Giacomelli
Endereço eletrônico (e-mail):	radioaraguaia@hotmail.com

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Nova Guarita MT, 23 de maio de 2017

(local/UF)


 Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência:	Rua dos Jacarandás S/Nº
Bairro:	Centro
Cidade:	Nova Guarita
CEP:	78508-000
UF:	MT

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

1 – Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL.
2 – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.
3 – Estatuto social atualizado.
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
5 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
6 – Último relatório do Conselho Comunitário.
7 – Declaração, assinada pelo representante legal da entidade interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
 Em 29/05/17 às 14:30 horas
 Assinatura: Ponça

31

DECLARAÇÃO

Eu **Maria Isabel Cembranel Giacomelli**, inscrita no RG nº 1812437-2 SSP/MT e portadora do CPF nº 758.596.539-72, residente e domiciliada a Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro em Nova Guarita, estado de Mato Grosso, representante legal da **Associação dos Amigos do município de Nova Guarita/MT – Radio Araguaia FM**, inscrita no CNPJ nº 03.100.760/0001-69, com sede a Rua dos Jacarandás, s/nº, centro, Nova Guarita-MT, DECLARO para os devidos fins que a emissora Radio Araguaia FM encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a ultima autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento em anexo.

Nova Guarita – MT, 22 de maio de 2017.



Maria Isabel Cembranel Giacomelli
Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA		Nº: 000004/2005-MT FLS: 001/001	
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO			
NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA - CNPJ: 03.100.760/0001-69		Nº DA EMISSÃO 50011927909	
Nº DA ESTAÇÃO 665645953	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 10S185400
		LONGITUDE S5W243600	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua dos Jacarandás 04 Quadra 04 Lote 04		DISTRITO NOVA GUARITA	
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO NOVA GUARITA	
		MT	
CIDADE DA OUTORGA : Nova Guarita/MT NOME FANTASIA : ***** FREQUÊNCIA : 87,9 MHz HORÁRIO : 06:00 a 22:00 - Dom. a Sáb. FUNCIONAMENTO : ZYL668 INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYL668 ESTÚDIO ENDEREÇO : Rua dos Jacarandás 04 CENTRO MUNICÍPIO : Nova Guarita TRANSMISSOR PRINCIPAL : JWSAT-IND.COM.EQ.ELETR. E RÁDIOFUSÃO LTDA EPP CÓDIGO : 0861030580 TRANSMISSOR AUXILIAR : ***** CÓDIGO : ***** ANTENA FABRICANTE : IDEAL IND & COM DE ANTENAS LTDA GANHO : 0.00 dBd DESCRIÇÃO : Plano terra com 5/8 de onda COTA BASE DA TORRE : ***** m		Número Processo : 53690003501999 CANAL : 200 RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM PERP. MÁXIMA : ***** W LOCALIDADE : Nova Guarita UF : MT MODELO : STR 25 POTÊNCIA : 25,000 W MODELO : ***** W POTÊNCIA : ***** W MODELO : PT - 5/8 POLARIZAÇÃO : Vertical ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m	
<p>A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIOFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.</p>			
IMPRESSA EM 04/07/2016			
APLICAÇÃO 03.100.760/0001-69 LICENÇA PROVISÓRIA DE ACORDO C. ART. NONO DEC. 98.066/83		Licenciada Em 01/03/2005	VÁLIDA ATÉ *****
VANDA JUGERTHA BONNA NOGUEIRA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA			



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 25613/2016/SEI-MCTIC

Ao(A) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita
Avenida dos Imigrantes, s/n - Centro
78508-000 - Nova Guarita/MT

Assunto: Encaminhamento de Licença para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária / Processo nº 53900.069316/2015-23.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos, anexa a este ofício, a **Licença Definitiva** para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita na localidade de **Nova Guarita/MT**.
2. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 15/07/2016, às 13:20, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1235130** e o código CRC **3665E794**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25613-2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.069316/2015-23 - Nº SEI: 1235130

Ata de Fundação.



Aos nove dias do mês de Abril do ano de 1916, reuniram-se no salão nobre da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, as seguintes pessoas: Joel Pit, Elias Santana Barroso, Milton PRZENISKA, José Emílio Rodrigues do Prado, Olimária Luiz Rodrigues do Prado, Eclido Balestun, Maria Isabel Maia comeli, Regina Santana Barroso, Sanei Faure Pit, Juliana Foguelato, Ivone PRZENISKA, Bermea Barroso Maia, Rosa PRZENISKA, Neli Herzman, Lívia de Costa, Maria Aparecida Lourenço, Gládis da Costa e Eric A. Mangolim, com o objetivo de fundarem uma Associação com finalidades e objetivos de manter no meio da comunidade o ambiente, viagens, recreação, a cultura, meio ambiente, infraestrutura, urbanismo, progresso e desenvolvimento alto sustentável, e etc... Em seguida o presidente da reunião em tela, o qual foi escolhido para o ato, pôs em votação a proposta dos pontos, suspensão da reunião por um prazo de 45 minutos para que os presentes discutissem a redação do estatuto bem como a formatação de chapa para nomear a eleição da diretoria executiva, conselho fiscal e conselho deliberativo. De acordo com o prazo estipulado, retomaram os trabalhos o presidente Joel Pit apresentou propostas estatutárias, a qual, foi após algumas importâncias, mais importantes e essenciais, foram devidamente constadas como mudanças, sendo,



desenvolvidos, por aclamação foi eleita a chapa apuradora, sim, no entanto, voto CONTRÁRIO. Tomaram posse nos seus cargos por um mandato de dois anos, os membros que compunham a chapa foi desori- ta anteriormente, da diretoria executiva, mem- bros titulares e seus suplentes, dos conselhos deli- berativos e financeiros. Em seguida o presidente da Associação Sr. Joel Pit. encerrou a reunião apen- bleia por não ter mais assuntos a serem discu- tidos e, em seu Emilio Rodrigues do Prado HAC DOC, para o ato, lavrei o presente ato que após lida e achada conforme vai den- damente animada por todos, logo após a promulgação do estatuto aprovado.

Estatuto da Associação dos Amigos do município de Nova Guarita - Capítulo I. Da Denominação, Re- de, Objetivos e Duração. Artigo 1.ª - Sob denominação de Associação de Amigos do Município de Nova Gua- rita do Estado de Mato Grosso, fica constituída uma Associação, sem fins lucrativos, que se regerá pe- lo presente estatuto e pela legislação específica. Artigo 2.ª - A sede da Associação é Av. do Imigran- tes, S/N, centro, na cidade de Nova Guarita, Es- tado de Mato Grosso. Artigo 3.ª - A Associação terá como finalidade de promover, as seguintes ações junto a comunidade. I. Preferências na divul- gação de cunho artístico, culturais e educativos, e informativos de benefícios do desenvolvimento geral da comunidade. II - Promover o respeito dos valores éticos sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da co- munidade. III - Incutir no seio da comuni-



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.100.760/0001-69	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 20/04/1999	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas,ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AV DOS MIGRANTES	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 78508-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA GUARITA	UF MT
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 065-5741180			
CPF DO RESPONSÁVEL 190.256.370-00	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA BIÊNIO 2017/2019

- Presidente: **MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI**
- Vice-Presidente: **EDSON GONZAGA RIBEIRO**
- Tesoureiro: **RUBEM GRUNEVALD**
- Vice-Tesoureiro: **MILTON PRZNISKA**
- Secretária: **ROSANGELA PECCININI LAZARETTI**
- Vice-Secretária: **CLARA DE SOUZA BALESTRIN**

CONSELHO FISCAL

TITULARES

- **GILMAR ERTT**
- **RONALDO DE FREITAS**
- **VALDOMIRO DE ALMEIDA BOMFIM**

SUPLENTES

- **NERI CARLOS DALLABRIDA**
- **GERVASIO JOSE PETRY**
- **EXPEDITO PEREIRA LOPES**

CONSELHO COMUNITARIO

- **FRANCISCO ENDLER**
- **GUIDO ZARTH**
- **NEIVA MARIA BARBIERI**
- **ANTONIO CARLOS BORGES RODRIGUES**
- **GERMANO MULLER**



ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 19 horas, reuniram-se na sede desta entidade os membros da associação dos amigos do município de Nova Guarita – Rádio Araguaia FM, convocados para Assembleia Geral. Para dar início o atual presidente o Sr. Rubem Grunevald deu boas vindas aos presentes e explanou a seguinte ordem do dia: Eleição e posse da nova diretoria executiva e do novo conselho fiscal, e após verificar a falta da atual secretária titular, nomeou a voluntária a Sra. Karine Grunevald para redigir a presente ata, o presidente repassou a palavra para a voluntária onde a mesma apresentou chapa única com os referidos nomes e cargos: Presidente a Sra. Maria Isabel Cembranel Giacomelli, brasileira casada, comerciante, inscrita no RG nº 1812437-2 SSP/MT e portadora do CPF nº 758.596.539-72, natural da cidade de São José do Cedro, estado de SC, nascida em 07-11-1970, residente e domiciliada na Avenida dos migrantes, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; vice presidente o Sr. Edson Gonzaga Ribeiro, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no RG nº 3.908.368-0 SSP/PR e portador do CPF nº 659.919.589-04, natural da cidade de Santo Inácio, estado do PR, nascido em 10-02-1968, residente e domiciliado a avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, município de Nova Guarita, estado de MT; tesoureiro o Sr. Rubem Grunevald, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no RG nº 3001715519 SSP/RS e portador do CPF nº 223.016.230-68, natural da cidade de Tenente Portela, estado de RS, nascido em 10-12-1954, residente e domiciliado na Rodovia MT 208, km 50, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; vice tesoureiro o Sr. Milton Przniska, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no RG nº 712519 SSP/MT e portador do CPF nº 296.076.639-34, natural da cidade de Braga, estado de RS, nascido em 18-05-1945, residente e domiciliado a rua das Samambaias, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado MT; secretária a Sra. Rosângela Peccinni Lazaretti, brasileira, casada, professora, inscrita no RG nº 0837210-1 SSP/MT e portadora do CPF nº 535.854.611-15, natural de Pranchita, estado do PR, nascida em 11-10-1969, residente e domiciliada a rua das Orquideas, nº 375, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; vice secretária a Sra. Clara de Souza Balestrin, brasileira, casada, agricultora, inscrita no RG nº 965539 SSP/MT e portadora do CPF nº 899.549.801-30, natural da cidade de Palmitinho, estado do RS, nascida em 03-10-1968, residente e domiciliada a rua das golabeiras, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado de MT. E para conselheiros fiscais titulares Gilmar Ertt, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 12775347 SSP/MT e portador do CPF nº 879.015.011-20, natural de Pranchita – Estado de PR, nascido em 20-09-1972, residente e domiciliado a Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Ronaldo de Freitas, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG nº 1379433-7 SSP/MT e portador do CPF nº 928.159.101-44, natural de Viadutos, estado de RS, nascido em 23-08-1979, residente e domiciliado no sítio, na comunidade São Pedro, zona rural, município de Nova Guarita, estado de MT; Valdomiro De Almeida Bomfim, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 965222 SSP/MT e portador do CPF nº 805.357.391-68, natural de Guaíra – Estado de PR, nascido em 30-07-1974, residente e domiciliado na rua das pitangueiras, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; e para suplentes, Neri Carlos Dallabrida, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 2011140908 SSP/RS e portador do CPF nº 190.374.140-87, natural de Tenente Portela – Estado de RS, nascido em 15-05-1954, residente e domiciliado na Rodovia MT 208, KM 50, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; Gervasio Jose Petry, brasileiro, casado, mestre de obra, inscrito na RG nº 1006977118 e portador do CPF nº 345.874.200-00, natural de Três Passos – Estado de RS, nascido em 14-02-1957, residente e domiciliado na Rodovia MT 208 Km 50, s/nº, centro, município de Nova Guarita, estado de MT; e Expedito Pereira Lopes, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no RG nº 035238 SSP/MT e portador do CPF nº 142.285.481-72, natural de Araruna – Estado de PR, nascido em 21-09-1955, residente e domiciliado na Rua dos Cajueiros, nº 156, Centro, município de Nova Guarita, estado de MT. Após esse fato a secretária voluntária repassou a palavra ao presidente que iniciou a eleição, colocando em votação a chapa única apresentada, apurou-se a aprovação, pelos votos da maioria dos associados com direito a voto e presentes à assembleia. Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir

agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião, sendo por mim, Karine Grunevald, lavrada a ata, sendo lida, conferida e rubricada por todos os presentes. Rubem Grunevald.

Esperanto Penina Lopes, Adriano Lopes Barros Rochas
 Guido José Rosângela Peccinini Bazarutti, Vitor sacal.
 Paulo Henrique Guimarães Penayn, J. Prater nob.
 Maria Maria Barbieri Maria José Gionomelli
 Gibson Est. Chaves Souza Beldrin Naldi Ana Dallalinda
 Maria Carla Dallalinda Gerson Gerson Ribeiro
 Gerson Ribeiro Gerson Ribeiro de Almeida Penayn
 Helton Balthazar Pinheiro Santos Genesio J. Petry
 Dejair Balthazar da Cruz, Fernando Portunato
 de Souza, Francisco Eniles Ronaldo de Freitas



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1812487-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/12/2003

CIVIL MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI

AUGUSTO FELIZ CEMBRANEL

EMILIA IVONE CEMBRANEL

NATURALIDADE SÃO JOSE DO CEDRO-SC DATA DE NASCIMENTO 07/11/1970

DOC. DIRIGEM C. CASM. LIV. B6 FLS. 57

TERM 1630 GUARACIABA-SC

CPF *****

ASSINATURA DO DIRETOR

096

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE AROLDÓ MENDES DE PAIVA

Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cartão de Pessoas Físicas

Número de inscrição

748.596.539-72

MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI

Nascimento

07/11/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão

setembro/2005

CORREIOS

www.correios.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR			
MARIA ISABEL DEMBRANEL GIACOMELLI			
DATA DE NASCIMENTO	INSCRIÇÃO	ZONA	SEÇÃO
07/11/1970	016387291856	033	0246
MUNICÍPIO / UF	DATA DE EMISSÃO		
NOVA GUARITA/MT	23/05/1992		
JUIZ ELEITORAL			
PZDL			
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTICA ELEITORAL			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
POLEGAR DIREITO	
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR	
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTICA ELEITORAL	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guaraciaba



Comarca de São Miguel do Oeste

REGISTRO CIVIL

Mary O. Foppa Pradella
Escrivã de Paz designada



Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob N.º 1.630 a fl. 057 do livro N.º B-6 de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 06 de setembro (09) de 1.990, foi realizado o casamento de

LADIR JOSÉ GIACOMELLI
MARIA ISABEL CEMBRANEL

contraído perante Juiz de Paz Sr. Domingos Luiz Balbinot e as testemunhas Sérgio Augusto Pilger, Loyce Parin Pilger, Claudir / Roque Giacomelli, brasileiros, casados e solteiro maior, do comércio enfermeira e agricultor, residentes, neste município e em São Miguel do Oeste-SC, respectivamente. -*

ELE, nascido em SÃO MIGUEL D'OESTE = SANTA CATARINA,

profissão do comércio aos 08 de agosto (08) de 1.964, domiciliado em São Miguel d'Oeste-SC e residente em São Miguel d'Oeste-SC, filho de Luiz Giacomelli e de Irma Maria Giacomelli, naturais do RS, casados, agricultores, residentes em São Miguel d'Oeste-SC. -*

ELA, nascida em SÃO JOSÉ DO CEDRO = SANTA CATARINA

profissão do lar aos 07 de novembro (11) de 1.970, domiciliada em neste município e residente em neste município, filha de Augusto Feliz Cembranel e de Emilia Ivone Cembranel, naturais do RS, casados, agricultores, residentes neste município. -*

a qual passou a assinar-se " MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI "

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 n.º 1 a 4 do Código Civil Brasileiro.

Foi adotado o regime de Comunhão Universal de Bens, conforme Escritura Pública do Pacto Antupcial lavrada aos 09/08/90 n/Escritania de Paz.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.



Guaraciaba-SC 06 de setembro de 19 90

<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> CEP INCORRETO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: / /	RESPONSÁVEL
--	---------------------

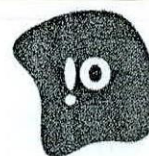
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR:

Fixo 103 31 para AL, AM, AP, BA, CE, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RR e SE
 Fixo 103 14 para AC, DF, GO, MS, MT, PR, RO, RS, SC e TO
 TV 106 31
 Pós *144 do Oi ou 1057 de qualquer telefone
 Empresarial 0800 031 0800
 Corporativo 0800 031 8031

ANATEL - 1331



78508-000 - NOVA GUARITA - MT
 CENTRO
 REF: AO LADO DO CORREIO
 DOS IMIGRANTES 799 CA 799
 MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI
 CTCE CUIABA MT PL2

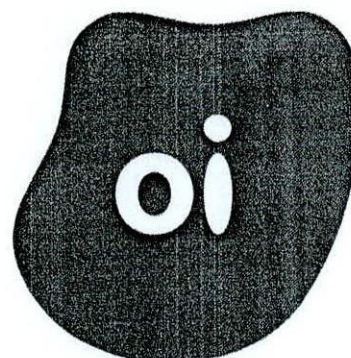


NA MINHA OI É TUDO MAIS FÁCIL.

ACESSE OI.COM.BR/MINHAOI
E USE A INTERNET PARA:

- Fazer sua adesão à Conta Online
- Emitir 2ª via de conta
- Consultar o código de barras para pagamento
- Acompanhar o consumo
- Recarregar o Pré-pago
- Conferir seu saldo no Oi Pontos

ACESSE OI.COM.BR/MINHAOI E CADASTRE-SE.





Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI

Inscrição: 016387291856

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1DEM	MT	NOVA GUARITA	26/05/2003
------	----	--------------	------------

Certidão emitida às 11:25:39 de 18/05/2017

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **9IOQ.TT+V.VS3G.8HGZ**

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

EDSON GONZAGA RIBEIRO

DATA DE NASCIMENTO 10/02/1968 Nº INSCRIÇÃO 018800091821 ZONA 033 SEÇÃO 0242

MUNICÍPIO / UF NOVA GUARITA/MT DATA DE EMISSÃO 13/12/1993

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL
ESTADO DO PARANÁ

Vicente Luiz Müller de Andrade
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Rozinei M. da Cruz Almeida
ESCREVENTE

Edilson Zandonadi
ESCREVENTE JURAMENTADO

CASAMENTO N.º 1.391

CERTIFICO que, fls. 29-091, do livro n.º B-5, de Registro de Casamentos, foi lavrado hoje, o assento do matrimônio de:

EDILSON GONZAGA RIBEIRO com TELMA ASSUNÇÃO LORENSONI

, contraído perante o M.M. Juiz de paz sr. Cleusio Nery

Sobral e as testemunhas: as constantes do termo.

Ele, nascido em Santo Inácio-PR aos 10 dias

de fevereiro de 1.968, profissão lavrador, residente

e domiciliado em nesta cidade, filho Edio Gonzaga Ri-

beiro, natural de

Estado de Minas Gerais, residente e domiciliado

em nesta cidade e de Dona Teresinha Gomes

Ribeiro, natural de

Estado de Minas Gerais, residente

e domiciliado em nesta cidade

Ela, nascida em Cidade Gaucha-PR aos 02 dias

de junho de 1.970, profissão de lar, residente

e domiciliada em nesta cidade, filha Odilio Dicoati -

Lorensni, natural de

Estado do Rio Grande do Sul, residente e domiciliada

em nesta cidade e de Dona Maria Assunção -

Lorensni, natural de

Estado de São Paulo, residente e domiciliada

em nesta cidade, a qual passa a

assinar-se TELMA ASSUNÇÃO LORENSONI RIBEIRO

Foram apresentados os documentos a que se refere o Artigo 180, n.º I e IV

do Código Civil brasileiro

Observações: o regime adotado é o da comunhão Parcial de bens.

O referido é verdade e dou fé.

ICARAIMA, 08 de setembro de 19 90

Requerimento 619.6782 SEI 01250 03 289/2007-86/09 19

Oficial do Registro Civil



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária, e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: EDSON GONZAGA RIBEIRO

Inscrição: 018800091821

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido.	UF	Município	Data de Filiação
----------	----	-----------	------------------

1ºDEM	MT	NOVA GUARITA	30/03/2016
-------	----	--------------	------------

Certidão emitida às 11:17:10 de 18/05/2017

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **CXYW.EHX7.OZPL.OLH5**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	25 - DEMOCRATAS		
Órgão Partidário:	Diretório		
Abrangência:	MUNICIPAL - NOVA GUARITA/MT		
Vigência:	Início: 29/08/2015 Final: 29/08/2018		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	16/09/2015
Protocolo:	322252015		
Endereço:	RUA DAS HORTENCIAS, 196	Bairro:	CENTRO
Município:	NOVA GUARITA / MT	CEP:	78.508-000
Complemento:		CNPJ:	06.355.285/0001-60
Telefone:	00	Fax:	
Celular:			
E-mail:	geanebbueno@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
MEMBRO	BRYAN BOSCHETTI BUENO	14/07/2016 a 29/08/2018 - ATIVO
PRESIDENTE	GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
DELEGADO	HEITOR BALESTRIN	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
TESOUREIRO	HERCILIO BUENO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SECRETARIA	INES ZITA LORENZETTI	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
VICE-PRESIDENTE	MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO	NELCI CARNIEL	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	CLAUDINEY RAMPAZZO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - SUPLENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	IVO ROQUE TERNUNS	29/08/2015 a 19/02/2016 - INATIVO
SUPLENTE - COMISSÃO EXECUTIVA	IVO ROQUE TERNUS	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	CLARA RAMON DA SILVA	29/08/2015 a 19/02/2016 - INATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	CLARA ROMAN DA SILVA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - CONSELHO CONSULTIVO	CLAUDINEY RAMPAZZO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	CLECY BELATO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - CONSELHO CONSULTIVO	DORVALINO ROSA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - CONSELHO CONSULTIVO	LADIR JOSE GIACOMELLI	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	NELCI CARNIEL	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	ROGERIO FRITSCH DILL	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	SONIA TEREZINHA ZANCHETTA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - CONSELHO CONSULTIVO	SONIA TEREZINHA ZANCHETTE	29/08/2015 a 19/02/2016 - INATIVO
SUPLENTE - CONSELHO FISCAL	FRANCISCO SANTOS SILVA	07/07/2016 a 29/08/2018 - ATIVO

SECRETÁRIA - MULHER DEMOCRATAS	ANGELA MARLI DILL	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO	VILMAR ZARTH	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - PRESIDENTE MULHER DEMOCRATAS	JOCELANI BOSCHETTI MACULAN	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - SECRETARIO DO CONSELHO CONSULTIVO	MILTON PRZINSKA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - SUPLENTE DE DELEGADO	JOSE LOMEU	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
SUPLENTE - SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL	AMERICO PATEL	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL - SUPLENTE DA EXECUTIVA	MAURICIO GRUNEVALD	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
MEMBRO - TESOUREIRA DEM MULHER	MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
1º - VICE-PRESIDENTE - JUVENTUDE DEMOCRATAS	BRYAN BOSCHETTI BUENO	19/02/2016 a 29/08/2018 - ATIVO
1º - VICE-PRESIDENTE - JUVENTUDE DEMOCRATAS	BRYAN BOSCHETTI BUENO	29/08/2015 a 19/02/2016 - INATIVO
1º - VICE-PRESIDENTE - MULHER DEMOCRATAS	IVONE APARECIDA RAMPAZZO DA SILVA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
3º - VICE-PRESIDENTE - MULHER DEMOCRATAS	NELDI EMA DALLABRIDA	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO
3º - VICE-PRESIDENTE - MULHER DEMOCRATAS	NELDI EMA DALLABRIDO	29/08/2015 a 29/08/2018 - ATIVO

Código de Validação: **GT/V.CHYP.GMQM.QYPH.**
Certidão emitida em: **18/05/2017 11:39:34**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

EDSON GONZAGA RIBEIRO
RUA DAS PITANGUEIRAS, 0/0254-0903-4090- QUADRA 13 - CENTRO
NOVA GUARITA/MT CEP 79506000 (AG 211)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL TRIFÁSICO
Roteiro 17 - 254 - 5 - 8890 Referência Abr/2017
NF medidor 00002367947 Emissão 27/04/2017

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIAS S.A.
Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 - Insc. Est. 13.020.425-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica - Série B-U Nº 001.083.089
Código para Débito Automático: 00020987061

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 646 4196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora):

6/2098706-1

Canal de contato

Abr / 2017

Apresentação

27/04/2017

Data prevista da
próxima leitura

26/05/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

85981858904

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
26/03/17	18080	27/04/17	18848	30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Prego	Valor (R\$)
Consumo em kWh	588	0.44122	260,55
Adic. B. Amarela			1,18
Adic. B. Vermelha			15,84
ICMS			107,45
PIS			2,67
COFINS			12,30
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			22,04
Contrib. de Ilum. Púb.			

Histórico de Consumo
(kWh)

Mar/17	613
Fev/17	408
Jan/17	640
Dez/16	608
Nov/16	594
Out/16	692
Set/16	781
Ago/16	623
Jul/16	618
Jun/16	829
Mai/16	559
Abr/16	550

Média dos últimos meses
591

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	397,97	27,00	107,45
PIS	397,97	0,6711	2,67
COFINS	397,97	3,0010	12,30

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/05/2017

R\$ 420,01

5ea5.830f.2be8.ac4a.44b9 72e0 968e.89c5.

Indicadores de Qualidade

2/2017 - MATUPA

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	12,71	4,06	Serviços de Dist. da Energisa/MT	88,09	20,98
DIC TRIMESTRAL	25,43		Compra de Energia	187,29	44,59
DIC ANUAL	50,86	NOMINAL	Serviço de Transmissão	12,82	3,00
FIC MENSAL	5,78	5,00	Encargos Setoriais	12,46	2,98
FIC TRIMESTRAL	11,56	CONTRATADA	Impostos Diretos e Encargos	144,48	34,38
FIC ANUAL	23,13	LIMITE INFERIOR	Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	8,46	LIMITE SUPERIOR			
DICRI	12,22				
			Total	420,01	100,00

Valor do FUSD (Ref. 2/2017) R\$ 97,47

ATENÇÃO

Reajuste tarifário médio -2,10%, conforme Res. ANEEL 2.218/17 a partir de 08/04/17

MATO GROSSO

Roteiro 17 - 254 - 5 - 8890
Matrícula 2098706-2017-04-5

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/05/2017

R\$ 420,01

FATURA A SER QUITADA ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO. BANCO 748
CONSIDERAR ESTA NOTA FISCAL QUITADA SOMENTE APÓS O EFETIVO DÉBITO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Rubem Grunevald

Rubem Grunevald

DATA DE NASCIMENTO
10.12.54

INSCRIÇÃO NO CPF
223 016 230 68

CONTRIBUINTE
RUBEM GRUNEVALD

Rubem Grunevald
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

3003715519

RUBEM GRUNEVALD

ERALDO GRUNEVALD
IDALINA LAMMEL GRUNEVALD

TENENTE PORTELA RS

10/03/75

[Signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Comarca de Tenente Portela
PODER JUDICIÁRIO
REGISTRO CIVIL
e TABELIONATO



ZITA MARIA AMBROS WARPECHOWSKI Oficial do Registro
Civil das Pessoas Naturais de Derrubadas, município e Comar-
ca de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.

CASAMENTO N.º 03

CERTIFICO, que a fôlhas 145..... do livro número B — 1.....
foi lavrado em data de 21 de fevereiro de 1.976....o termo do casamento de:

"RUBEM GRUNEVALD e ZULMIRA OLIVEIRA COUTO"

pelo regimen de comunhão universal de bens.....

contraído perante o cidadão Adenir van Grol, Juiz de Paz em exercicio....
e as testemunhas Nauro Oliveira Couto e José Lauro Eckardt, brasileiros, co-
sados, comerciários, residentes e domiciliados neste distrito.....

ÊLE, solteiro, comerciário, residente e domiciliado neste distrito
nascido neste município a 10 de dezembro de 1954, filho de Eraldo Gru-
nevald falecido a 12 de maio de 1970 e de Idalina Lammel Grunevald na-
cida a 11 de julho de 1930, residente e domiciliada neste distrito....

ELA solteira, professora, residente e domiciliada neste distrito
nascida neste município a 8 de agosto de 1953, filha de Otero Couto -
falecido a 2 de dezembro de 1961 e de Maria Nadyr de Oliveira Couto -
nascida a 5 de junho de 1915, residente e domiciliada neste distrito.

a qual passou a chamar-se: ZULMIRA GRUNEVALD.....

Apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, art. 180, em
seus números: 1, 2 e 4.....

1.976 O edital de proclamas foi publicado em este cartório a 5 de fevereiro
sob o número: 05.....

OBSERVAÇÕES:

O referido é verdade. Dou fé.
Derrubadas, 21 de fevereiro de 1.976

Zita Maria Ambros Warpechowski

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta.

Releia para o correto pagamento na rede fiscal/conta da energia elétrica.

Série: B-U NF: 001.055.484



ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 Insc. Est. 13.020.425-0

DADOS DO CLIENTE

RUBEN GRUNEVAL ME
RODOVIA MT 208 0 0254-0902-0220 NOVA GUARITA
NOVA GUARITA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

6/554338-4

REFERÊNCIA

ABR/2017

APRESENTAÇÃO

27/04/2017

CONSUMO

1104

VENCIMENTO

05/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 791,28

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

RUBEN GRUNEVAL ME

Roteiro: 17-254-005-1540

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 05/05/2017

VENCIMENTO

05/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 791,28

MATRÍCULA

554338-2017- 04-8



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: RUBEM GRUNEVALD*

Inscrição: 006059381848

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1PDT	MT	NOVA GUARITA	23/11/1991
------	----	--------------	------------

Certidão emitida às 11:25:09 de 18/05/2017

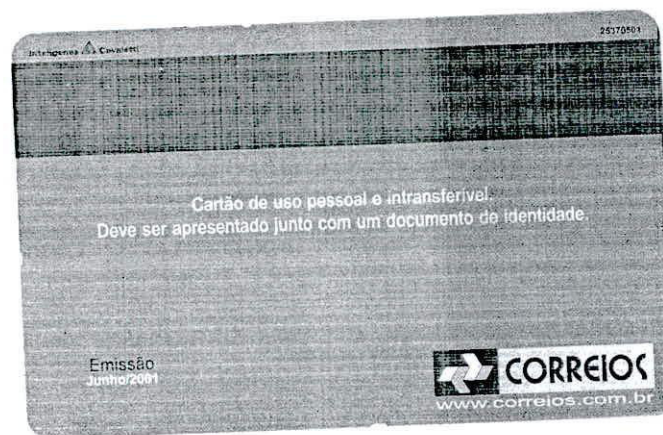
Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **XAKF.5RGS.67YO.WRJS**

POLEGAR DIREITO

Milton Przniska

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



VALIDA EM TODOS OS TRIBUNOS NACIONAIS


REGISTRO: 712 519 DATA DE EMISSÃO: 14.01.88

NOME: MILTON PRZNISKA
Lourengo Przniska
Eulina Cavalcheiro Przniska

Campo Novo - RS 18.05.45

Casa, Cas. Nº 126, Liv. B-01, Fls. 89/90

Braga - RS



LE Nº 7.115 DE 29/08/93

 TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MILTON PRZNISKA

DATA DE NASCIMENTO: 18/05/1945 Nº INSCRIÇÃO: 006828051813 D.V.: 033 ZONA: 0244

MUNICÍPIO: NOVA GUARITA/MT DATA DE EMISSÃO: 18/09/1986

JUIZ ELEITORAL
P. L. D. L.
Presidente do TRE/MT

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA INSTICA ELEITORAL

 MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
296.076.639-34

Nome
MILTON PRZNISKA

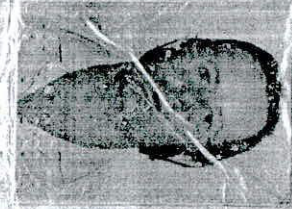

Nascimento
18/05/1945



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

PI 32

Milton Przniska

ASSINATURA

POLEGAR DIREITO

LE Nº 7.115 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE Braga
COMARCA DE Três Passos



CASAMENTO Nº 126

SABINO ARHANJO MACHADO, Escrivão Distrital de Braga

CERTIFICO, que a filhas V-89-90 do livro número B-1 foi lançado hoje
presente do matrimônio de " MILTON PRZNISKA "
" IVONE MARIA CEQUINATTO " contraído perante
Sr. Luiz João Zamberlan e as testemunhas Olivio
sé Botega e Pedro Artino Goulart, brasileiros, casados, agricultores, resid
tes e domiciliados neste Município
Ele, nascido em Campo Novo
cosdezoito (18) de maio de 1.945 profissão agricultor
residente em este Município filho de Lourenço Przniska e de Eul
na Cavalheiro Przniska, naturais deste Estado, residentes e domiciliados
neste Município.

Ela, nascida em Catuípe
cosoito (8) de janeiro de 1.951 profissão doméstica
residente em este Município filha de Lucidio Cequinatto e d
Ida Cequinatto, naturais deste Estado, residentes e domiciliados neste Mu
nicipio.

A qual passou assinasse: "IVONE MARIA PRZNISKA"

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180, ns. 1 a 4 do código c
Observações Casaram-se pelo regime da comunhão de bens.

O referida é verdade e dou fé.

Braga, 27 de setembro de 19


Escrivão Distrital

GISLAINE PRZNISKA
RUA DAS SAMAMBAIAS, 070254-0903-1670 - CENTRO
NOVA GUARITA/MT CEP: 78508000 (AG: 211)

Classe/Bateria: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL BIFASICO
Roteiro: 18-254-1-4511
NR medidor: 00002475585

Referencia: Abr/2017
Emissao: 28/04/2017

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIAS S.A.
Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 194
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 - Insc. Est. 13.020.425-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica - Série B-U Nº 001 138.574
Codigo para Débito Automático: 00022637557

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 646 4196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 6/2263755-7**

Canal de contato

Abr/2017

Apresentação

28/04/2017

Data prevista da próxima leitura

29/05/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

86631934168

Insc. Est.
Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 29/03/17 Leitura: 6092	Data: 28/04/17 Leitura: 6420	1	328	30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	328	0.43868	143.68
Adic. B Amarela			0.42
Adic. B Vermelha			9.21
ICMS			53.87
PIS			1.44
COFINS			8.66
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Contro de Ilum. Pub.			12.28

Histórico de Consumo (kWh)

Mar/17	417
Fev/17	323
Jan/17	348
Dez/16	352
Nov/16	354
Out/16	288
Set/16	275
Ago/16	145
Jul/16	479
Jun/16	595
Mai/16	507
Abr/16	477

Média dos últimos meses:
380

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	215.48	25.00	53.87
PIS	215.48	0.6711	1.44
COFINS	215.48	3.9913	8.66

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

08/05/2017

R\$ 227,76

12c1.ed10.c2f8.c1e0.e1b1.2d87.3898.c154

Indicadores de Qualidade 2/2017 - MATURA

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	12.71	4.05	Serviços de Dist. da Energisa/MT	49.07	21.54
DIC TRIMESTRAL	25.43		Compra de Energia	104.34	45.81
DIC ANUAL	50.86	NOMINAL	Serviço de Transmissão	7.03	3.09
FIC MENSAL	5.78		Encargos Setoriais	-6.93	-3.04
FIC TRIMESTRAL	11.56	CONTRATADA	Impostos Diretos e Encargos	74.25	32.60
FIC ANUAL	23.13	LIMITE INFERIOR	Outros Serviços	0.00	0.00
DMIC	8.48	LIMITE SUPERIOR			
DICRI	12.22				
Total				227.76	100.00

Valor do EUSD (Ref 2/2017) R\$ 77.54

ATENÇÃO

Reajuste tarifário médio - 2,10%, conforme Res. ANEEL 2.218/17 a partir de 08/04/17

MATO GROSSO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

08/05/2017

R\$ 227,76

Roteiro: 18-254-1-4511
Matrícula: 2263755-2017-04-

83600000002-3 27760014000-2 22637552017-9 04102540019-7





Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: MILTON PRZNISKA

Inscrição: 006828051813

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1DEM	MT	NOVA GUARITA	17/02/1992
------	----	--------------	------------

Certidão emitida às 11:27:25 de 18/05/2017

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **5L8B.F2TM.T38H.ZRTD**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0837210-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/07/94

NOME: ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

FILIAÇÃO: CLAUDINO JOSE PECCININI

ALZIRA TOMAZONI PECCININI

NATURALIDADE: PRANCHITA-PR DATA DE NASCIMENTO 11/10/1969

DOC ORIGEM C. CASM. LIV. B02 FLS. 299 -

TERM 1198 TERRANOVA NORTE-MT

CPF: 535854611-15

CUIABA - MT

MARINA CASSEMITA RASTOS AR2VIA-079

MALEIN 29/06/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA





Rosangela

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

DATA DE NASCIMENTO: 11/10/1969

Nº INSCRIÇÃO: 012469161856

ZONA: 0033

SEÇÃO: 0246

MUNICÍPIO / UF: NOVA GUARITA/MT

DATA DE EMISSÃO: 28/06/1989

Rosangela

JUIZ ELEITORAL

Presidente do TRE/MT

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Rosangela

ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/05/94

MINISTÉRIO DA FAZENDA


Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

Nº de Inscrição: 535854611-15

Data de Nascimento: 11/10/69



COMPROVANTE DE VOTAÇÃO

ELEIÇÃO 2010 - 1º TURNO - 03/10/2010

ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

Inscrição: 0124 6916 1856

NASC: 11/10/1969 ZONA: 0033 SEÇÃO: 0246

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO

ELEIÇÃO 2010 - 2º TURNO - 31/10/2010

ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

Inscrição: 0124 6916 1856

NASC: 11/10/1969 ZONA: 0033 SEÇÃO: 0246



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ — CAPITAL

Edelmiro Pedrosa Goulart
TABELIÃO

Tabelião Vitalício de Notas, Escrivão do Cível, Oficial Privativo e Vitalício do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e de Óbitos

LIVRO n. 8-02.-

FOLHA n. 299.-

TÉRMO n. 1.198.-

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que no livro de REGISTRO DE CASAMENTOS de TERRANOVA consta o
térmo de casamento do cidadão VALCIR JACOB LAZARETTI .-.-.-.-.
e dona .-.-.-.-. ROSANGELA PECCININI .-.-.-.-.
ele nascido Rodeio Bonito-RS à 04 de dezembro de 1.960.-.
filho de ARLINDO LAZARETTI .-.-.-.-.
e dona EZILIA LAZARETTI .-.-.-.-.
ela nascida Pranchita-PR .- à 11 de outubro de 1.969.-
filha de .-.-.CLAUDINO JOSÉ PECCININI .-.-.-.-.
e de dona ALZIRA TOMAZONI PECCININI .-.-.-.-.
a qual passará a assinar-se: ///ROSANGELA PECCININI LAZARETTI///.-.-.-.-.
Casamento realizado a 30 de novembro de 1.991 apresentaram os
documentos exigidos pelo artigo 180 n. I II E IV .-
do Código Civil, Regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, conforme a Escritura
Obs: de Pacto Antenupcial lavrada às fls.004 do livro 008 em data 11
de 21 de outubro de 1.991 nas Notas do Cartório deste Municí-
pio de Terra Nova doNorte-MT .-.-

O referido é verdade e dou fé

TERRANOVA, 30 de novembro de 1.991

CARTÓRIO DE PAZ
Tabelião
Edelmiro Pedrosa Goulart
Av. Principal s/nº
Terra Nova - MT.

Oficial Privativo Efetivo do Registro Civil
Fátima Adriana A. Guinzani
Escrivente Juramentada



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: ROSANGELA PECCININI LAZARETTI

Inscrição: 012469161856

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

1PSD	MT	NOVA GUARITA	01/04/2016
------	----	--------------	------------

Certidão emitida às 12:54:03 de 18/05/2017

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **BZYA.3J+M.QV+/.MBHB**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE ALMEIDA

P.I. 20

Clara de Souza Balestrin

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 965 539 DATA DE EXPEDIÇÃO 01.07.92

NOME CLARA DE SOUZA BALESTRIN

Endereço Carlos Lopes de Souza
Maria Ferreira de Almeida
Palmitinho/RS

DATA DE NASCIMENTO 03.10.68

Cert. Cas. Nº. 1651, Liv. 006, Fls. 167,
Palmitinho/RS

COIABA - MT

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/06/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
899.549.801-30

Nome
CLARA DE SOUZA BALESTRIN

Nascimento
03/10/1968

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR _____

CLARA DE SOUZA BALESTRIN

DATA DE NASCIMENTO _____ Nº INSCRIÇÃO _____ D.V. _____ ZONA _____ SEÇÃO _____

03/10/1968 014412031899 033 0245

MUNICÍPIO / UF _____ DATA DE EMISSÃO _____

NOVA GUARITA/MT 06/08/1989

JUIZ ELEITORAL _____

Presidente do TRE/MT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

ÁREA RESERVADA PARA MARCAÇÃO DO VOTO



Livro Nº B-6

Folhas Nº 167

CASAMENTO Nº 1.651.-

Aos quinze(15) - - - - - dias do mês de fevereiro -
de mil novecentos e oitenta e seis (1986) - - - , nesta cidade de
Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul, na sala de audiência deste
Juizado, no Ofício dos Registros Públicos de Palmitinho-RS
às 9:30 horas, perante o Sr. Domênico Albarello, Juiz de Paz -
- - - - - comigo Ciro Carniel- Of. designado - - -
- - - - - e as testemunhas Valdecir de Cezaro e sua espo-
sa Rita de Cezaro, Luiz de Souza, Geci de Souza, Antonio /
de Souza, Marinho Aires, Adalberto Balestrin e Rosalina Bale-
strin, brasileiros, capazes e residentes neste município.-

receberam-se em matrimônio, pelo regime da COMUNHÃO UNIVERSAL DE /
BENS, cfe escritura Pública de Pacto Antenupcial nº.441 /
fls.041 livro 3, do Tabelionato de Palmitinho-RS, o Sr. -
HEITOR BALESTRIN e srta. CLARA DE SOUZA". - - - - -

ELE - nascido em PALMITINHO-RS - - - - -
aos vinete e sete (27) - de dezembro(12) - - - de mil novecentos
e cinquenta e sete (1957) - - - , estado civil solteiro - - -
profissão Motorista - - - - - residente e
domiciliado Linha Boa Vista -Palmitinho - - -
filho de CASEMIRO BALESTRIN e de MARIA ALBARELLO BALESTRIN,
brasileiros, casados, e residentes neste município - - -

ELA - nascida em PALMITINHO-RS - - - - -
aos tres(03) - - - - - de outubro(10) - - - de mil novecentos
e sessenta e oito(1968) - - - - - estado civil solteira - -
profissão do lar - - - - - residente e
domiciliada KM-19 -Palmitinho - - - - -
filha de CARLOS LOPES DE SOUZA e de MARIA FERREIRA DE ALMEI-
DA SOUZA, brasileiros, casados, e residentes neste municí-
pio. - - - - -
passando a se chamar "CLARA DE SOUZA BALESTRIN". -

Exibiram os documentos exigidos pelo art. 180 do CCB de nºs. I, II
III e IV. O Edital de proclamas foi expedido em 13.01.1986 - - - - -

Os contraentes não são parentes entre si em nenhum
grau e não existem impedimentos ao casamento.

Do que eu Ciro Carniel- Oficial designado - - - - -
lavrei este termo que, lido e achado conforme, assinam o Juiz de Paz, os
contraentes e testemunhas, comigo - - - - -
que também assino.

Certifico que esta cópia reprográfica é reprodução fiel do original
pertencente ao arquivo do cartório, o qual está devidamente assinado pelo
Juiz, contraentes, testemunhas e oficial.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

REGISTROS PÚBLICOS
PALMITINHO - RS
1986

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta.

Releio para simples pagamento na nota fiscal/conta da energia elétrica. Série: B-U NF: 001.063.257



ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184

Cuiabá/MT - CEP 78010-900

CNPJ 03.467.321/0001-99 Insc. Est. 13.020.425-0

DADOS DO CLIENTE

HEITOR BALESTRIN

RUA DAS GOIABEIRAS 0 0254-0903-4390

NOVA GUARITA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

6/856601-0

REFERÊNCIA

ABR/2017

APRESENTAÇÃO

27/04/2017

CONSUMO

299

VENCIMENTO

05/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 208,61

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

HEITOR BALESTRIN

Roteiro: 17-254-005-6360

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 05/05/2017

VENCIMENTO

05/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 208,61

MATRÍCULA

856601-2017-04-4

HEITOR BALESTRIN
RUA DAS GOIABEIRAS, 070254-0903-4390 - CENTRO
NOVA GUARITA/MT CEP 78508000 (AG 211)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL BIFASICO
Roteiro 17 - 254 - 5 - 6360 Referência Fev/2017
Nº medidor 00001706892 Emissão 23/02/2017

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184
Cuiabá/MT - CEP 78010-900
CNPJ 03.467.321/0001-99 Insc. Est. 13.020.426-0
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica - Série B-U Nº 001.067.915
Código para Débito Automático: 00008661010

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 646 4196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 6/856601-0**

Fev / 2017 Canal de contato

Apresentação

23/02/2017

Data prevista da
próxima leitura

28/03/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

37106430900
Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
26/01/17	13601	23/02/17	14013	1	212	28

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	212	0,50765	107,62
ICMS			23,39
PIS			1,18
COFINS			5,43
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
Contrib. de Ilum. Pub.			8,81

Histórico de Consumo (kWh)

Jan/17	361
Dez/16	267
Nov/16	274
Out/16	358
Set/16	329
Ago/16	281
Jul/16	298
Jun/16	300
Mai/16	293
Abr/16	244
Mar/16	302
Fev/16	269

Média dos últimos meses
297

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	137,62	17,00	23,39
PIS	137,62	0,8592	1,18
COFINS	137,62	3,9506	5,43

VENCIMENTO

06/03/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 146,23

edae.41bd.ce96.7e8e.407c.735a.fc50.bb4c

Indicadores de Qualidade 12/2016 - MATUPA

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	12,71	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	25,43	
DIC ANUAL	50,86	
FIC MENSAL	6,02	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL	12,04	
FIC ANUAL	24,08	
DMIC	8,48	LIMITE SUPERIOR 231
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/MT	28,95	19,80
Compra de Energia	54,54	37,30
Serviço de Transmissão	1,38	0,94
Encargos Setoriais	22,75	15,56
Impostos Diretos e Encargos	39,61	26,40
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	148,23	100,00

Valor do EUSD (Ref 12/2016) R\$ 61,70

ATENÇÃO

MATO GROSSO

Roteiro 17 - 254 - 5 - 6360
Matrícula 856601-2017-02-8

VENCIMENTO

06/03/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 146,23

FATURA A SER QUITADA ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO BANCO 748
CONSIDERAR ESTA NOTA FISCAL QUITADA SOMENTE APÓS O EFETIVO DÉBITO



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária, e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: CLARA DE SOUZA BALESTRIN

Inscrição: 014412031899

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1DEM	MT	NOVA GUARITA	17/02/1992

Certidão emitida às 11:26:42 de 18/05/2017

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **WQ27.+TCM.ALYO.TGAG**



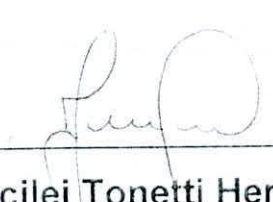
República Federativa do Brasil
COMARCA DE TERRA NOVA DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO
2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Privativo de Notas, Protesto de Títulos, Pessoas Jurídicas e Registro Civil
Av. Norberto Schwantes - 999 - Centro - Fone: (66) 3534-1035 - CEP: 78.505-000.
e-mail: 2oficiotnnorte@gmail.com
Rogério Campos Ferreira
TABELIÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi registrada na data de vinte e três de maio do ano de dois mil e dezessete (23/05/2017), nesta Serventia de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, **sob o nº 109 AV-04: Estatuto da Associação** datada aos 05 de abril de 2.017, **AV-05: ATA nº10/2016** ocorrida aos 13 de outubro de 2.016, **AV-06: ATA nº01/2017** ocorrida aos 05 de abril de 2.017, **AV-07: Ata Nº11/2017** ocorrida aos 05 de abril de 2.017, **AV-08: ATA nº12/2017** ocorrida aos 08 de maio de 2.017 e **AV-09: ATA nº 02/2017** ocorrida aos 08 de maio de 2.017 do **CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS** do município de Nova Guarita/MT, Radio Araguaia.

Terra Nova do Norte/MT, 23 de maio de 2017.



Jucilei Tonetti Hermann
Escrevente Juramentada

Jucilei Tonetti
Escrevente Juramentada
Terra Nova do Norte - MT



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA – FM

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, OBJETIVOS, SEDE, DURAÇÃO E FORO.

Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – também denominada pelo nome fantasia de RÁDIO ARAGUAIA – FM é uma Associação civil de direito privado sem fins econômicos, de duração indeterminada, com finalidades culturais e sociais, democrática, apartidária, não religiosa, de gestão comunitária e constituída pelo apoio de moradores e representantes de entidades da comunidade do Município de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, Fundada em **09 DE ABRIL DE 1999** com seu Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas jurídicas da comarca do Município de **Terra Nova do Norte** Estado do **Mato Grosso**, tendo a sua sede cito a Rua dos Jacarandás, s/nº, Centro, neste Município de Nova Guarita, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º. São finalidades da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA FM

I - A exploração de serviço de radiodifusão comunitária, para atender aos Moradores da Comunidade do Município de Nova Guarita - Estado do Mato Grosso;

II - Ser espaço de comunicação democrática, popular e alternativa onde a vida da comunidade seja o centro das atenções e toda a realidade que o povo vive seja conteúdo da programação;

III - Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário;

IV - Veicular uma programação que contemple os seguintes Elementos:

- a) Incentivar os valores humanos e cristãos da solidariedade, da partilha, dignidade e igualdade;
- b) Defender a vida que está ameaçada, promovendo a autoestima e uma melhor qualidade de vida;
- c) Formar e informar sobre cidadania, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Organizações e Movimentos Populares, participação política e outros;
- d) Provocar práticas democratizantes e excluir a reprodução de padrões de comportamento e práticas autoritárias;
- e) Resgatar e valorizar a cultura e a identidade da comunidade;
- f) Fazer uma comunicação voltada para a transformação, levando as pessoas a terem vontade de mudar o seu cotidiano, a se envolverem na construção de uma sociedade mais justa e fraterna;
- g) Oportunizar momentos de lazer e entretenimento.

V - Apoiar, participar, difundir e produzir eventos que enfoquem a cultura, esporte e ciência, como forma de levar entretenimento à comunidade;

VI - Promover cursos, concursos, pesquisas, demonstrações, palestras, publicações, e outras atividades de formação que possam colaborar diretamente com a geração renda para a comunidade mais carente;

VII - Desenvolver programas e projetos de qualificação e requalificação das pessoas para inserção no mercado de trabalho, podendo firmar parceria, assinar convênio de



cooperação técnica com poder público Municipal, Estadual, Federal e Empresas Estatal e Privada;

VIII – Desenvolver convênios de cooperação e assistência técnica com entidades especializadas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, podendo ministrar treinamentos profissionais, prestar assessoria técnica e operacional, promover cursos, palestras, conferências, seminários em todas as áreas profissionais;

IX – Desenvolver estudos e pesquisas, econômicas, políticas, sociológicas, culturais, meio ambiente e tecnologia, visando à elaboração de subsídios para uma política estratégica aos poderes públicos afins e os projetos e programas da Entidade.

X – Coordenar e/ou promover atividades ou cursos de formação técnica profissional para desenvolvimento dos trabalhadores, qualificando-os e requalificando-os para torná-los aptos ao mercado de trabalho;

XI – Auxiliar os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais na divulgação institucional e de seus eventos;

XII – Desenvolver projetos e programas de interesse da comunidade visando promover e realizar treinamentos técnicos do sistema produtivo e dos órgãos governamentais de acordo com a demanda local.

XIII – Produzir e editar material educacional e estimular atividades destinadas à melhoria do ensino, pesquisa e extensão;

XIV – Produzir Materiais de Áudio e Vídeo tais como filmes, Documentários e outras formas de reprodução de Comunicação de caráter educacional e científico que possa contribuir para o bem estar da comunidade e contribuir para formação;

XV – Promover a Defesa, preservação e conservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento sustentável, através de ações do Ministério do Meio Ambiente, adequação da Agenda 21, inclusive prestando assessoria a entidades e municípios que buscam seu cumprimento;

XVI – Constituir núcleos de atividades, inclusive através da mobilização de entidades governamentais e organizações não governamentais nacionais e internacionais;

XVIII – Executar programas e projetos vinculados com o seu objetivo social para atendimento a criança, adolescentes e jovens, idosos, mulheres, deficientes, nas áreas de educação, saúde, direitos, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer;

XIX – Estabelecer, promover, realizar e apoiar todas as atividades educacionais e culturais que tenham foco no segmento, em toda sua dimensão e natureza, tais como: simpósios, cursos, workshops, participação em congressos, jornadas e encontros, seminários, feiras, exposições, amostras, entre outras finalidades, atividades que promovam a capacitação de recursos humanos;

XX – Promover e realizar a edição e publicação de boletins informativos, jornais, revistas, entre outros impressos e também divulgar em segmentos constituídos da imprensa, bem como criação, produção, edição e comercialização de produção audiovisual e de mídia eletrônica tendo como ênfase realizar a inclusão através deste veículo;

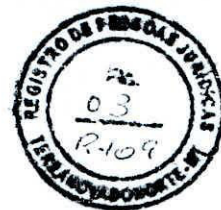
XXI – Promover o voluntariado, através de incentivo nos diversos programas e projetos bem como parceria com os setores privado ou público, visando atendimento as comunidade carentes;

XXII – Desenvolver programas em parceria, estágios, estudos, projetos, extensão e pesquisas com faculdades, universidade, escolas técnicas e profissionalizantes;

XXIII – Desenvolver e organizar oficinas e produção de artesanatos, bem como feiras para geração de renda aos artesãos;

XXIV – Firmar convênio com o governo federal, estadual, municipal e entidades privadas para a consecução de seus programas e projetos;

11/1



XXV – Desenvolver parceria com setor público e privado para projetos e programas de combate às drogas, bem como efetuar trabalhos de educação para o combate à violência e drogas nas escolas e comunidade em geral;

XXVI – Firmar parceria e convênio com o poder público e privado para garantir à população a segurança alimentar, inclusive fornecimento de alimentos para pessoas carentes, fornecimento para merenda escolar, sistema penitenciário e outros;

XXVII – Ações de prevenção, habilitação, reabilitação e a integração a vida comunitária de pessoas portadoras de deficiências;

XXVIII – Criar mecanismo de integração ao mercado de trabalho, através de divulgação de vagas de emprego e até mesmo cadastrando pessoas para ser inseridas no mercado de Trabalho;

XXIX – Criar ações para desenvolvimento da cultura local;

XXX – Promover ações de desenvolvimento econômico e social como forma de combater a pobreza;

XXXI – Criar programas de contribuição no que diz respeito a auxiliar pessoas que si encontram a vulnerabilidades sociais tais como prostituição, mulheres maltratadas, crianças abandonadas, dependentes químicos, crianças que vivem em extrema pobreza e outros semelhantes;

XXXII – Promover ações de segurança alimentar e nutricional.

Artigo 3º. A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA FM, regem-se pelo presente Estatuto e pelas demais leis que compõe a atual Legislação Brasileira.

Artigo 4º. A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA FM, não tem fins econômicos e aplicará todas as suas rendas e eventuais resultados operacionais, integralmente no território nacional e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Parágrafo Único - A fim de cumprir as suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA FM**, poderá firmar convênios, contratos, termo de parceria, termo de cooperação e articular-se de forma conveniente, com organismo público, empresas privadas quer seja este organismo Municipal, Estadual, Nacional ou estrangeira. Sendo necessária, a diretoria da **RADIO ARAGUAIA FM**, criar os departamentos e estabelecer o regulamento para funcionamento destes.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Artigo 5º. São consideradas sócios todas as pessoas físicas e jurídicas desde que legalmente constituída, com residência ou sede neste Município, e que solicite o pedido de associado ao preencher um ficha na sede da entidade, onde esta conterá informações e dados pessoais da pessoa física, ou da entidade que deseje ser associado.

Artigo 6º. São direitos dos associados:

- I. Ter voz e voto nas assembleias da entidade;
- II. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela associação;



III. Ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive a cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoal, exceto se aprovado em reunião da diretoria;

IV. Será garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade;

Artigo 7º. São deveres dos associados:

- I. Aceitar como seus, os objetivos fundamentais da **RADIO ARAGUAIA FM**, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de atividade e as instruções aprovadas pelos conselhos ou Assembleias;
- II. Prestigiar, com sua presença, ou com representações, eventos e atividades programadas, justificando de forma por escrito, o não comparecimento, especialmente quando lhe for imputadas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalho e atividades;

Artigo 8º. Os associados que não obedecer a este instrumento, regimento interno ou não participar das ações da **RADIO ARAGUAIA FM**, estarão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social, por justa causa, faltar a três (03) assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias sem justificativas, concedendo-se ao associado o exercício de amplo direito e defesa na Assembleia Geral.

Artigo 9º. As penalidades serão impostas pela assembleia Geral ordinária ou extraordinária, e publicado a decisão da penalidade na sede da entidade, e se julgar necessário em outro veículo de comunicação, tendo o associado um prazo de 30 dias corridos para que o mesmo apresente sua defesa por escrito, a qual será submetida à assembleia geral ordinária ou extraordinária convocada para esse fim, devendo a mesma acatar ou não a defesa por votação de maioria simples.

Parágrafo único - Da demissão por iniciativa do associado, pode o associado pedir desligamento, justificando ou não a razão para isto.

Artigo 10º. Os membros da associação não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

Seção I

Artigo 11º. A **RADIO ARAGUAIA FM**, será administrada pelas seguintes instâncias:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Comunitário;
- IV. Conselho Fiscal

118



Artigo 12º. Os associados, diretores, mantenedores e membros do Conselho Comunitário que eventualmente criados, não recebem remuneração, vantagens, divisão de lucros ou benefícios em razão dos cargos eletivos, ao qual lhe sejam atribuídos pela associação.

Parágrafo 1º - Fica Determinado que a Diretoria da **RADIO ARAGUAIA FM**, realize Relatório Demonstrativo das receitas obtidas e das despesas realizadas no exercício anterior, detalhando os Recursos recebidos do Poder Público e a sua devida aplicação.

Parágrafo 2º - A **RADIO ARAGUAIA FM**, será gerida pelas observâncias dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo 3º - Na gestão da **RADIO ARAGUAIA FM**, será imposta a adoção de praticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Parágrafo 4º - Na Prestação de contas da **RADIO ARAGUAIA FM**, serem observadas pela entidade pontos que determinarão no mínimo a observância dos princípios fundamentais que regulamenta a contabilidade, incluídas das normas brasileiras de contabilidade.

Parágrafo 5º - A **RADIO ARAGUAIA FM**, pautará suas ações de forma plural e de acordo com os interesses de todas as camadas representativa da Comunidade e sem vínculo ao exercício de atividades político-partidárias ou religiosas.

Parágrafo 6º - as atas serão arquivadas em pasta catalogo de forma avulsa e constará cada livro o total de 50 a 100 Folhas.

Seção II

Da Assembleia Geral

Artigo 13º. A assembleia geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo de seus direitos sociais. É órgão soberano da associação e se reunirá ordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Artigo 14º. São atribuições da assembleia geral:

- I. Eleger os cargos da diretoria;
- II. Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da diretoria em exercício;
- III. Depor os cargos por razões justas e graves os membros da diretoria em exercício;
- IV. Opinar Sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para as organizações superiores;
- V. Aprovar ou não o balanço financeiro;
- VI. Deliberar sobre os demais assuntos constantes da ordem do dia;

1 18



- VII. Homologar os nomes para o conselho comunitário;
- VIII. Aprovar adesão de associados e em casos de desobediência as normas estatutárias excluir associados;
- IX. Reformar o estatuto;
- X. Aprovar a dissolução da entidade.

Artigo 15º. A assembleia geral realizar-se-á ordinariamente a cada ano, sempre no segundo semestre, por convocação do diretor presidente e, extraordinariamente quando convocada pela diretoria, ou por um terço (1/3) dos associados.

Artigo 16º. A convocação para a assembleia geral ordinária ou extraordinária deverá ser feita com antecedência mínima de 05 (Cinco) dias, e será realizado através de edital de convocação que seja afixada na sede da entidade, devendo conter data, hora, local e pauta da assembleia.

Artigo 17º. A assembleia se constitui legitimamente sempre que, convocada nos termos do presente estatuto, contar com a presença da metade mais um de seus membros em primeira convocação e, em segunda convocação meia hora após, com qualquer número de membros com exceção os casos especiais, (previstos nos artigos 40º, 41º e 42º) deliberada por maioria absoluta dos membros presentes.

Artigo 18º. A assembleia geral será presidida e dirigida pelo presidente ou, em sua ausência por um dos diretores e será secretariada pelo secretário em exercício ou na sua ausência por um dos membros do conselho diretor ou sócio ficando a critério do presidente da assembleia.

Artigo 19º. As votações nas assembleias gerais poderão ser nominais, secretas ou por aclamação.

Seção III

Da Diretoria

Artigo 20º. A **RADIO ARAGUAIA FM**, será dirigida por uma diretoria executiva eleita em assembleia geral, para um período de (02) dois anos, podendo ser reeleita por mais um mandato.

Parágrafo único: Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

Artigo 21º. É vedado participar da diretoria da **RADIO ARAGUAIA FM**, pessoas que ocupem cargos políticos eletivos, ou que exerçam serviços de direção em outras entidades detentoras de outorga para o serviço de radiodifusão.

Artigo 22º. A diretoria será composta dos seguintes Cargos:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice Secretário;

114

- V. Tesoureiro;
VI. Vice Tesoureiro.



Artigo 24º. Caberá a diretoria executiva coletiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da assembleia geral;
- II. Elaborar e apresentar anualmente à assembleia geral, relatório de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo;
- III. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificação ou outras formas de remuneração, com a aprovação da maioria da diretoria executiva;
- IV. Orientar toda a administração da associação;
- V. Apresentar ao conselho comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidas no artigo 3º da lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, que rege esta matéria;
- VI. Efetuar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;
- VII. Escolher entre os nomes recebidos das entidades o conselho comunitário;
- VIII. Dar posse ao conselho comunitário;
- IX. Nas reuniões da diretoria serão deliberadas as ações cuja aprovação si dará por maioria simples.

Parágrafo Primeiro. Os membros da diretoria que faltarem em quatro reuniões consecutivas e injustificadas serão convocados para eleição para composição do cargo em vacância.

Parágrafo Segundo. Caberá a cada diretor individualmente:

- I. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do serviço que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- II. Manter postura pública compatível com a responsabilidade do serviço que exerce;
- III. Representar a entidade externamente, sempre que designado pelo presidente.

Artigo 25º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este estatuto e os demais regimentos internos;
- III. Convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- IV. Dirigir e supervisionar todas as atividades da associação;
- V. Assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da associação.

Artigo 26º. Compete ao Vice-Presidente: Compete ao Vice-Presidente: colaborar com o Presidente, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Artigo 27º. Compete ao Secretário:

- I. Secretariar as reuniões das assembleias gerais e da diretoria e redigir atas;
- II. Manter organizada a secretaria, com os respectivos livros e correspondências.

Artigo 28º. Compete ao vice-secretário colaborar com o secretário, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

111



Artigo 29º. Compete ao Tesoureiro:

- I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;
- II - Efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;
- III - Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
- IV - Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;
- VI - Apresentar periodicamente o balancete de receitas e despesas ao conselho fiscal;
- VII - Publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;
- VIII - Elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à diretoria, para posterior apreciação da assembleia geral;
- IX - Manter todo o numerário em estabelecido de crédito;
- X - Conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;
- XI - Assinar, em conjunto com o presidente, todos os cheques emitidos pela associação.

Artigo 30º. Compete ao **Vicê Tesoureiro** colaborar com o Tesoureiro, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Seção IV

Artigo 31º. – Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será constituído por (03) pessoas de reconhecida idoneidade e seus respectivos 03 suplentes, eleitos pela assembleia geral, permitida apenas uma recondução.

Parágrafo primeiro. O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria:

- I. Ocorrendo vaga em qualquer cargo do titular do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para qual foi eleito;
- II. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.

Parágrafo segundo. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete periodicamente apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da diretoria;
- IV. Opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação.

112

Parágrafo terceiro. O Conselho Fiscal reunir-se-á periodicamente para analisar a prestação de contas da entidade.



Do Conselho Comunitário

Artigo 32º. O conselho comunitário será constituído por no mínimo cinco entidades legalmente instituído no município representado por pessoas capacitadas para responder pela entidade, tendo com papel principal supervisionar a programação e conteúdos da **RADIO ARAGUAIA FM**.

Artigo 33º. A entidade que desejar participar do conselho comunitário encaminhará a entidade um requerimento, solicitado sua participação, cabendo à diretoria a aprovação ou não do pedido e a assembleia geral a homologação dos nomes.

Artigo 34º. Se na época de mudar os conselheiros, as entidades não tiverem se apresentado espontaneamente, a diretoria fará uma lista de nomes de entidades para convidá-las a ocupar o cargo, devendo os nomes ser homologados pela assembleia geral.

Artigo 35º. O mandato do conselho comunitário, eleito em assembleia geral para mandato igual ao da diretoria.

Artigo 36º. O conselho comunitário terá o objetivo de acompanhar a programação da **RADIO ARAGUAIA FM**, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. E si reunirá periodicamente tendo em vista avaliar os conteúdos da emissora de radiodifusão comunitária.

CAPITULO V DAS ELEIÇÕES

Artigo 37º. Todos os sócios ativos poderão votar para escolher seus representantes. Portanto, as chapas candidatas deverão inscrever sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à sede da **RADIO ARAGUAIA FM**, com antecedência mínima de três (03) dias corridos, antes da assembleia de eleição.

Parágrafo 1º. Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples, dos seguintes documentos:

- I. Certidão de nascimento ou casamento;
- II. Certificado de reservista;
- III. Cédula de identidade;
- IV. Carteira profissional;
- V. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- VI. CPF;
- VII. Comprovante de Residência;

Parágrafo 2º. A solicitação da impugnação será realizada pela comissão Eleitoral constituída para tal finalidade.



Parágrafo 3º. Ocorrendo a impugnação, deverá ser marcada uma nova data para a assembleia de eleição no prazo máximo de cento e cinquenta (150) dias corridos. Ocorrendo isso prorroga-se o mandato da diretoria anterior ao pleito até a posse do novo Conselho gestor da Entidade.

Parágrafo 4º. Perderá o mandato mediante declaração da assembleia geral, o dirigente que não cumprir o disposto descrito nesta normativa estatutária.

Parágrafo 5º. Cada diretor será responsável pelos atos que praticar no exercício do cargo. A falta cometida por um determinado membro, não se estenderá aos demais diretores, salvo se direta ou indiretamente por ação ou omissão tenham contribuído para a prática do faltoso.

Parágrafo 6º. Constatada a irregularidade praticada por qualquer diretor, ficam os demais obrigados a tomar as providências necessárias à punição do faltoso, providenciando ainda a convocação de danos se forem cabíveis e penais para a apuração da responsabilidade penal.

Artigo 38º. O edital de convocação para a assembleia de eleição será editado em forma de comunicado onde o mesmo deva ser publicado na sede social da **RADIO ARAGUAIA FM**, e si julgar necessário em qualquer outro veículo de comunicação.

Artigo 39º. No dia das eleições a diretoria indica cinco pessoas, sócias ou não, para formar uma comissão eleitoral que terá como finalidade conduzir o processo eleitoral de acordo com as normas traçadas no estatuto e regimento interno.

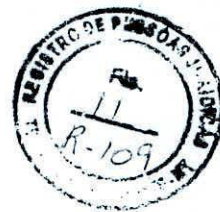
Artigo 40º. Essa comissão terá como missão apurar os votos e supervisionar rigorosamente para que tudo saia dentro da normalidade até o ato desta comissão dar posse à diretoria, quando será automaticamente desfeita.

Artigo 41º. Outras normas referentes às eleições da **RADIO ARAGUAIA FM**, poderá a critério da diretoria realizar uma assembleia convocada para preparar as eleições.

CAPÍTULO VI DAS RECEITAS E DESPESAS

Artigo 42º. A receita da entidade virá:

- I. Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contratos e acordos firmados com empresas, agências e organismos nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V. Contribuição dos associados;
- VI. Recebimento de direitos autorais;
- VII. Taxas para elaboração de cursos, estudos e pesquisas;
- VIII. Rendas resultantes da prestação de serviços e venda de publicações;



- IX. Contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, colaboradoras com **RADIO ARAGUAIA FM**;
- X. Dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos da administração direta e indireta;
- XI. Auxílios, contribuições e subvenções de entidades privadas, nacionais ou internacionais;
- XII. De apoio cultural de empresas privadas e instituições públicas;
- XIII. Da promoção de eventos em geral.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da entidade.

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela diretoria executiva, que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no artigo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo na identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da diretoria executiva, após solicitação por escrito ou por força judicial.

Artigo 43º. As despesas da **RADIO ARAGUAIA FM** podem ser:

- I. Despesas operacionais, tais como aluguel de bens imóveis, compra de equipamentos e outros que se julgue necessário;
- II. Pagamento de mão de obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos e instalações;
- III. Pagamento de mão de obra, serviços, consultoria e outros para cobrir despesas com a realização de projetos ou atividades com fins comunitários;
- IV. Pagamento a funcionários.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artigo 44º. A **RADIO ARAGUAIA FM**, somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades e por proposta da diretoria aprovada por dois terços dos membros da entidade, em assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Artigo 45º. - No caso de extinção da entidade, o patrimônio então existente, bem como o ativo e o passivo, respeitadas as doações condicionadas, serão transferidas a outra pessoa jurídica que sejam registradas no órgão competente de acordo com a legislação em vigor, determinadas pela assembleia geral, preferencialmente que tenha os mesmos objetivos dos quais a **RADIO ARAGUAIA FM**, que esta personalidade jurídica seja sem fins econômicos e que exerça ações voltadas para ação social, inclusão ou sustentabilidade.

Artigo 46º. A destituição dos administradores só poderá ocorrer em assembleia geral, para isso convocada, mediante aprovação da maioria dos associados, ou seja, 50% mais um dos associados com direito a voto, não podendo ela deliberar, em primeira

111

convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 50% mais um nas convocações seguintes (trinta) 30 minutos após.



Parágrafo único - Os dispositivos do presente estatuto só poderão ser alterados pela assembleia geral, para isso convocada, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou em segunda convocação com qualquer número de associados aptos a votar sendo que estas preposições devam ser aprovadas por maioria simples.


Artigo 47º. Os casos omissos serão analisados pela diretoria executiva e encaminhados à assembleia geral para apreciação, quando necessário.

Artigo 48º. Fica eleito o foro da comarca de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões fundadas neste instrumento Estatutário.

Artigo 49º. O presente Estatuto foi aprovado pela assembleia geral ordinária da RADIO ARAGUAIA FM, realizado no dia 07 de abril de 1999, e alterado pela assembleia extraordinária de 05 de abril de 2017, e entra em vigor na data do seu registro no cartório competente, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Nova Guarita - MT, 05 de Abril de 2017.


RUBEM GRUNEVALD
Presidente


HECTOR LUIZ RAMOS MARKS
OAB/MT 20.868
Juridico

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

Reg. Nº. R-109 AV-04

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte, 23 de 05 de 2017


REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Jucilei Tonetti
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT



2º Serviço Notarial e Registral de Terra Nova do Norte/MT

Av. Norberto Schvovites, 991, centro, CEP 78.505-000 - Fone: (66) 3534-1035 - Email: cartorionorte@gmail.com

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

ATO DE NOTAS E REGISTROS

Cod. Ato(s): 107

AXO 35117 RS 64,10

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selox





ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA PARA APRESENTAÇÃO DE NOVOS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis reuniram-se nas dependências da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita – Rádio Araguaia, os sócios e convidados pela diretoria. Após fazer abertura, com a ausência da secretária titular, o Sr. Presidente Rubem Grunevald, convidou a Sra. Karine Grunevald ali presente para lavrar a presente Ata e pediu para ler o Estatuto da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita aos sócios e convidados. Depois de lido, colocou em pauta a necessidade de convidar novos membros da sociedade, para fazer parte do rol de sócios da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, por motivo de falecimento de alguns sócios e outros terem se mudado do município. Após apresentar os convidados, colocou para aprovação os seguintes nomes: Dejair Baltazar Da Cruz, brasileiro, convivente, comerciante, inscrito no RG nº e portador do CPF nº 000.906.261-09, natural de Quatro Marcos – Estado de MT, nascido em 15-07-1978, residente e domiciliado na Rua dos Jacarandás, s/nº, Centro, município de Nova Guarita, estado de MT; Gervasio Jose Petry, brasileiro, casado, mestre de obra, inscrito na RG nº 1006977118 e portador do CPF nº 345.874.200-00, natural de Três Passos – Estado de RS, nascido em 14-02-1957, residente e domiciliado na Rodovia MT-208 Km 50, Centro, Município de Nova Guarita, estado de Mato Grosso; Karine Grunevald, brasileira, convivente, secretária, inscrita no RG nº 1085386-3 SSP/MT e portadora do CPF nº 027.273.491-81, natural de Terra Nova do Norte – Estado de MT, nascida em 14-04-1989, residente e domiciliada na Rua dos Jacarandás, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Ponaynh Alexandria Trentin Noro Grunevald, brasileira, casada, auxiliar administrativo, inscrita no RG nº 24060640 SSP/MT e portadora do CPF nº 038.041.141-56, natural de Terra Nova do Norte – Estado de MT, nascida em 15-02-1992, residente e domiciliada na Rua dos Jacarandás, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Kelvin Ariel Giacomelli, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no RG nº 1936220-0 e portador do CPF nº 023.854.781-70, natural de Guaraciaba – Estado de SC, nascido em 05-12-1990; Gilmar Ertt, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 12775347 SSP/MT e portador do CPF nº 879.015.011-20, natural de Pranchita – Estado de PR, nascido em 20-09-1972, residente e domiciliado a avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Neldi Ema Dallabrida, brasileira, casada, comerciante, inscrita no RG nº 3033784103 SSP/RS e portadora do CPF nº 907.978.411-72, natural do Rio Grande do Sul – Estado de RS, nascida em 03-12-1955, residente e domiciliada na Avenida Norberto Schwants, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Air dos Santos, brasileiro, casado, frentista, inscrito no RG nº 490135 SSP/SC e portador do CPF nº 621.945.001-97, natural de Tenente Portela – Estado de MT, nascido em 24-09-1967, residente e domiciliado na Rua dos Jacarandás, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Fernando Fortunato de Souza, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG nº M-7.627.254 SSP/MG e portador do CPF nº 051.528.936-14 natural de Iturama – Estado de MG, nascido em 24-01-1981, residente e domiciliado na Rua dos Cajueiros, nº 156, Centro, município de Nova Guarita, estado de MT; Valdomiro De Almeida Bomfim, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 965222 SSP/MT e portador do CPF nº 805.357.391-68, natural de Gúaira – Estado de PR, nascido em 30-07-1974, residente e domiciliado na rua; Edson Gonzaga Ribeiro, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no RG nº 3.908.368-0 e portador do CPF nº 659.919.589-04, natural de Santo Inácio – Estado do PR, nascido em 10-02-1968, residente e domiciliado a Avenida dos Migrantes, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, estado de MT; Neri Carlos Dallabrida, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no RG nº 2011140908 SSP/RS e

agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. ficando essa ata lavrada e que
é assinada por todos. Ruben Grunwald. Expedito Pereira Lopes
Mário Carlos Barros Pedreira. Guido Porto Rosângela
Reccione Bozarette, João São. Izabel Karine Grunwald
Enayph A. Quintan novo. Maria Barbieri Maria Brasil
Guilherme Gilmar Est. Chou de Souza Babstini Nardi Anna Kallakniela
Ana Luiza Kallakniela - Carlos Gonzaga Rosângela
Marta Kallakniela de Almeida. Infante. Casa dos Santos
Hortor Roberto Grunwald. Rely Delgas Baltezar
da Cruz. Fernando Bertinotti. de Souza
Francisco Carlos Roraldi de Freitas



REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Jucilei Tonetti
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT

AMC 35118 AS 04, 10
Consulta: www.tri.mil.gov.br/selos

Estado do Ceará



ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT – RADIO ARAGUAIA FM

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete (2017), ocorreu na sede da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, às 19 horas em primeira chamada com o quórum dos presentes, a Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - RADIO ARAGUAIA, tendo em vista deliberar a seguinte ordem do dia ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RADIO ARAGUAIA – entidade mantenedora da Rádio Araguaia FM Comunitária. Para dar início o Presidente Rubem Grunevald, deu as boas vindas aos presentes e explanou os motivos da referida Assembleia. Rubem, relatou que se faz necessário realizar uma Eleição para em seguida conceder posse aos membros do Conselho Comunitário que terá como finalidade acompanhar e avaliar a programação da Rádio comunitária Araguaia FM, assim sendo o Presidente, na falta da secretária titular, pediu para que a senhora Karine Grunevald redigisse a ata, repassou a palavra então secretária nomeada onde a mesma explanou os nomes das pessoas físicas e suas devidas entidades representada, ACING – Associação Comercial e Industrial de Nova Guarita, inscrita no CNPJ – 00.188.343/0001-21, cito a Avenida dos Migrantes, nº 945, Centro, Nova Guarita, Estado de MT. Sendo que será representada pelo senhor Antonio Carlos Borges Rodrigues, Comerciante, Brasileiro, Solteiro, Natural de Santa Luzia – Estado de MA, nascido em 14-05-1978, residente a Avenida dos Migrantes, S/N, Centro no Município de Nova Guarita, Estado de MT, Inscrito no CPF: 811.693.291-87; AAPNG – Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita, Inscrito no CNPJ – 05.568.874/0001-63, com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, S/Nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. Será representada pelo senhor Guido Zarth, Brasileiro, Casado, agricultor aposentado, Natural de Santa Rosa, Estado do RS, Residente a Avenida dos Migrantes, SN, no Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 14-08-1933, inscrito no CPF –081.738.340-91; APAE – Associação de Pais e Amigos do Município de Nova Guarita – MT, Inscrito no CNPJ –02.989.900/0001-39, com sede cito a, Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. A qual representada pela Senhora, Neiva Maria Barbieri, Brasileira, casada, Comerciante, Natural de Santo Cristo, Estado do SC, Residente a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascida em 23-07-1961, Inscrita no CPF: 425.816.729-00; ROTARY CLUB DE NOVA GUARITA, Inscrito no CNPJ: 11.368.241/0001-04, Com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, representado pelo Senhor Francisco Endler, Brasileiro, casado, mecânico, Natural de Rio Grande do Sul – RS, residente e domiciliado a Avenida Norberto Schwants, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 26-08-1962, Inscrito no CPF – 447.227.610-00; STR – Sindicato dos Trabalhadores de Nova Guarita, inscrito no CNPJ –01.410.246/0001-02, tendo sua sede cito a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, no Município de Nova Guarita, Estado de MT, neste ato será representada pelo senhor Germano Muller, Agricultor, Brasileiro, Casado, Natural de Tenente Portela, Estado de RS, nascido em 09-06-1945, Inscrito no CPF 102.048.570-15, após este fato a Secretária repassou a palavra ao Presidente que colocou em votação os referidos nomes, segue foi aprovado de forma unânime pelos presentes, assim sendo o Presidente aproveitou o ensejo, em seguida concedeu posse aos Conselheiros da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita/MT – Radio Araguaia FM, que terá a missão de acompanhar e avaliar a programação da Rádio comunitária Verde Matas, onde terá mandato de 05-04-2017 à 05-04-2019 sendo os seguintes eleitos, ACING – Associação Comercial e Industrial de Nova Guarita, inscrita no CNPJ – 00.188.343/0001-21 cito a Avenida dos Migrantes, nº 945, Centro, Nova Guarita, Estado de MT. Sendo que será representada pelo senhor Antonio Carlos Borges Rodrigues, Comerciante, Brasileiro, Solteiro, Natural de Santa Luzia – Estado de MA, nascido em 14-05-1978, residente a Avenida dos Migrantes, S/N, Centro no Município de Nova Guarita, Estado de MT, Inscrito no CPF: 811.693.291-87; AAPNG - Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita, Inscrito no CNPJ – 05.568.874/0001-63, com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, S/Nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Será representada pelo Senhor Guido Zarth, Brasileiro, Casado, agricultor aposentado, Natural de Tenente Portela, Estado do Rio

todos os presentes e deu por encerrada a referida Assembleia Geral Extraordinária a qual eu Karine Grunewald,
neste ato sendo voluntária nomeada da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita, lavrei e a mesma
segue assinada por mim e por todos os Diretores.

Rubem Grunewald, Guido Rost
Espirito Santo Lopes, Milton Carlos Borges Rodrigues.
Rosângela Facchini, Rogaretti, João José Segeratto
Karine Grunewald Penayá, A. Fontinello, Leora Maria Barbieri
Maurício José Ciprianielli, Gilmar Antônio Claro de Souza Balistrini
Válteri Tuma Folladorida, Nivaldo Della Bratta, Ezequiel & Arnau
Hélio José da Silva, Valdomiro de Almeida Sampaio,
Heitor BALISTRINI, Air do Santos Jomaris & Petry
Dejair Baltazar da Cruz, Fernando Fortunato
de Souza, Francisco Mendes, Ronaldo de Freitas

ESTADO DE PESSOAS JURÍDICAS



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.
Reg. Nº. R-109 AV-06
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.
Terra Nova do Norte, 23 de 05 de 2017
[Assinatura]
REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Jucilei Tonetti
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT

 **2ª Serviço Notarial e Registral de Terra Nova do Norte/MT**
Av. Nereu Schaeffer, 195 - Centro (CEP: 78.506-000) - Fone: (67) 3534-1015 - E-mail: cartorio2@terra.novamt.gov.br

Feder. Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(8) 107

AXC 35113 RS 04 10
Consulta: www.tjmt.gov.br/seles

Seto de Controle Digital





ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA – RADIO ARAGUAIA FM


Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezessete 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita – Radio Araguaia FM, entidade mantenedora da Radio Comunitária Araguaia FM 87,9, a reunião do Conselho Comunitário da Radio Comunitária Araguaia FM – na sede administrativa da mesma tendo em vista a deliberar a cerca da programação Radio Araguaia FM. Apurado os últimos doze meses sendo do mês de maio de 2016 ao mês de maio de 2017, O Conselho composto pelas instituições; ACING – Associação Comercial e Industrial de Nova Guarita, inscrita no CNPJ – 00.188.343/0001-21, com sede cito a Avenida dos Migrantes, nº 945, Centro, Nova Guarita, Estado de MT. Sendo que será representada pelo senhor Antonio Carlos Borges Rodrigues, Comerciante, Brasileiro, Solteiro, Natural de Santa Luzia – Estado de MA, nascido em 14-05-1978, residente a Avenida dos Migrantes, S/N, Centro no Município de Nova Guarita, Estado de MT, Inscrito no CPF: 811.693.291-87; AAPNG - Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita, inscrita no CNPJ – 05.568.874/0001-63, com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, S/Nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. Será representada pelo Senhor Guido Zarth, Brasileiro, Casado, agricultor aposentado, Natural de Santa Rosa, Estado do RS, residente a Avenida dos Migrantes, SN, no município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 14-08-1933, inscrito no CPF – 081.738.340-91; APAE – Associação de Pais e Amigos do Município de Nova Guarita – MT, inscrita no CNPJ – 02.989.900/0001-39, com sede cito a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. A qual representada pela Senhora, Neiva Maria Barbieri, Brasileira, casada, Comerciante, Natural de Santo Cristo, Estado do SC, Residente a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascida em 23-07-1961, inscrita no CPF: 425.816.729-00; ROTARY CLUB DE NOVA GUARITA, inscrita no CNPJ: 11.368.241/0001-04, Com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, representado pelo Senhor Francisco Endler, Brasileiro, casado, mecânico, Natural de Rio Grande do Sul – RS, residente e domiciliado a Avênida Norberto Schwants, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 26-08-1962, inscrito no CPF – 447.227.610-00, STR – Sindicato dos Trabalhadores de Nova Guarita, inscrito no CNPJ – 01.410.246/0001-02, tendo sua sede cito a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, no Município de Nova Guarita, Estado de MT, neste ato será representada pelo senhor Germano Muller, Agricultor, Brasileiro, Casado, Natural de Tenente Portela, Estado de RS, nascido em 09-06-1945, inscrito no CPF 102.048.570-15, Para dar inicio a voluntaria Karine Grunevald deu as boas vindas aos presentes e mencionou a importância de si realizar este importante ato, tão memorável para população em seguida foi concedida a oportunidade para cada um dos presentes a fim de expor suas opiniões sobre a programação e a melhoria que possa vir ter, cada um dos conselheiros presentes, relacionou a sua satisfação de fazer parte deste instrumento de democracia que é o Conselho Comunitário da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita – Radio Araguaia FM, dado isso foi colocado para exposição dos presentes seus comentários com relação à programação da Radio Araguaia FM, Francisco Endler, relacionou que a Radio Araguaia FM tem feito um relevante trabalho frente à temática de se realizar uma comunicação que informe a comunidade e mencionou ainda a dificuldades de muitas vezes não conseguir chegar ate aos agricultores local devido a potência limitada de 25 Watts. Para Neiva Maria Barbieria Rádio Comunitária tem sido um instrumento de inclusão social através de um veículo de comunicação como também realizando um importante papel na propagação de artistas locais e divulgação de importantes eventos em parceria com diversas entidades locais. Antônio Carlos Borges Rodrigues explanou que é preciso melhorar em alguns aspectos como buscar maior parceria por parte das lideranças sociais, e ter maiores espaços na cultura local, já existem inúmeros boletins informativos veiculados a todo o momento com conteúdos de Notícias, Cultura, curiosidades e variedades e uma programação que muito enaltece a comunidade e faz com que as pessoas sentissem a necessidade de ouvir a Radio Araguaia FM. Para Guido Zarth a Radio Araguaia FM tem sido um espaço aberto em apoio à divulgação em avisos e comunicado a Comunidade onde temos visto inúmeros


programas de cunho informativo e Cultural com a participação de líderes sociais de entidades representativas. Germano Muller enalteceu a programação desenvolvida pela Radio Araguaia FM, precisamos construir um mundo melhor através da inclusão um veículo de comunicação de massa do Brasil que é o Rádio. Pautado sempre pela veracidade e que em cada conteúdo gera-se um senso crítico e construtivo a sociedade. Para dar ciência segue em anexo a grade de Programação com histórico de cada programa veiculado na Radio Araguaia FM, assim foi concluída a reunião deliberativa do conselho comunitário e depois derelato em ata e aprovado por unanimidade e comprometendo-se, ainda, de acordo com o que estabelece a portaria 4.334/2015 do Ministério das Comunicações em concordância com a lei 9.612/1997. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata pela Senhora Karine Grunevald neste ato voluntário deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.





Francisco Endler
Rotary Club Nova Guarita


Neiva Maria Barbieri
APAE - Associação dos pais e amigos


Germano Muller
Sindicato dos Trabalhadores


Antonio Carlos Borges Rodrigues
ACING - Associação comercial e industrial
de Nova Guarita


Guido Zarth
Associação dos Aposentados e pensionistas

2º Serviço Notarial e Registral de Terra Nova do Norte/MT
Av. Florbeto Schwantes, 993 - centro - CEP 78.505-000 - Fone: (66) 3534-1035 - Email: cartorionorte@gmail.com

Estado: Estado do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTRAR
Cod. Atos: 107

AXO 35102 25 04 10
Consultar: www.tj.mt.gov.br/assessoria

2018 Selo de Controle Digital

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.**

Reg.Nº. R-109 AV-09

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte, 23 de 05 de 2017


REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Jucilei Tonetti
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA – RADIO ARAGUAIA FM

Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezessete 2017, às 20 Horas ocorreu na sede da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita – Radio Araguaia FM, entidade mantenedora da Radio Comunitária Araguaia FM 87,9, a reunião do Conselho Comunitário da Radio Comunitária Araguaia FM – na sede administrativa da mesma tendo em vista a deliberar a cerca da programação Radio Araguaia FM. Apurado os últimos doze meses sendo do mês de maio de 2016 ao mês de maio de 2017, O Conselho composto pelas instituições; ACING – Associação Comercial e Industrial de Nova Guarita, inscrita no CNPJ – 00.188.343/0001-21, cito a Avenida dos Migrantes, nº 945, Centro, Nova Guarita, Estado de MT. Sendo que será representada pelo senhor Antonio Carlos Borges Rodrigues, Comerciante, Brasileiro, Solteiro, Natural de Santa Luzia – Estado de MA, nascido em 14-05-1978, residente a Avenida dos Migrantes, S/N, Centro no Município de Nova Guarita, Estado de MT, Inscrito no CPF: 811.693.291-87; AAPNG - Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Nova Guarita, Inscrita no CNPJ – 05.568.874/0001-63, com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, S/Nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. Será representada pelo Senhor Guido Zarth, Brasileiro, Casado, agricultor aposentado, Natural de Santa Rosa, Estado do RS, residente a Avenida dos Migrantes, SN, no município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 14-08-1933, inscrito no CPF – 081.738.340-91; APAE – Associação de Pais e Amigos do Município de Nova Guarita – MT, Inscrita no CNPJ – 02.989.900/0001-39, com sede cito a, Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT. A qual representada pela Senhora, Neiva Maria Barbieri, Brasileira, casada, Comerciante, Natural de Santo Cristo, Estado do SC, Residente a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascida em 23-07-1961, Inscrita no CPF: 425.816.729-00; ROTARY CLUB DE NOVA GUARITA, Inscrita no CNPJ: 11.368.241/0001-04, Com sua sede cito a Avenida dos Migrantes, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, representado pelo Senhor Francisco Endler, Brasileiro, casado, mecânico, Natural de Rio Grande do Sul – RS, residente e domiciliado a Avenida Norberto Schwants, s/nº, Centro, Município de Nova Guarita, Estado de MT, Nascido em 26-08-1962, Inscrito no CPF – 447.227.610-00, STR – Sindicato dos Trabalhadores de Nova Guarita, inscrito no CNPJ – 01.410.246/0001-02, tendo sua sede cito a Avenida dos Migrantes, s/nº, Bairro Centro, no Município de Nova Guarita, Estado de MT, neste ato será representada pelo senhor Germano Muller, Agricultor, Brasileiro, Casado, Natural de Tenente Portela, Estado de RS, nascido em 09-06-1945, Inscrito no CPF 102.048.570-15, Para dar inicio a voluntaria Karine Grunevald deu as boas vindas aos presentes e mencionou a importância de si realizar este importante ato, tão memorável para população em seguida foi concedida a oportunidade para cada um dos presentes a fim de expor suas opiniões sobre a programação e a melhoria que possa vir ter, cada um dos conselheiros presentes, relacionou a sua satisfação de fazer parte deste instrumento de democracia que é o Conselho Comunitário da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita – Radio Araguaia FM, dado isso foi colocado para exposição dos presentes seus comentários com relação à programação da Radio Araguaia FM, Francisco Endler, relacionou que a Radio Araguaia FM tem feito um relevante trabalho frente à temática de se realizar uma comunicação que informe a comunidade e mencionou ainda a dificuldades de muitas vezes não conseguir chegar ate aos agricultores local devido a potência limitada de 25 Watts. Para Neiva Maria Barbieri Radio Comunitária tem sido um instrumento de inclusão social através de um veiculo de comunicação como também realizando um importante papel na propagação de artistas locais e divulgação de importantes eventos em parceria com diversas entidades locais. Antônio Carlos Borges Rodrigues explanou que é preciso melhorar em alguns aspectos como buscar maior parceria por parte das lideranças sociais, e ter maiores espaços na cultura local, já existem inúmeros boletins informativos veiculados a todo o momento com conteúdos de Noticias, Cultura, curiosidades e variedades e uma programação que muito enaltece a comunidade e faz com que as pessoas sentem necessidade de ouvir a Radio Araguaia FM. Para Guido Zarth a Radio Araguaia FM tem sido um Espaço aberto em apoio à divulgação em avisos e comunicado a Comunidade onde temos visto inúmeros

programas de cunho informativo e Cultural com a participação de líderes sociais de entidades representativas. Germano Muller enalteceu a programação desenvolvida pela Radio Araguaia FM, precisamos construir um mundo melhor através da inclusão um veículo de comunicação de massa do Brasil que é o Rádio. Pautado sempre pela veracidade e que em cada conteúdo gera-se um senso crítico e construtivo a sociedade. Para dar ciência segue em anexo a grade de Programação com histórico de cada programa veiculado na Radio Araguaia FM, assim foi concluída a reunião deliberativa do conselho comunitário e depois derelato em ata e aprovado por unanimidade e comprometendo-se, ainda, de acordo com o que estabelece a portaria 4.334/2015 do Ministério das Comunicações em concordância com a lei 9.612/1997. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata pela Senhora Karine Grunevald neste ato voluntário deu por encerrada a presente que segue assinada pelos Conselheiros.




Francisco Endler
Rotary Club Nova Guarita



Neiva Maria Barbieri
APAE – Associação dos pais e amigos



Germano Muller
Sindicato dos Trabalhadores



Antonio Carlos Borges Rodrigues
ACING – Associação comercial e industrial
de Nova Guarita



Guido Zarth
Associação dos Aposentados e pensionistas

<u>PROGRAMAÇÃO DO SÁBADO</u>	
5:00 as 7:00 h	PROGRAMA AMANHECER NO SERTÃO <ul style="list-style-type: none"> • Musica sertaneja e raiz • Apresentação :Milton macarrão
7:00 as 9:00	PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL ESPECIAL DE SÁBADO <ul style="list-style-type: none"> • Musica de bom gosto e seus lançamentos nacionais mundiais e informações • Conteúdo: notas de utilidade pública,horóscopo • Apresentação: GEANE B.BUENO
9:00 AS 10:00h	TRANSMISSÃO DO PROGRAMA EXPERIÊNCIA DE DEUS <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação: padre Reginaldo Manzotti
10:00 as 12:00h-	2ª EDIÇÃO DO PROGRAMA ARAGUAIA TOTAL <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação: GEANE B.BUENO
12:00 as 13:0	ALÔ MATO GROSSO <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação : Vanderlei Munhoz
13:00 as 13:30	PROGRAMA DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS
13:30 as 17:30..	PROGRAMA TARDE SERTANEJA <ul style="list-style-type: none"> • Músicas sertanejasatuais e sertanejas universitário • Apresentação: Taís Camila Kunzler
17:30 as 18:00	Programa da Igreja Mundial do Poder de Deus
18:00 as 19:00	Programação Musical
19:00as 20:00	TRASMISSAO DA MISSA DA IGREJA CATÓLICA <ul style="list-style-type: none"> •
20:00as 21:30	Show de Sabado <ul style="list-style-type: none"> • Musicas de todos os ritmos Apresentação: Taís Camila Kunzler

Guido Zottli N. ~~de~~ Gersono Mills
Franisco Endler

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO	
5:00 as 7:00 h	PROGRAMA AMANHECER NO SERTÃO <ul style="list-style-type: none"> • Musica sertaneja e raiz • Apresentação : Milton macarrão
7:00 AS 7:30	PROGRAMA JORNAL DA FAMATO E PROSA RURAL
7:30 AS 8:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL
8:00 AS 9:00	TRASSMISSÃO DA MISSA IGREJA CATÓLICA
9:00 as 12:00	PROGRAMA MOMENTO NATIVO <ul style="list-style-type: none"> • Musica gaúcha de Bom Gosto • Apresentação Anderson Alves
12:00 as 17:30	PROGRAMA ARAGUAIA CAMPEIRA <ul style="list-style-type: none"> • Músicas sertanejas raízes, atuais e sertanejas universitário • Apresentação : Milton macarrão
17:30 as 19:00	PROGRAMAÇÃO MUSICAL SEM APRESENTADOR
19:00 as 21:30	PROGRAMA ESPECIAL DE DOMINGO <ul style="list-style-type: none"> • Musicas de todos os ritmos • Apresentação Taís Camila Kunzler

Guido Zotto N. ~~115~~ Genova Italia
Framinto Italy



ATA Nº 11/2017

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, ESTADO DE MATO GROSSO, PRESTAÇÃO DE CONTA E CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete reuniram-se nas dependências da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita - Rádio Araguaia, os sócios e a diretoria executiva. O presidente Sr. Rubem Grunevald deu boas vindas aos presentes e explanou os motivos da referida assembleia geral extraordinária que é a importância da reformulação do estatuto conforme está estabelecido pela portaria 4.334/2015 do Ministério das Comunicações em concordância com a lei 9.612/1997; a prestação de contas e a convocação para eleição da nova diretoria, após verificar a ausência da secretária titular, o Rubem Grunevald, convidou a Sra Karine Grunevald ali presente neste ato voluntário para lavrar a presente ata, passou a palavra para a secretária voluntária para que faça a leitura do estatuto, para que seja realizada a reformulação do mesmo. A secretária repassou a palavra para o presidente, que fez breve comentário sobre a mudança do estatuto, apontando os principais pontos, abriu espaço para comentários, após foi aprovado a reformulação do estatuto da associação dos amigos do município de Nova Guarita - Rádio Araguaia FM. O presidente aproveitou o oportuno e juntamente com o tesoureiro o Sr. Milton Przniska realizaram prestação de contas da entidade a todos os membros. Rubem Grunevald enfatizou a importância da eleição da nova diretoria, ficando assim convocado todos os sócios, através de convite escrito e chamadas durante a programação da emissora e com edital de convocação fixado em mural para assembleia geral de eleição da nova diretoria executiva e conselho fiscal, para o biênio 2017/2019, ficando assim combinado que no dia oito do mês de maio do referente ano, será realizada a eleição da nova diretoria. O presidente deixou claro que todos têm direito de formar uma chapa, fazendo a inscrição com até quinze dias de antecedência no escritório da emissora. Sem mais nada a tratar o presidente reiterou os agradecimentos de todos os presentes e deu por encerrada a referida assembleia geral extraordinária, a qual eu Karine Grunevald lavrei a ata e a mesma após lida e aprovada, é assinada por todos.

*Rubem Grunevald Expedito Pereira Lopez
Rubem Carlos Borges Ribeiro. Guido Zotti Rosângela Piccinini
Bazanetti, Vitor Socio Jorgense Karine Grunevald.
Pereira A. Tontim novo. Maria Maria Barbieri
Gilmar Eoff (Mre. de senza palatinu) Nali Lima Kallabrida
plac boates Nallabrida Edna Gonzaga Romo
M. M. de Almeida de Almeida
Herton Batista dos Santos Genasio Y Pety
Deyan Baltazar da Cruz. Leticia Estanato de Souza
Ferreira Eulzer Ronaldo de Freitas*



2º Serviço Notarial e Registral de Terra Nova do Norte/MT
Av. Norberto Schuchardt, 209, Centro, CEP 78.515-000 - Fone: (65) 3534-1005 - Email: canprocur@tndn.com

**2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.**

Reg.Nº. R-109 AV-07

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte, 23 de 05 de 20 2017

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT
Radio Araguaia FM
Rua dos Jacarandás, S/Nº, Centro
CEP: 78.508-000
Nova Guarita - MT

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70.044-900
Brasília – DF





JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO

CERTIFICO que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **MILTON PRZINSKA** (Título Eleitoral: 006828051813) é **MEMBRO - SECRETARIO DO CONSELHO CONSULTIVO** (exercício: 29/08/2015 a 29/08/2018) do órgão partidário, abaixo descrito:

Partido Político:	25 - DEMOCRATAS
Órgão Partidário:	Órgão definitivo
Abrangência:	NOVA GUARITA - MT - Municipal
Vigência:	Início: 29/08/2015 Final: 29/08/2018
Código de Validação:	C5ONqsuwK3WXUxjZW4eqCxSUQag=
Certidão emitida em:	04/08/2017 09:17:42

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

NOTA TÉCNICA Nº 18657/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.024630/2014-04.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para manifestação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita**, estado do **Mato Grosso**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi protocolado em 23/10/2014 (fl. 1 do evento SEI 0264156), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 16/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

3. Dito isso, após análise dos autos e de consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (evento SEI 2103408), verificou-se que Sr. **Milton Przniska**, Vice-Tesoureiro da entidade, é também Secretário do Conselho Consultivo da Executiva Municipal do Partido Democratas, com vigência de 29/08/2015 a 29/08/2018, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU publicada no DOU de 21/9/2015.

4. De acordo com o art. 132, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, a existência de vínculo é vício de **caráter insanável**. Ademais, conforme previsão do art. 137, parágrafo único da mesma Portaria, o dispositivo já está em vigor, uma vez que transcorreu o prazo de um ano da publicação da Portaria.

5. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] III - constatada a existência de vínculo", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

6. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Requerente acerca dos elementos verificados, para, se desejar, manifestar-se, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Analista de Nível Superior**, em 22/08/2017, às 08:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2131967** e o código CRC **6BC1C10D**.

Minutas e Anexos: (Certidão do TSE - evento SEI 2103408).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 35773/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Isabel Cembranel Giacomelli

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

CEP: 78508.000 - Nova Guarita/MT

CNPJ nº 03.100.760.0001-69

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024630/2014-04.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18657/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e, em não havendo, o pleito de renovação de outorga será indeferido. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,

INALDA CELINA MADIO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 17/08/2017, às
10:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2132005 e o código CRC **69A12EB7**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 35773/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024630/2014-04 - Nº SEI: 2132005

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 35773/2017/SEI-MCTIC, 17/08/2017
53900.024630/2014-04

MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI

ASS. DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

78508.000 Nova Guarita / MT

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Thalya Teixeira de Souza

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

04/09/17

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

062.409.811-40

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTMarines dos Santos
MATRICULA 8428936-R

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

04 SET 2017

ECT/DR/MT



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 91349590 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Service Público Federal
Ministério da Comunicações

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Service Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

01250.058860/2017-18

Ofício N.º 001/2017

À

Inalda Celina Madio
Coordenadora-Geral de Radiofusão Comunitária

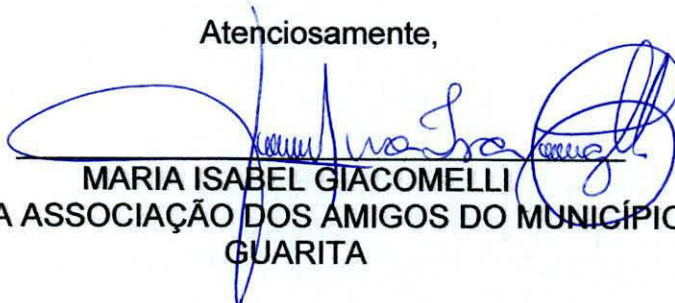
Nova Guarita dia 18 de setembro de 2017.

Ilustríssimo Senhor,

Conforme solicitação do Ofício nº 35773/2017/SEI-MCTIC, encaminhamos em anexo a certidão da composição do DEMOCRATAS. Onde o Sr. Milton Przniska não faz mais parte do Diretório Municipal do Democratas.

Sem mais para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente,



MARIA ISABEL GIACOMELLI
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA
GUARITA

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 22/09/17 às 15:40 horas
Assinatura: Ponciano



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	25 - DEMOCRATAS		
Órgão Partidário:	Órgão definitivo		
Abrangência:	NOVA GUARITA - MT - Municipal		
Vigência:	Início: 14/09/2017 Final: 29/08/2018		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	14/09/2017
Protocolo:			
Endereço:	RUA DAS HORTENCIAS,196	Bairro:	CENTRO
Município:	NOVA GUARITA / MT	CEP:	78.508-000
Complemento:		CNPJ:	06.355.285/0001-60
Telefone:	(66) 8442-9102	Fax:	
Celular:			
E-mail:	geanebbueno@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício / Situação
PRESIDENTE	GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
VICE-PRESIDENTE	BRYAN BOSCHETTI BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SECRETÁRIO-GERAL	INES ZITA LORENZETTI	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
TESOUREIRO	HERCILIO BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO	ANGELA MARLI DILL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO	CLAUDINEY RAMPAZZO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO	MICHELE CRISTINA PREZNISKA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	CLECY BELATO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	DANIELLE DE SOUZA OLIVEIRA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	IVONE APARECIDA RAMPAZZO DA SILVA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	JOSE LOMEU	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo

Cargo	Membro	Exercício / Situação
SUPLENTE	NELCI CARNIEL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	SONIA TEREZINHA ZANCHETTA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	IVO ROQUE TERNUNS	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	JOCELANI BOSCHETTI MACULAN	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	LADIR JOSE GIACOMELLI	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	MAURICIO GRUNEVALD	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	NELDI EMA DALABRIDA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	NERI CARLOS DALABRIDA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	VILMAR ZARTH	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	AMERICO PATEL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	DORVALINO ROSA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	FRANCISCO SANTOS SILVA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	ROGERIO FRITSCHI DILL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo

Código de Validação	lkqWYjB55Mk5cHUIj9206yFkg+g=
Certidão emitida em	15/09/2017 12:20:22

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



DESTINATÁRIO / Recipient			TELEFONE/Phone number	
Ministério da Ciência Tecnologia e Comun. Ed. Esplanada dos Ministérios Bloco R 3º Andar				
CEP Zip	70044900	CIDADE/City Brasília	UF/State BR	PAÍS/Country



(ETIQUETA OU CARIMBO NP)

REMETENTE / Sender

Associação dos Amigos J. Gta

ENDEREÇO / Address

Rua dos ferreirandas

CEP / Zip

76500636

CIDADE / City

J. Gta

UF / State

MT

PAÍS / Country



"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
"To recycle materials is to preserve the environment"



76500636

TELEFONE / Phone number

DEVOLUÇÃO / Return

(CN15)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved) | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased) |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused) | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address) |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown) | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number) |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Other) |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent) | |

Tentativas de entrega (Delivery attempts)

1ª / / às 2ª / / às 3ª / / às

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager) |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / / (Reinstated to postal service) |

Data: / / Assinatura: _____
Date Signature



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	25 - DEMOCRATAS		
Órgão Partidário:	Órgão definitivo		
Abrangência:	NOVA GUARITA - MT - Municipal		
Vigência:	Início: 14/09/2017 Final: 29/08/2018		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	14/09/2017
Protocolo:			
Endereço:	RUA DAS HORTENCIAS,196	Bairro:	CENTRO
Município:	NOVA GUARITA / MT	CEP:	78508000
Complemento:		CNPJ:	06.355.285/0001-60
Telefone:	(66) 8442-9102	Fax:	
Celular:			
E-mail:	geanebbueno@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício / Situação
PRESIDENTE	GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
VICE-PRESIDENTE	AMERICO PATEL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
VICE-PRESIDENTE	BRYAN BOSCHETTI BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SECRETÁRIO-GERAL	INES ZITA LORENZETTI	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
TESOUREIRO	HERCILIO BUENO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO	ANGELA MARLI DILL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO	CLAUDINEY RAMPAZZO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo

Cargo	Membro	Exercício / Situação
MEMBRO	MICHELE CRISTINA PREZNISKA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	CLECY BELATO	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	DANIELLE DE SOUZA OLIVEIRA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	IVONE APARECIDA RAMPAZZO DA SILVA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	JOSE LOMEU	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	NELCI CARNIEL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE	SONIA TEREZINHA ZANCHETTA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	IVO ROQUE TERNUNS	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	JOCELANI BOSCHETTI MACULAN	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	LADIR JOSE GIACOMELLI	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	MAURICIO GRUNEVALD	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	NELDI EMA DALABRIDA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	NERI CARLOS DALABRIDA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
MEMBRO DO DIRETÓRIO	VILMAR ZARTH	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	DORVALINO ROSA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	FRANCISCO SANTOS SILVA	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo
SUPLENTE DO DIRETÓRIO	ROGERIO FRITSCHI DILL	14/09/2017 - 29/08/2018 / Ativo

Código de Validação	mlpMYp0oriiHlx1FmVcRcEgtwoU=
Certidão emitida em	23/10/2017 09:45:10

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA
CNPJ: 03.100.760/0001-69

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:41:43 do dia 23/10/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/11/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>03.100.760/0001-69</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>20/04/1999</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>*****</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</div> <div>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>399-9 - Associação Privada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>AV DOS MIGRANTES</div>	<div>NÚMERO</div> <div>SN</div>	<div>COMPLEMENTO</div>
<div>CEP</div> <div>78.508-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>NOVA GUARITA</div>
<div>UF</div> <div>MT</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		
<div>TELEFONE</div> <div>(065) 5741-180</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>09/04/2007</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 23/10/2017 às 10:42:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 23/10/2017

Certidão CNPJ (2322698)

SEI 53900.024630/2014-04 / pg. 6

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina
Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 26537/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**
Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita**, estado do **Mato Grosso**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0264156), em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 16/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .		
	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Cópia do estatuto social.	O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015.
	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	Estatuto Social atualizado, contendo entre outras, a seguinte disposição: - modificar o art.15 do Estatuto Social, para permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada ao menos por 1/5 dos associados (art.60 da Lei nº 10.406/2002- Código Civil). Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no

	registro inicial do Estatuto (no Livro A, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, bem como as averbações de suas alterações, conforme art. 116 da lei nº 6.015, de 31/12/1973), no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.
--	--

3. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 21/11/2017, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/11/2017, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2401512** e o código CRC **6D65C18D**.

Minutas e Anexos
Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 2401512



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49803/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Isabel Cembranel Giacomelli

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita(CNPJ nº 03.100.760/0001-69)

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

CEP: 78508.000 - Nova Guarita/MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024630/2014-04.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26537/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/11/2017, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2401563** e o código CRC **5059FD40**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49803/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024630/2014-04 - Nº SEI: 2401563

Data de Envio:

24/11/2017 09:49:59

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radioaraguaia@hotmail.com
geanebbueno@hotmail.com
claudiagrunevald@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2401512.html
Oficio_2401563.html

NOTA TÉCNICA Nº 8388/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita**, estado de **Mato Grosso**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 0264156), em 23/10/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 16/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.

	Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
Portaria nº 4334,	Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>- permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada ao menos por 1/5 dos associados (art.60 da Lei nº 10.406/2002- Código Civil).</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado (artigo 15) para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de</p>

publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.			Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
	Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
	Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa à Seguridade Social.	Em consulta ao sítio da Dataprev, evento SEI, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, evento SEI, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 130, § 6º, inciso V	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, evento SEI, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos à

	Art. 130, § 6º, inciso VI	tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Da consulta ao sítio da Justiça do Trabalho, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão negativa de débitos trabalhistas. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 19/04/2018, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2018, às 12:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2890950** e o código CRC **C2EB0E89**.

Anexo 5 - evento SEI 2899273.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 2890950

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 14914/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Isabel Cembranel Giacomelli

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita (CNPJ nº 03.100.760/0001-69)

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

CEP: 78508.000 - Nova Guarita/MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024630/2014-04.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8388/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais

assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 20/04/2018, às
12:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2892177 e o código CRC **1903257F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 14914/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024630/2014-04 - Nº SEI: 2892177

Data de Envio:

25/04/2018 10:22:00

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radioaraguaia@hotmail.com
geanebbueno@hotmail.com
claudiagrunevald@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024630/2014-04

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2890950.html
Anexo_2899273_ANEXO_5.pdf
Oficio_2892177.html

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16503/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**

Assunto: **INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA.
ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, na localidade de **Nova Guarita/MT**, por meio da Portaria nº 140, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de fevereiro de 2002, e do Decreto Legislativo nº 974, publicado no DOU de 16 de novembro de 2004.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 23/10/2014, e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 16/10/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

3. Após a análise dos autos, foram encontradas pendências na documentação encaminhada, as quais foram elencadas na Nota Técnica nº 8388/2018/SEI-MCTIC, 2890950, enviada eletronicamente em 25/04/2018, para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI.

4. Entretanto, até a presente data, não consta resposta da Radiodifusora.

5. Portanto, com base no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, segundo o qual "A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

6. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sugere o **indeferimento** da renovação da outorga da Entidade.

7. Por fim, com base no § 5º do art. 130 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, sugere-se que a Radiodifusora seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente um único **recurso administrativo**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

NATÁLIA FROEMMING
Economista

Aprovo a Nota Técnica nº 16503/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração da Senhora Diretora do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

(assinado eletronicamente)

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 26/07/2018, às 08:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/07/2018, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3185928** e o código CRC **8E482D14**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04**SEI nº 3185928**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 16503/2018/SEI-MCTIC, constante no processo nº 53900.024630/2014-04, de sorte a indeferir o pedido de renovação da outorga da **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, autorizada por meio da Portaria nº 140, publicada no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita/MT**, em razão do não cumprimento de exigência no processo de renovação da referida outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 01/08/2018, às 17:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3192488** e o código CRC **C58AFD7A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 3192488



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 29332/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Isabel Cembranel Giacomelli

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita (CNPJ nº 03.100.760/0001-69)

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

CEP: 78508.000 - Nova Guarita/MT

Assunto: **Indeferimento do pedido de renovação da outorga. Abertura de prazo recursal. Processo nº 53900.024630/2014-04.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que o pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária foi indeferido, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 16503/2018/SEI-MCTIC**, em anexo.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/07/2018, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3192556** e o código CRC **6E57CFF4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29332/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024630/2014-04 - Nº SEI: 3192556

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 29332/2018/SEI-MCTIC, 30/07/2018.

53900.024630/2014-04

MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI

Associação de Amigos do Município de Nova Guarita

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

78508-000 Nova Guarita / MT

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Maria Isabel

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

13/08/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

1812437-2

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTJorge Luiz Pzniska
Agente de Correios - Ativ. Comercial
6.428.974-0CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 79383829 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

07 AGO 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA-BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **53900.024630/2014-04**.

Entidade: **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**.

Assunto: **Retomada da análise processual**.

1. Em atenção à previsão contida no §4º do art. 130 da Portaria nº. 4.334/2015/SEI-MCTIC, com redação dada pela Portaria nº. 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, opino pela retomada da análise processual a fim de se notificar a Entidade e verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 17/10/2018, às 07:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3469267** e o código CRC **B51C06C5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 3469267

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.100.760/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/04/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV DOS MIGRANTES		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 78.508-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA GUARITA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (065) 5741-180	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/04/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/10/2018** às **09:04:47** (data e hora de Brasília).



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA**

CNPJ: **03.100.760/0001-69**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:03:30 do dia 19/10/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/11/2018.

Certidão expedida gratuitamente.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.100.760/0001-69

Certidão n°: 160645095/2018

Expedição: 19/10/2018, às 09:30:00

Validade: 16/04/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **03.100.760/0001-69**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Nº 146648



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI** nem contra o **CPF: 758.596.539-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 08:43 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 08h43min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146651

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI** nem contra o **CPF: 758.596.539-72**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 08:53 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 08h54min.

Nº 146653



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **EDSON GONZAGA RIBEIRO** nem contra o **CPF: 659.919.589-04**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 08:57 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 08h57min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146656

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **EDSON GONZAGA RIBEIRO** nem contra o **CPF: 659.919.589-04**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:00 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h00min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT.
Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br

Nº 146658



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **RUBEM GRUNEVALD** nem contra o **CPF: 223.016.230-68**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:02 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h02min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146660

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **RUBEM GRUNEVALD** nem contra o **CPF: 223.016.230-68**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:04 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h04min.

Nº 146663



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **MILTON PRZNISKA** nem contra o **CPF: 296.076.639-34**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:06 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h06min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146667

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **MILTON PRZNISKA** nem contra o **CPF: 296.076.639-34**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:08 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h08min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT.
Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br

Nº 146669



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **ROSANGELA PECCININI LAZARETTI** nem contra o **CPF: 535.854.611-15**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:10 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h10min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146674

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **ROSANGELA PECCININI LAZARETTI** nem contra o **CPF: 535.854.611-15**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:13 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h13min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT.
Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br

Nº 146676



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **CLARA DE SOUZA BALESTRIN** nem contra o **CPF: 899.549.801-30**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**portal.trf1.jus.br/sjmt/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:14 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h14min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT. Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br



Nº 146677

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO** contra o nome **CLARA DE SOUZA BALESTRIN** nem contra o **CPF: 899.549.801-30**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmt/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 19/10/2018 às 09:16 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 19/10/2018, 09h16min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes
Centro Político Administrativo - CEP: 78049-942, Cuiabá/MT.
Fone: (65) 3614-5779. e-Mail: sepce@mt.trf1.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina
Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 23379/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1- Após decorrido mais de dois (2) meses do prazo para cumprimento de pendências por parte da **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, (1ª Exigência), executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Nova Guarita**, estado do **Mato Grosso**, exigidos através da Nota Técnica nº 8388/2018/SEI-MCTIC e comunicada pelo Ofício nº 14914/2018/SEI-MCTIC, recebido em 13/8/2018- AR, evento SEI 3309473, sem que houvesse manifestação por parte da entidade, **observou-se a necessidade de notifica-la novamente de acordo com a legislação em vigor (2ª Exigência).**

ANÁLISE:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria.	<p>Estatuto Social atualizado, contendo entre outras, as seguintes disposições:</p> <p>- permitir que a Assembleia Geral possa ser convocada ao menos por 1/5 dos associados (art.60 da Lei nº 10.406/2002- Código Civil).</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado (artigo 15) para se adequar ao que determina a Portaria.</p>
	Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	<p>Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize</p>

			a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
		Certidão NADA CONSTA da Justiça Estadual.	A Entidade deverá encaminhar <u>Certidão NADA CONSTA Cível, Criminal da Justiça Estadual.</u>

2. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de

correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 22/10/2018, às 10:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/10/2018, às 16:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3478214** e o código CRC **5DAED30D**.

Anexo: Anexo 5 evento SEI 3479462.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 3478214



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 41850/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

Maria Isabel Cembranel Giacomelli

Representante Legal da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita (CNPJ nº 03.100.760/0001-69)

Rua dos Jacarandás, s/nº - Centro.

CEP: 78508.000 - Nova Guarita/MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.024630/2014-04.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23379/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-

mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/10/2018, às 16:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3479420** e o código CRC **474C84A1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 41850/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.024630/2014-04 - Nº SEI: 3479420

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Município:				UF:	
				CEP:	

Endereço:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Data de Envio:

29/10/2018 10:44:04

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radioaraguaia@hotmail.com
geanebbueno@hotmail.com
claudiagrunevald@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.024630/2014-04

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3479420.html
Nota_Tecnica_3478214.html
Anexo_3479462_ANEXO_V_RENOVACAO.pdf

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA

CNPJ: 03.100.760/0001-69

Rua Jacarandas, 04 – Centro – Nova Guarita – MT

Fone: (66) 3574-1250 / CEP: 78.508-000

E-mail: radio_araguaiang@hotmail.com

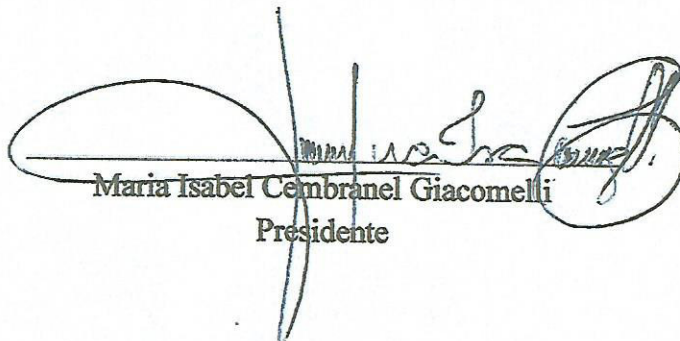
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA RÁDIO COMUNITÁRIA

Convidamos os senhores associados para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia (10) dez de novembro de (2018) dois mil e dezoito, na sede da entidade, situada na Rua Jacarandás nº 04 – Centro – Nova Guarita - MT, 19:00 horas em primeira convocação, com a presença de todos, com direito a voto, e em segunda votação, 1 (uma) hora após, com qualquer número, com a seguinte ordem do dia:

- a) Alteração do Estatuto.

Nova Guarita - MT, 25 de outubro de 2018.



Maria Isabel Cembranel Giacomelli
Presidente

ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE TERRA
NOVA DO NORTE - MT


Ref: Solicitação de registro e arquivamento da ALTERAÇÃO DO ESTATUTO
SOCIAL.

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA RÁDIO
COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ Nº 03.100.760/0001-89, situada na Rua Jacarandás
nº 04 – Centro – Nova Guarita- MT, por seu representante legal abaixo assinado, vem
requerer a Vossa Senhoria que seja efetuado o REGISTRO e ARQUIVAMENTO DO
ESTATUTO SOCIAL no livro de Pessoa Jurídica desta serventia, e informa que o
Estatuto anterior está registrado reg. nº R-109 AV-04, em 23 de maio de 2017.

Nestes termos,

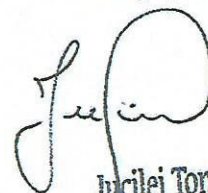
Pede Deferimento.

Nova Guarita, 14 de Novembro de 2018.


MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI
RG: 1812437-2
CPF: 758.596539-72
Presidente

Recebi os

34.11.2018



Jucilei Tonetti Hermann
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT



República Federativa do Brasil

COMARCA DE TERRA NOVA DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Privativo de Notas, Protesto de Títulos, Pessoas Jurídicas e Registro Civil

Av. Norberto Schwantes - 999 - Centro - Fone: (66) 3534-1035 - CEP: 78.505-000.

e-mail: 2oficiotnnorte@gmail.com

Rogério Campos Ferreira

TABELIÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi registrada na data de catorze de novembro do ano de dois mil e dezoito (14/11/2018), nesta Serventia de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, sob o nº 109 AV-10: Ata de Alteração Estatutária da Associação datada aos 10 de novembro de 2018, do CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS do município de Nova Guarita/MT, Radio Araguaia.

Terra Nova do Norte/MT, 14 de novembro de 2018.

Jucilei Tonetti Hermann
Escrevente Juramentada

Jucilei Tonetti Hermann
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT



2º Serviço Notarial e Registral de Terra Nova do Norte/MT

Av. Norberto Schwantes, 999, centro, CEP 78.505-000 - Fone: (66) 3534-1035 - Email: cartorio2norte@gmail.com

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

ATO DE NOTAS E REGISTROS

Cod. Ato(s): 180

BEM 55218 R\$ 41,56

Consulta: www.mt.gov.br/seios



**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - RADIO
ARAGUAIA 87,9 FM
ATA Nº 13
ATA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA
RADIO ARAGUAIA 87,9 FM
CNPJ Nº 03.100.760/0001-69**



Realizada ao décimo dia (10) dia do mês de novembro do ano de (2018) dois mil e dezoito, às 19:00 horas, na sede da Associação dos Amigos do Município de Nova Guarita - Radio Araguaia 87,9 FM, localizada na Rua Jacarandás nº 04 – Centro – Nova Guarita, estado de Mato Grosso.

CONVOCAÇÃO: Convoco os seus associados que subscrevem esta ata.

Tendo respeitado os termos do art. 40º da Portaria 4.334/2015 que trata das mudanças do Estatuto Social, a presidente declarou aberta a assembleia e apta a votar a alteração estatutária.

1 – Alteração do Estatuto.

A presidente Srª Maria Isabel Cembranel Giacomelli deu início a Assembléia cumprimentando os presentes e, apresentado a pauta da Assembleia: 1) Alteração do Estatuto, conforme Edital. A Presidente fez a leitura do Estatuto com as alterações, colocando em seguida em votação as alterações propostas, o qual teve aprovação unânime. O Estatuto aprovado ficou nos seguintes termos:

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, ADAPTANDO-SE A LEI 10.406/2002, ALTERADA PELA LEI 11.127/2005, ADEQUANDO-O AO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS DA CIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE, SOB O Nº DE REGISTRO R-109 AV-04, CONFORME ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2017, EM VISTA DAS ALTERAÇÕES E INCLUSÃO DE NOVOS ARTIGOS QUE PERMITEM UMA ATUALIZAÇÃO DO QUADRO ORGANIZACIONAL DA ENTIDADE, SUBMETIDO A DELIBERAÇÃO DOS ASSOCIADOS E TENDO SIDO APROVADO, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITOS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, RADIO ARAGUAIA 87,9 FM, fundada em 09/05/1999, com sede na Rua Jacarandás, 04 – Centro – Nova Guarita – MT, é uma entidade civil de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem finalidades econômicas.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, RADIO ARAGUAIA 87,9 FM tem por finalidade;

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

I – Contribuir com a luta pela democratização do direito da comunicação e da informação;

II – Explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, levantando informações e denúncias fundamentadas sobre assuntos de amplo interesse da comunidade;

III – Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais e regionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados à comunidade e seu interesse;

IV – Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observando a legislação vigente;

V – Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica às entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;

VI – Organizar arquivo público com registro sonoro, fotográfico e audiovisual de depoimentos colhidos na comunidade;

VII – Promover continuamente o debate incentivando projetos comunitários.

Art. 3º - Poderá associar-se gratuitamente a **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA, RADIO ARAGUAIA 87,9 FM**, pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade, bem como entidades legalmente instituídas e que tenha sede na mesma área, sem distinção de cor, sexo, raça ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS, DEVERES E ESPÉCIES.

SEÇÃO I

Seção I - Das espécies de associados

Art. 4º - Esta Organização terá as seguintes categorias de associados: Fundadores, Efetivos e Mantenedores.

§ 1º - São considerados Fundadores os associados signatários da Ata de fundação.

§ 2º - São considerados associados efetivos, Pessoas Físicas ou Jurídicas desde que resida no Município de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, e que ao dirigir até a Sede desta entidade, solicite sua inscrição no rol de associados, onde deva repassar todos os dados do mesmo, fica determinado que o direito de ingresso como associado a esta organização será obtida de forma gratuita na sua totalidade.

§ 3º - Mantenedores aqueles que por sua livre e espontânea vontade venha contribuir com valores com vistas à manutenção desta Organização

Art. 5º - Esta Organização Social será constituída por número ilimitado de associados, proibida, para a sua admissão, qualquer distinção em razão de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso.



Hecitor Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868



Art. 6º - São considerados como associados, todas as pessoas físicas e jurídicas, desde que legalmente constituídas, com residência ou sede neste Município, visando dar transparência, tendo para isso a Radio Araguaia FM adotado um registro de controle, através de uma ficha de cadastro padrão da Entidade, onde toda e qualquer pessoa da comunidade terá acesso à mesma, que terá enumeração, além de conter informações e dados pessoais da pessoa física ou da entidade que deseje ser associado, bastando ir à sede da associação e solicitar formalmente.



Art. 7º- São Direitos dos Associados:

I – Ter voz e voto nas Assembleias da entidade, podendo votar e ser votado para todos os cargos diretivos;

II – Ter direito de fazer denúncias fundamentadas, observando o interesse da comunidade;

III – Ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e colaboradores, mediante solicitação por escrito à Diretoria, salvo resguardo de informações de caráter pessoal e sigiloso, exceto se aprovado em reunião pela Diretoria;

IV – Será garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade;

V – Gozar de usufruto em eventuais serviços posteriormente criados pela Entidade.

Art. 8º - São Deveres dos Associados:

I – Concordar e seguir com os objetivos fundamentais da Entidade, buscando permanente integração nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social e as instruções aprovadas pelos conselhos e pelas assembleias;

II – Prestigiar, com a sua participação ou representação, eventos e atividades programadas, justificando por escrito o não comparecimento, principalmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam importantes para a continuidade dos trabalhos a atividades.

III - Zelar pelo aprimoramento sociocultural da RADCOM e de seus associados;

IV - Observar e cumprir os Estatutos,

V - Obedecer aos Regulamentos, Regimentos, Deliberações e Resoluções dos Órgãos desta Entidade;

VI - Comparecer às reuniões da Assembleia Geral para as quais forem convocados, salvo os associados sem direito a voto;

VII - Haver-se sempre com probidade, praticando o bem, a tolerância e a solidariedade humana;

VIII – Contribuir mensalmente ou anualmente conforme definição da Assembleia, com vista a colaborar na manutenção da referida organização.

SEÇÃO II

Da admissão e exclusão de Associados

Art. 9º- Poderão ser admitidos como Associados toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, capaz e em pleno gozo de seus direitos civis.

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Art. 10º - O pedido de admissão como associado será feito por meio de solicitação na recepção da entidade reiterando que tal pedido de admissão será obtida de forma gratuita.

Parágrafo Único - A admissão de sócio na qualidade de Benemérito dependerá da decisão da Assembleia Geral.



Art. 11º - O associado quando julgar procedente poderá pedir por escrito, à Diretoria, a sua demissão, que não poderá ser negado;

Art. 12º - Os Associados que não cumprirem com as determinações do presente Estatuto estarão sujeitos às seguintes penalidades: Advertência; Suspensão e Exclusão;

Art. 13º - As penas de Advertência, Suspensão ou Exclusão serão impostas pela Assembleia convocada para esta finalidade.

Art. 14º - Das penas impostas por Departamentos desta Organização, cabe recurso ou pedido de reconsideração à Diretoria Executiva ou à Assembleia Geral Extraordinária;

§ 1º - Das penas impostas pela Diretoria Executiva, cabe recurso à Assembleia Geral Extraordinária.

§ 2º - Cabe pedido de reconsideração à Assembleia Geral Extraordinária, das penas cuja competência originária seja de aplicação desse Órgão;

§ 3º - Das penalidades quer seja de suspensão ou exclusão sempre será resguardado o direito de ampla direito de defesa conforme previsto no código Civil.

§ 4º - A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure amplo direito de defesa, nos termos previstos deste Estatuto conforme o artigo 57 do Código Civil, sendo que da publicação da penalidade o Associado terá até 30 (Trinta) dias de prazo para proceder a referida defesa, sendo que tal defesa será analisada pela Assembleia Extraordinária convocada para esta finalidade, devendo a mesma acatar ou não, obtendo o voto da maioria simples.

Art. 15º - Considera-se falta grave ensejadora da aplicação da exclusão toda a falta praticada que cause prejuízo moral ou material a esta Entidade, afora as previstas neste Estatuto ou no Regimento Interno, independentemente de outras sanções legais cabíveis;

Art. 16º - Os membros associados da Entidade não respondem subsidiariamente, nem solidariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 17º - São órgãos da Associação Dos Amigos Do Município De Nova Guarita, Radio Araguaia 87,9 FM:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

IV - Conselho Comunitário.

Art. 18º - É vedada a remuneração dos membros de quaisquer dos órgãos da entidade, bem como a distribuição, sob qualquer forma ou pretexto, de superávit ou parcela do patrimônio aos seus Diretores, Mantenedores e Associados.

Art. 19º - A Entidade poderá ressarcir ou reembolsar os membros da Diretoria Executiva por despesas por eles efetuadas a serviço da entidade, mediante comprovação.



Título I – Da Assembleia Geral

Seção I

Disposições Gerais

Art. 20º - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação e fiscalização desta Entidade é constituída pelos Associados em dia com suas obrigações.

Art. 21º - A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a lei e o Estatuto, tem poderes para decidir, votar e tomar todas as resoluções de interesse da entidade que julgar conveniente à sua defesa, interesse ou desenvolvimento.

Subseção I

Convocação, Competência, Modo e Local

Art. 22º - A convocação da Assembleia Geral compete:

- I - Ao Diretor Presidente;
- II - A 2/3 da Diretoria;
- III - Ao Conselho Fiscal, pela maioria de seus membros;
- IV - A 1/5 (um quinto) dos associados que esteja ativo;

Art. 23º - A convocação far-se-á mediante Edital afixado na Sede da Entidade e nas demais unidades se assim houver, contendo local, data e hora da assembleia, ordem do dia, indicação da matéria, no caso da reforma do estatuto ou no caso de destituição da Diretoria Executiva.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (Quinze) e no máximo 30 (trinta) dias.

§ 2º - Independente das formalidades exigidas nesse artigo, será considerada regular a assembleia que se reunir em primeira convocação com a presença de a maioria simples dos associados.

Subseção II – Quórum de instalação

Art. 24º - Ressalvadas as exceções previstas nesse estatuto, a Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria simples de associados. E em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes.

Subseção III - Quórum Deliberativo

Art. 25º - As deliberações da Assembleia Geral, salvo os casos ressalvados no Artigo 22, Incisos I, II, III e IV, deste estatuto e na lei, serão tomadas por maioria simples dos votos, não se computando os votos nulos e as abstenções.

Parágrafo único - No caso de empate, o Presidente dará o voto de desempate.

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Seção II - Assembleia Geral Ordinária

Art. 26º - Reunir-se-á sempre entre o mês de Novembro e dezembro de cada ano, e será instalada para:

- I. Examinar, discutir e votar o Movimento Financeiro desta Organização, com o parecer do Conselho Fiscal;
- II. Eleger e dar Posse os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III. Decidir sobre outras matérias de sua competência originária ou, em grau de recurso, sobre o que lhe for requerido;
- IV. Resolver os casos omissos neste estatuto

Seção III - Assembleia Geral Extraordinária

Art. 27º - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que necessário e a ela compete:

- I. Instituir e reformar o Regimento Interno;
- II. Modificar no todo ou em parte o Estatuto Social, mediante o voto consensual de 2/3 dos presentes, obedecendo ao quórum estabelecido no Artigo 28;
- III. Decidir, mediante voto concorde de 2/3 dos presentes, a dissolução desta Organização, com observância do Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio, obedecendo ao quórum estabelecido no Artigo 28;
- IV. Destituir os membros da Diretoria Executiva, mediante o voto concorde de 2/3 dos presentes, obedecendo ao quórum estabelecido no Artigo 28;
- V. Autorizar a Diretoria Executiva adquirir, alienar ou gravar bens imóveis;
- VI. Autorizar a Diretoria Executiva a receber doações onerosas;
- VII. Estipular o valor das contribuições dos Associados segundo sua espécie;
- VIII. Autorizar a criação do Quadro de Pessoal com seus respectivos cargos e salários.
- IX. Deliberar sobre o suprimento de cargo em vacância dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, obedecendo ao que prescreve o Art. 29, Parágrafo Segundo;
- X. Definir sobre a extinção da entidade mediante o voto da maioria absoluta de associados.
- XI. Definir sobre exclusão de Associados.
- XII. Realizar alteração Estatutária.

Parágrafo único - Nos casos da destituição da Diretoria Executiva (Inciso IV), por irregularidades cometidas, a Assembleia Geral Extraordinária terá, obrigatoriamente, de solicitar uma auditoria nas contas da entidade, para informar o processo.

Art. 28º - A Assembleia Geral Extraordinária, regularmente convocada, nos termos da lei e do estatuto, para deliberar sobre as matérias contidas no Art. 27º, Incisos I, II, III e IV, somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos associados com direito a voto, podendo instalar-se em segunda convocação, após 30 minutos, com a presença de qualquer número dos associados com direito a voto, sendo necessário tomar válidas as decisões, em qualquer dos casos, os votos favoráveis conforme prescrito nas alíneas, quanto as demais matérias serão pelo voto de a maioria simples dos associados presentes.

Art. 29º - No caso de destituição da Diretoria Executiva, a Assembleia Geral Extraordinária convocará uma nova eleição em 30 (trinta) dias e nomeará uma comissão de três membros, no mínimo, para responder interinamente por esta Entidade, durante o período entre a destituição e a posse da nova Diretoria Executiva.



Título II - Da Administração

Seção I

Disposições Gerais à Administração

Art. 30º - A administração desta Entidade cabe à Diretoria Executiva, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, para um período de 04 (Quatro) anos, composta por 06 (Seis) membros, sendo: Presidente, Vice Presidente, Tesoureiro, Vice- Tesoureiro, Secretário-Geral, Vice-secretário.

1º - Aos membros da Diretoria Executiva é assegurada a reeleição por mais um Mandato tão somente.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva reunir-se-ão, ordinariamente, dentro da periodicidade que for determinada pelo Diretor Presidente, que dirigirá seus trabalhos e, extraordinariamente, sempre que este ou a maioria de seus membros convocarem a reunião.

§ 3º - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes à reunião, sendo necessário o comparecimento de, no mínimo, 03 (três) de seus Diretores para que as decisões tomadas sejam consideradas válidas.

§ 4º - Em caso de empate nas deliberações, prevalecerá o voto do Diretor Presidente.

§ 7º - É Vedado participar da Diretoria Executiva desta entidade, pessoas físicas que venham ocupar cargos públicos eletivos, cargos comissionados, dirigente de partidos, que seja dirigente de entidade detentoras de outorgas de Comunicação, Dirigentes de Entidade Religiosas, líder Eclesiástico ou que tenha processo julgado e transitado.

§ 8º - Todos os documentos que criem obrigações para Esta Entidade ou desonerem terceiros de obrigações para com a mesmidade sob pena de não produzirem efeitos contra esta Entidade, ser a assinados: por 02 (dois) diretores; ou por um Diretor e um Procurador; ou por dois Procuradores, observando quanto à nomeação de Procuradores o disposto no parágrafo seguinte.

§ 9º - As procurações outorgadas em nome desta Organização, para representação desta entidade junto aos órgãos Públicos ou entidades privadas deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores, e deveram ter duração máxima de 01(um) ano onde deva especificar expressamente a finalidade da referida procuração, sendo vedado de acordo com a Lei 9612/98 e portarias regulamentares, procuração com a finalidade de Gerência ou Administração desta entidade através de procuração. O Prazo previsto neste parágrafo, não se aplicará às procurações outorgadas a advogados para representação desta Entidade em processos judiciais ou administrativos.

§ 10º - Na Aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, quanto no recebimento de doações onerosas, após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, na forma como estabelecido neste Estatuto, bem como na locação de imóveis será sempre necessário a assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro diretor ou de um Procurador nomeado pelo Diretor Presidente.

§ 11º - É vedado aos Diretores e aos mandatários envolver esta Organização em negócios alheios aos objetivos sociais, bem como praticar atos de mera liberalidade.

§ 12º - A Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, poderá indicar e nomear para o cargo de Presidente de Honra, pessoa, Associada ou não, de reputação ilibada e reconhecida na promoção das causas sociais e humanitárias.

§ 13º - Ao Presidente de Honra é assegurado o direito de tomar parte nas discussões das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva, participar de programas e projetos e integrar grupos de trabalho e estudos, sem direito de voto.



Seção II -

Da Perda de Mandato, Renúncia E Substituições



Art. 31º - Os membros eleitos para compor a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal desta Organização sofrerão a perda de seus mandatos nas hipóteses de:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria desta Entidade;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce nesta Instituição;
- V. Conduta duvidosa.

§ 1º - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação por escrito, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, obedecendo ao que prescreve o Artigo 27.

Art. 32º - A qualquer tempo poderá o ocupante de cargo eletivo renunciar ao mandato para o qual foi designado, mediante prévia notificação por escrito, e com firma reconhecida, endereçada a Diretoria Executiva.

§ 1º - Na hipótese de renúncia do Presidente da Diretoria Executiva, a notificação, por escrito e com firma devidamente reconhecida, deverá ser encaminhada ao Vice-Diretor Presidente, para que este, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ciência, reúna a Diretoria Executiva para a tomada das providências necessárias.

§ 2º - Vagando o cargo de qualquer dos membros efetivos da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, procede-se, pelo Diretor Presidente, a convocação de uma assembleia extraordinária, no prazo previsto no parágrafo anterior, para eleição e posse do sucessor; não havendo sucessor, a assembleia que foi convocada para esse fim, terá a prerrogativa de eleger e dar posse, dentre os associados em dia com suas obrigações, um substituto para o cargo, salvo se esta ocorrer nos últimos três meses do mandato, em que deverá aguardar a realização da Assembleia Ordinária, que se dará a eleição e posse de toda Diretoria Executiva, ou em caso de renúncia coletiva da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, que se dará a eleição em Assembleia Geral Extraordinária, previamente convocada para este fim, será presidida da seguinte forma: -

§ 3º - Se a renúncia coletiva for da Diretoria Executiva, a assembleia será convocada e presidida pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por seu substituto legal.

§ 4º - Se for do Conselho Fiscal, a assembleia será convocada e presidida pelo Diretor Presidente ou por seu substituto legal.

Seção III - Da Competência da Diretoria Executiva

Art. 33º - Competirá a Diretoria Executiva em conjunto:

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868



- I. Dirigir esta Entidade em consonância com as disposições deste Estatuto e da Lei, bem como a administração de seu patrimônio;
- II. Elaborar Relatório Anual das atividades realizadas e principais metas alcançadas por parte desta Organização durante o exercício social findo e submetê-lo à apreciação da Assembleia Geral Ordinária;
- III. Supervisar a contabilidade geral desta Instituição, destinada ao levantamento, com base nos princípios gerais e Normas Brasileiras de Contabilidade e em atendimento ao disposto no artigo 70 da Constituição Federal, de balanço patrimonial, demonstração da aplicação de recursos e bens de origem pública, recebidos e demonstração do desempenho financeiro e contábil relativos ao exercício social findo, para serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária, acompanhados de parecer do Conselho Fiscal;
- IV. Propor o Plano de Ação Anual, para estabelecimento das diretrizes voltadas à consecução das finalidades pretendidas por parte desta Entidade no decorrer do exercício social subsequente, juntamente com a apresentação do Orçamento das receitas e despesas previstas para o período;
- V. Coordenar os planos estratégicos para dar publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, aos relatórios de atividades e as demonstrações financeiras desta Instituição acompanhados dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal e das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS e outros órgãos governamentais que julgarem necessárias;
- VI. Supervisar o cumprimento dos Planos de Ação e Orçamentário, aprovados em Assembleia Geral, bem como a instituir e cancelar programas, projetos ou serviços;
- VII. Deliberar, levado a apreciação da primeira Assembleia Geral, sobre medidas e providências de competência desta, mas que, devido ao caráter de urgência, não possam aguardar a sua convocação, sob pena de ocorrerem prejuízos irreparáveis aos interesses desta Entidade;
- VIII. Propor a definição de novas funções, atribuições e responsabilidades mediante a alteração do Regimento Interno, de acordo com as necessidades operacionais;
- IX. Requisitar, periodicamente, a prestação de contas das atividades realizadas pela Tesouraria;
- X. Instaurar procedimento interno para apurar a conduta dos Associados;
- XI. Criar após aprovação pela Assembleia Geral, o Quadro de Pessoal com seus respectivos Cargos e Salários, ficando sujeito ao que prescreve este Estatuto;
- XII. Contratar auditoria externa independente para verificação de contas nos casos exigidos por Lei, sobretudo no que se refere aos Termos de Parceria, ou em atendimento aos interesses desta Entidade.

Seção IV - Da Competência dos Diretores

Art. 34º - Caberá ao Presidente:

- I. A representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, especialmente para nomear procuradores e receber citação judicial;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o regimento interno, os regulamentos internos e as decisões emanadas da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais, em conjunto com os demais membros do Conselho Fiscal;
- III. Instituir ou suspender a execução de programas e projetos previstos no Plano de Ação, informando a Diretoria Executiva;
- IV. A contratação de serviços prestados por terceiros, quando necessários ao desenvolvimento das atividades e à consecução de suas finalidades, observado o disposto neste Estatuto, ao Regimento Interno e demais normas internas;
- V. Representar dignamente a Entidade e os seus Associados perante terceiros nos assuntos de interesse da Organização e praticar todos os demais atos que se fizeram necessários à boa administração em geral;
- VI. A prestação de contas a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, quando lhe for requisitado.
- VII. Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria Executiva e as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- VIII. Emitir os atos que se fizerem necessários para o bom funcionamento;

Hektor Luiz Ramos Marks
CAB/MT 20.868

- IX. Assinar os convênios, contratos, ajustes e demais documentos jurídicos que envolvam a responsabilidade desta Entidade;
- X. Admitir, promover, designar, licenciar, transferir, remover e dispensar empregados, bem como aplicar-lhe penalidades disciplinares;
- XI. Apresentar a Diretoria Executiva proposta orçamentária, o balanço geral, as prestações de contas periódicas e os relatórios de atividade;
- XII. Propor a Diretoria Executiva o regimento interno e suas alterações;
- XIII. Contratar a prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionadas com as atividades desta Entidade sendo prestadas por pessoas jurídicas, contábeis ou pessoas físicas sem vínculo empregatício quando previsto no Plano Anual de Trabalho.



Parágrafo único. Caberá ao Vice Presidente:

- I. Assessorar o Diretor Presidente em assuntos de sua competência;
- II. Substituir de forma legal o Diretor Presidente em sua ausência por mais de 30 dias, ou no seu impedimento.

Art. 35º – Caberá ao Secretário-Geral:

- I. Lavratura de atas, confecção de documentos, arquivos e despachos de documentos entre outros;
- II. A organização dos quadros sociais, do ponto de vista administrativo;
- III. O gerenciamento administrativo;
- IV. Representar dignamente esta entidade os seus Associados perante terceiros nos assuntos de interesse desta Instituição praticar todos os demais atos que se fizeram necessários à boa administração em geral.

Art. 36º – Caberá ao Tesoureiro;

- I. Desempenhar as funções que lhe forem atribuídos pela Diretoria Executiva;
- II. Representar dignamente Esta instituição e os seus associados perante terceiros nos assuntos de interesse da Entidade e praticar todos os demais atos que se fizerem necessários à boa administração em geral;
- III. Firmar, em conjunto com o Diretor Presidente, documentos que gerem direitos e obrigações para esta Organização, ou desonerem terceiros de obrigações para com a mesma, tais como: abertura e movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques ou títulos, aplicações financeiras de recursos disponíveis e contratação de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, os quais deverão, sob pena de não produzirem efeitos perante esta Organização.

Art. 37º – Caberá ao Diretor de Operações:

- I – Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II – Implementar e supervisionar a programação da Rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 38º – Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- I – Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- II – Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente, a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade, bem como os documentos de leitura obrigatória como este Estatuto, regimentos e outros.

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Art. 39º - O Quórum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de 04 (quatro) membros (50% mais um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião ordinária onde, tentar-se-á a solução do impasse.



Título III - Conselho Fiscal

Art. 40º- O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização dos atos da Diretoria Executiva e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes eleitos juntamente com a Diretoria Executiva, pela Assembleia Geral Ordinária, para um mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será regido pelas disposições contidas nos Arts. 1066 a 1070 do Código Civil, além de outras atribuições contidas neste Estatuto.

Art. 41º - O Conselho Fiscal, elegerá, em sua primeira reunião, o seu presidente e o secretário, para um mandato igual a 04 anos permitindo uma única reeleição dos mesmos.

Art. 42º - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

§1º - Ordinariamente, pelo menos semestralmente, e;

§2º - Extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir.

§3º - As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por quaisquer de seus membros, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, quando será informado o dia, a hora e o local da reunião bem como, resumidamente, a ordem do dia.

§4º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria de votos dos seus membros.

§5º - Quando houver necessidade, a convite, os membros suplentes poderão participar de reunião do Conselho, podendo votar nas matérias em pauta.

Art. 43º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar a administração econômica, financeira e contábil, a gestão patrimonial e monitorar os procedimentos financeiros e controles internos da organização, sugerindo ações e diretrizes de atuação à Diretoria Executiva;
- II. Examinar os livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira, devendo os administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas;
- III. Lavrar no livro de atas e pareceres do conselho fiscal o resultado dos exames referidos no inciso "b" deste artigo e exarar no mesmo livro e apresentar à assembleia anual dos Associados parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- IV. Denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem;
- V. Convocar a assembleia dos Associados se os órgãos responsáveis por fazê-lo retardarem por mais de trinta dias a sua convocação anual;
- VI. Praticar, durante o período da liquidação da sociedade, os atos a que se refere este artigo, tendo em vista as disposições especiais reguladoras da liquidação.
- VII. Recomendar auditoria externa independente e pronunciar-se sobre o relatório de auditoria anual, assegurando o correto cumprimento de práticas financeiras e contábeis pela organização.

Título III - Do Conselho Comunitário

Petição (3623806)

SEI 01250.070094/2018-32 / pg. 14

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Art. 44º - O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.



§ 1º - A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 2º - Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º - As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 4º - Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho. Portaria 4334/2015

Art. 45º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios;

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 46º - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 47º - O mandato do Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria.

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

Art. 48º - As eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, tanto efetivo, quanto suplente, serão realizadas simultaneamente, a cada 04 (Quatro) anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim, respeitando-se o prazo preceituado no Artigo 49.

Art. 49º - O edital de convocação para a Assembleia Geral Ordinária referida no artigo anterior deverá ser fixado na sede desta Organização, com antecedência mínima de 15 (Quinze) dias e máxima de 30 (trinta) dias para a data de sua realização, no qual deverá constar a data, horário e local da votação em assembleia.

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 58º - A prestação de contas desta Instituição observará:

I - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - A publicidade por qualquer meio eficaz, ao final de cada exercício social, aos relatórios de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS, ao FGTS, tributos federais, estaduais e municipais, colocando-os à disposição de qualquer cidadão, inclusive na internet;

III - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes quando exigido por Lei, da aplicação dos eventuais recursos provenientes de Termo de Parceria, conforme disciplinado em seu Regimento Interno.

Art. 59º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será realizada conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, APLICAÇÃO DE EXCEDENTES OPERACIONAIS E PRÁTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.

Art. 60º - Durante o desenvolvimento de suas atividades e para a persecução de suas finalidades, esta Instituição observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, sendo-lhe vedada qualquer prática que importe em discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 61º - Esta Organização não remunera, sob qualquer forma, os membros eleitos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e nem fará divisão de lucros a seus Associados.

Art. 62º - Esta Entidade adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, que coíbam a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência do sistema de participação nos processos decisórios adotado.

§ 1º - Todas as determinações previstas neste Estatuto irão se efetivando dentro da medida de suas possibilidades, isto é, de acordo com a entrada de recursos. Quando realizadas, não terão qualquer distribuição de lucros, seja a que título for, uma vez que não serão compreendidos como lucros os preços e taxas que se destinem ao cumprimento das obrigações contraídas para manutenção dos serviços e ao fundo de reserva para incremento do patrimônio desta Entidade.

§ 2º - Esta Organização terá um Regimento Interno que, aprovado nos termos previstos pelo presente Estatuto, disciplinará o seu funcionamento, assim como o procedimento para contratação de obras e serviços, compras e o emprego de recursos provenientes do Poder Público, na forma do art. 14 da Lei nº 9.790/99.

§ 3º - Em busca do cumprimento de suas finalidades, esta Instituição se organizará em entidade de prestação de serviços em benefícios de seus Associados, bem como estabelecer marca ou nome fantasia para seus diferentes projetos e programas, respeitadas as disposições estatutárias e a legislação vigente.

CAPÍTULO IX

DA REFORMA ESTATUTÁRIA



Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Art. 63º - O presente Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, desde que comprovadamente necessária, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados em dia com suas obrigações sociais.



CAPÍTULO X

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 64º - Os servidores desta Entidade, regidos pela legislação trabalhista, devem integrar quadro próprio, aprovado pela Diretoria Executiva;

Art. 65º - Os servidores estão sujeitos às penas disciplinares de advertência verbal, advertência escrita, suspensão até 30 dias e demissão, em razão da violação de obrigação funcional.

§ 1º - Na aplicação das penas indicadas neste artigo devem ser observadas as seguintes normas:

- I. A advertência verbal ou escrita rege-se pelo disposto neste Estatuto, cabendo sua aplicação ao Presidente ou ao Diretor de Divisão, sob cujas ordens trabalhar o servidor, no momento da infração;
- II. A suspensão é aplicável:
- III. Até 05 dias, por Diretor de Divisão, a infrator já punido com advertência escrita, ainda que se trate de violação leve de obrigação funcional;
- IV. Até 10 dias, por Coordenador de Departamento, ao autor de violação grave de obrigação funcional, mesmo que ainda não punido com advertência escrita;
- V. Até 30 dias, pelo Presidente desta Organização, ao autor de violação grave de obrigação funcional, já punido com advertência escrita ou suspensão de até 10 dias.
- VI. A demissão, por ato do Presidente desta Instituição, nos casos previstos na legislação do trabalho.

§ 2º - Consideram-se obrigações funcionais as que decorrem de contrato de trabalho, do presente Estatuto, da legislação trabalhista e das normas baixadas pela Diretoria Executiva da entidade.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao poder disciplinar do Presidente do Conselho Fiscal, quanto aos servidores a serviço desses órgãos, salvo se preferirem representar ao Presidente desta Instituição para a imposição das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO XI

DA PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 66º - Os atos da Diretoria Executiva devem ser publicados em "Boletim Oficial desta entidade", e afixados em "Quadro de Avisos" colocado na Portaria da sede social, sem prejuízo da publicação pela imprensa, quando exigido em lei ou por este Estatuto.

§ 1º - Pela afixação no "Quadro de Avisos" são feitas as intimações, a Entidade e servidores, dos atos que lhe disserem respeito, observada a ressalva da parte final do "caput" deste artigo.

Art. 67º - Enquanto não for iniciada a edição do boletim a que se refere este artigo, a publicidade desta Organização considera-se feita com a afixação dos atos no "Quadro de Avisos" de que tratam o mesmo artigo, ressalvados os casos em que for exigida publicação pela imprensa.

Capítulo XII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Art. 68º - Caberá a Assembleia de Fundadores, elegerem uma Diretoria provisória com mandato de um ano, cabendo a essa Diretoria:

I – Registrar o presente Estatuto, na forma da lei;

II – Estabelecer um plano de metas para os primeiros três anos de existência da Entidade.



CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69º - Aplica-se aos Associados ou aos Diretores e Gerentes, nos casos omissos no presente Estatuto, as disposições contidas na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além de outras contidas em legislações esparsas que não sejam incompatíveis.

Art. 70º - A contabilidade da Associação será feita de acordo com as leis e normas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em ordem e em dia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para tanto, a Associação deverá ter os livros e registros necessários ou exigidos por lei;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Exercício social coincidirá com o ano civil findo o qual, serão elaborados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício.

Art. 71º - A Entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes

Art. 72º - Toda e qualquer mudança neste Estatuto, só surtirá efeito após homologação em Assembleia Geral com a participação de todos os órgãos desta Entidade, nos moldes do artigo 21º deste Estatuto.

Art. 73º - Aprovado este Estatuto pela Assembleia Geral, o mesmo será averbado no Cartório de Pessoas Jurídicas de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, entrando em vigor na data de sua aprovação.

Art. 74º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável.

Art. 75º - Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, para dirimir eventuais divergências neste Estatuto.

Art. 76º - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia Extraordinária realizada no dia 10 do mês de novembro do ano de 2018, e entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar a presente Ata foi lavrada e aprovada. Após a apuração da eleição e assinada pelos membros da Diretoria, conforme segue;


Maria Isabel Cembranel Giacomelli
CPF 758.596539-72
Presidente


Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868



Edson Gonzaga Ribeiro
CPF: 659.919.589-04
Vice-Presidente





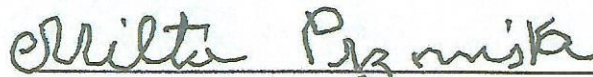
Rosângela Peccinini Lazaretti
CPF: 535.854.611-15
Secretária



CLARA DE SOUZA BALESTRIN
CPF: 899.549.801-30
Vice-Secretária

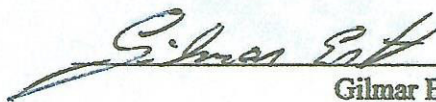


Rubem Grunevald
CPF: 223.016.230-68
Tesoureiro



Milton Przniska
CPF: 296.076.639-34
Vice-Tesoureiro

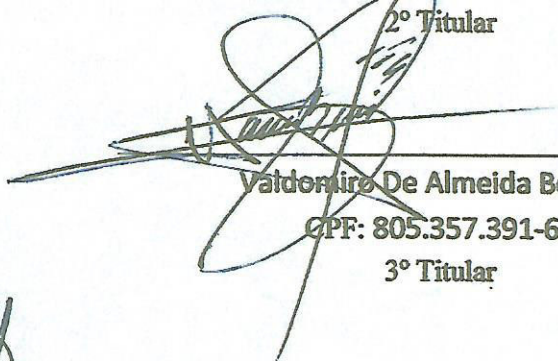
Conselho Fiscal:



Gilmar ERTT
CPF: 879.015+011-20
1º titular



Ronaldo De Freitas
CPF: 928.159.101-44
2º Titular



Valdomiro De Almeida Bomfim
CPF: 805.357.391-68
3º Titular




Rector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

Neri Carlos Dalabrida

Neri Carlos Dalabrida

CPF: 190.374.14087

1º Suplente

Gervasio Gasi Petri

Gervasio Petri

CPF: 345.874.200-00

2º Suplente

Expedito P. Lopes

Expedito Pereira Lopes

CPF: 142.285.481-72

3º Suplente

Demais associados presentes na reunião:

Volnei José Soares
e Ai dos Santos

Neldi Emma Dalabrida
Kelvin Ariel Gianomelli



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE TERRA NOVA DO NORTE - MT.

Reg.Nº. R-109 AV-10

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS.

Terra Nova do Norte, 14 de 11 de 20 18

[Assinatura]
REGISTRADOR
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Jucilei Tonetti Hermann
ESCREVENTE JURAMENTADA
TERRA NOVA DO NORTE - MT



[Assinatura]

Hector Luiz Ramos Marks
OAB/MT 20.868

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA .			
Nome Fantasia:	RADIO ARAGUAIA	CNPJ:	03.100.760/0001-69 .	
Endereço de Sede:	RUA DOS JACARANDAS – 04 .			
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP: 78508-000 .
Nome do representante legal:	MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI			
Endereço eletrônico (e-mail):	bel_giacomelli@hotmail.com			

Endereço de Correspondência:	RUA DOS JACARANDAS – 04 .			
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP: 78508-000 .

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA DOS JACARANDAS – 04- CENTRO .			
Município:	NOVA GUARITA .	UF:	MT	CEP: 78508-000 .
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	10 ° 18 ' 54 " S .		
	Longitude:	55° 24 ' 36 " W .		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

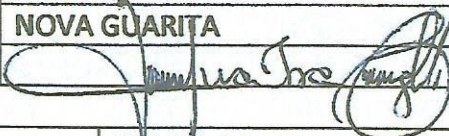
VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;


IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;


X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

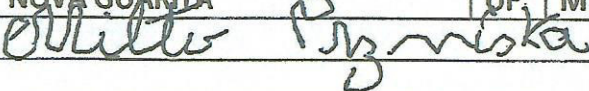
XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

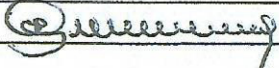
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

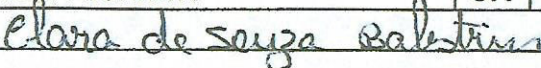
Nome do dirigente:	MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI				
Cargo:	PRESIDENTE			Tít. Eleitor:	016387291856
RG:	1812437-2	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	758.596539-72
Endereço:	AVENIDA DOS MIGRANTES				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

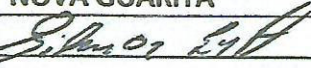
Nome do dirigente:	EDSON GONZAGA RIBEIRO				
Cargo:	VICE-PRESIDENTE			Tít. Eleitor:	018800091821
RG:	3.908.368-0	Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	659.919.589-04
Endereço:	AVENIDA DOS MIGRANTES				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	RUBEM GRUNEVALD				
Cargo:	TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	006059381848
RG:	3001715519	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	223.016.230-68
Endereço:	RODOVIA MT 208, KM 50, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	MILTON PRZNISKA				
Cargo:	VICE-TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	006828051813
RG:	712519	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	296.076.639-34
Endereço:	RUA DAS SAMAMBAIAS, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ROSANGELA PECCININI LAZARETTI				
Cargo:	SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	012469161856
RG:	0837210-1	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	535.854.611-15
Endereço:	RUA DAS ORQUIDEAS, Nº 375				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	CLARA DE SOUZA BALESTRIN				
Cargo:	VICE-SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	014412031899
RG:	965539	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	899.549.801-30
Endereço:	RUA DAS GOIABEIRAS, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	GILMAR ERTT				
Cargo:	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR			Tit. Eleitor:	014412181872
RG:	12775377	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	879.015.011-20
Endereço:	AVENIDA DOS MIGRANTES, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

ANEXO 7
COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA .				
Nome Fantasia:	RADIO ARAGUAIA	CNPJ:	03.100.760/0001-69 .		
Endereço de Sede:	RUA DOS JACARANDAS – 04 – CENTRO .				
Município:	NOVA GUARITA .	UF:	MT	CEP:	78508-000 .
Nome do representante legal:	MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI				
Endereço eletrônico (e-mail):	bel_giacomelli@hotmail.com				

Endereço de Correspondência:	RUA DOS JACARANDAS – 04 – CENTRO .				
Município:	NOVA GUARITA .	UF:	MT	CEP:	78508-000 .

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem, por intermédio de seu representante legal, comunicar a realização das alterações assinaladas abaixo e consolidá-las mediante apresentação da documentação necessária.

	Alteração	Documentos
()	Quadro diretivo	Ata de eleição registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes. Declaração, firmada por cada um dos dirigentes, indicando que residem na área da comunidade atendida, com os respectivos endereços de domicílio.
(X)	Estatuto Social	Cópia do estatuto social consolidado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
()	Composição do Conselho Comunitário	Termo de posse do novo Conselho com a indicação e qualificação de todos os conselheiros e das entidades que representam, acompanhado do CNPJ atualizado de cada uma dessas entidades.
()	Razão Social / Nome Fantasia	Cópia do estatuto social consolidado e registrado junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, acompanhado do CNPJ atualizado.

(INCLUIR APENAS QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO DO QUADRO DIRETIVO)

Com vistas à instrução da presente proposta, **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

II - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

IV - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

V - a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

VI - a entidade não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento.

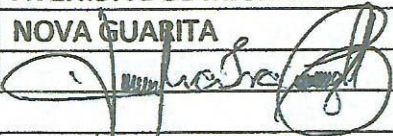
QUADRO DIRETIVO ANTERIOR		
NOMES	CARGOS	CPF

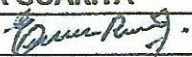
QUADRO DIRETIVO ATUAL		
NOMES	CARGOS	CPF

(INCLUIR APENAS QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO			
NOME	ENTIDADE	CARGO	CPF

(QUALQUER ALTERAÇÃO DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DA IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DE TODOS OS DIRIGENTES)

Nome do dirigente:		MARIA ISABEL CEMBRANEL GIACOMELLI			
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	016387291856
RG:	1812437-2	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	758.596539-72
Endereço:	AVENIDA DOS MIGRANTES				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					


Nome do dirigente:		EDSON GONZAGA RIBEIRO			
Cargo:	VICE-PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	018800091821
RG:	3.908.368-0	Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	659.919.589-04
Endereço:	AVENIDA DOS MIGRANTES				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	RUBEM GRUNEVALD				
Cargo:	TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	006059381848
RG:	3001715519	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	223.016.230-68
Endereço:	RODOVIA MT 208, KM 50, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>				


Nome do dirigente:	MILTON PRZNISKA				
Cargo:	VICE-TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	006828051813
RG:	712519	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	296.076.639-34
Endereço:	RUA DAS SAMAMBAIAS, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>				

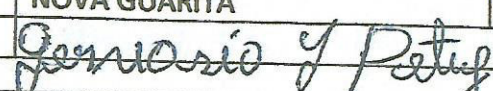
Nome do dirigente:	ROSANGELA PECCININI LAZARETTI				
Cargo:	SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	012469161856
RG:	0837210-1	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	535.854.611-15
Endereço:	RUA DAS ORQUIDEAS, Nº 375				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>				


Nome do dirigente:	CLARA DE SOUZA BALESTRIN				
Cargo:	VICE-SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	014412031899
RG:	965539	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	899.549.801-30
Endereço:	RUA DAS GOIABEIRAS, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>				

Nome do dirigente:	RONALDO DE FREITAS				
Cargo:	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR			Tit. Eleitor:	018790501805
RG:	1379433-7	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	928.159.101-44
Endereço:	COMUNIDADE SÃO PEDRO				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78.508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	VALDOMIRO DE ALMEIDA BOMFIM				
Cargo:	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR			Tit. Eleitor:	017191771872
RG:	965222	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	805.357.391-68
Endereço:	RUA DAS PITANGUEIRAS, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	NERI CARLOS DALABRIDA				
Cargo:	SUPLENTE			Tit. Eleitor:	006626271805
RG:	2011140908	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	190.374.14087
Endereço:	RODOVIA MT 208, KM 50, S/N				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	GERVASIO PETRI				
Cargo:	SUPLENTE			Tit. Eleitor:	005890401830
RG:	1006977118	Órgão Emissor:	SSP/RS	CPF:	345.874.200-00
Endereço:					
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78508-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	EXPEDITO PEREIRA LOPES				
Cargo:	SUPLENTE			Tit. Eleitor:	014948861899
RG:	035238	Órgão Emissor:	SSP/MT	CPF:	142.285.481-72
Endereço:	RUA DOS CAJUEIROS, Nº 156				
Município:	NOVA GUARITA	UF:	MT	CEP:	78508-000
Assinatura:					

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03100760/0001-69
Razão Social: EMPRESA CADASTRADA VIA GUIA SIMPLIFICADA
Endereço: CADASTRAMENTO GUIA SIMPLIFICADA / GUIA SIMPLIFICADA / / / 0-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/11/2018 a 19/12/2018

Certificação Número: 2018112004281774921641

Informação obtida em 22/11/2018, às 17:40:10.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA
CNPJ: 03.100.760/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:18:21 do dia 27/11/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/05/2019.

Código de controle da certidão: **FC29.9977.C022.7D9B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/EmiteCerti...> 27/11/2018



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO N.º: 4166167

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuições de ações criminais e cíveis do 1º Grau de Jurisdição, no período de **2 ANOS, NÃO CONSTAM** ações MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA**, portador do CNPJ 03.100.760/0001-69, até a data de 27/11/2018.

OBSERVAÇÕES:

As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser contida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: sec.fmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade da 1ª grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3 (três) meses após sua expedição.

Carla
Carla Giacelen Garcia
DELEGADA GERAL DE JUSTIÇA
MAT. 10.663





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.024630/2014 Localidade / UF: NOVA GUARITA/MT
Entidade ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Rubem Gruneval	223.016.230-68	Tesoureiro	08/05/2017 08/05/2019	
Edson Gonzaga Ribeiro	659.919.589-04	Vice-Presidente	08/05/2017 08/05/2019	
Maria Isabel Cembranel	758.596.539-72	Presidente	08/05/2017 08/05/2017	
Clara de Souza Balestrin	899.549.801-30	2º Secretário	08/05/2017 08/05/2019	
Milton Przniska	296.076.639-34	2º Tesoureiro	08/05/2017 08/05/2019	
Rosangela Peccinini Lazaretti	535.854.611-15	Secretário	08/05/2017 08/05/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

VOLUME DE PROCESSO DIGITALIZADO:

- Requerimento solicitando renovação: fl.1 evento SEI 0264156 e fls.21 a 23 evento SEI 3623806 Proc:01250.070094/2018-32.
- Declaração parâmetros técnicos: fl.2 evento SEI 1916782-Proc:01250.031289/2017-86.
- Certidão negativa Anatel: fl.1 evento SEI 3478405.
- CNPJ valido e atual: fl.1 evento SEI 3478355.
- Cópia Estatuto Social registrado: fls.2 a 20 evento SEI 3623806-Proc:01250.070094/2018-32.
- Ata eleição diretoria registrada: fls.10 a 11 evento SEI 1916782-Proc:01250.031289/2017-86.
- Relatório Conselho Comunitário: fls.62 a 66 evento SEI 1916782-Proc:01250.031289/2017-86.
- RG e CPF dos diretores: fls.12,17,24,29,33,37 evento SEI 1916782-Proc:01250.031289/2017-86.
- Entidade sem vínculo político, religioso e outros.
- NADA CONSTA contra seus dirigentes no TRF1-MT - Jurisdição de SINOP, bem como, na Justiça Estadual do Estado do Mato Grosso.

URSC/TADEU/Florianópolis
30/11/2018.

Tadeu Rosa

Data de Envio:

30/11/2018 10:12:01

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

lilian.misquita@mctic.gov.br

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Proc.53900.024630/2014-04- Informação sobre existência de Pai.

Mensagem:

MEM_RENOVACAO.PAI_RCOM_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 53900024630/2014-04.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita/MT, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,
Tadeu/URSC.

Sistemas
Interativos

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MT
Município: Nova Guarita
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Nova Guarita
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA
Nome Fantasia:
Logradouro: AVENIDA DOS IMIGRANTES, S/N - CENTRO
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 03.100.760/0001-69
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03100760000169

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 78508000
Número: .
Município: Nova Guarita
Telefone:

Logradouro: AVENIDA DOS IMIGRANTES, S/N - CENTRO
Complemento:
Distrito: Nova Guarita

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Estado: MT

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 78508000
Número: S/N
Município: Nova Guarita
Telefone:

Logradouro: AVENIDA DOS IMIGRANTES
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Bairro: CENTRO
Estado: MT

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

**Data Publicação
Contrato/Convênio:** 16/11/2004

Data Limite Instalação:**Número do Processo:** 536900003501999**Fistel:** 50011927909**Caixa:****Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	140		Portaria	MC	19/02/2002	28/02/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	28936		ATO	SCM	06/09/2002	10/09/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	974		Decreto Legislativo	CN	12/11/2004	16/11/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	49340		ATO	SCM	24/02/2005	28/02/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO MUNICIPIO DE NOVA GUARITA -
CNPJ/CPF(03.100.760/0001-69)

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não
bloqueada\)](#)

Município/UF: NOVA GUARITA/MT

Canal: 200

Indicativo: ZYL668

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

22:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Prezado(a) responsável

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Nova Guarita/MT.

At.te,

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 30 de novembro de 2018 10:12:02

Assunto: Proc.[53900.024630](#)/2014-04- Informações sobre existência de Pai.

MEM_RENOVACAO.PAI_RCOM_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 53900024630/2014-04.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita/MT, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,
Tadeu/URSC.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Florianópolis.

NOTA TÉCNICA Nº 26682/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, na localidade de **Nova Guarita**, estado do **Mato Grosso**, por meio da Portaria nº **140**, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28/02/2002, e Decreto Legislativo nº **974**, publicado no DOU de 16/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 16/11/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 23/10/2014, à fl. 1, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE

Associação de Amigos do Município de Nova Guarita.

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Maria Isabel Cembranel Giacomelli.
 Vice- Presidente: Edson Gonzaga Ribeiro.
 Tesoureiro: Rubem Gruneval.
 Vice- Tesoureiro: Milton Przniska.
 1ª Secretária: Rosangela Peccinini Lazaretti.
 2ª Secretária: Clara de Souza Balestrin.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl.1 evento SEI 0264156 e fls.21 e 23 evento SEI 3623806 - Proc:01250.070094/2018-32.
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	SIM.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.2 a 20 evento SEI 3623806 Proc: 01250.070094/2018-32.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.10 e 11 evento SEI 1916782 Proc: 01250.031289/2017-86.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	fls.12. 17, 24, 29,33e 37 evento SEI 1916782- Proc:01250.031289/2017-86.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls.62 a 66 evento SEI 1916782 Proc:01250.031289/2017-86.
	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em	

6	conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl.2 evento SEI 1916782 Proc: 01250.031289/2017-86.
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	fl.1 evento SEI 3478355.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	fl.1 evento SEI 3478405.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	fl.30 evento SEI 3623806 Proc: 01250.070094/2018-32.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	fl.31 evento SEI 3623806 Proc: 01250.070094/2018-32.
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	fl.1 evento SEI 3478483.
9	Relatório de apuração de infrações.	fls.1 e 2 evento SEI 3640354 CGFI.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal (**TRF1 - MT**) e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (**SINOP**), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, conforme revelam os eventos SEI 3478836, 3478860, 3478882, 3478896, 3478973, 3478984, 3479008, 3479057, 3479081, 3479093, 3479122 e 3479143 -Natureza: Criminal e Eleitoral.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o processo nº 53900.024630/2014-04, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta

dos processos nº 53690.000350/1999-61 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 03/12/2018, às 11:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/12/2018, às 13:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 13/12/2018, às 01:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Secretário de Radiodifusão, Substituto**, em 19/12/2018, às 17:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3640908** e o código CRC **DA864928**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.024630/2014-04**

Entidade: **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 26682/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI 3640908), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Nova Guarita/MT, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/12/2018, às 08:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3713943** e o código CRC **3407C68D**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o processo nº 53900.024630/2014-04, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000350/1999-61 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



PORTARIA Nº 6642/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000350/1999-61 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 27/12/2018, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3717352** e o código CRC **DB040F41**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o processo nº 53900.024630/2014-04, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 27/12/2018, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3717557** e o código CRC **C2F6906B**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/12/2018 16:41:30
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Cristiane Babilônia de Melo
Ofício: 5120535
Data prevista de publicação: 31/12/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11359868	PORT 6642.rtf	55340bdbef5960bc 5770ec3e19685245	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFÍCIO			6,00	R\$ 198,24

PORTARIA Nº 6.638-SEI, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000843/1998 e nº 53900.041509/2015-10, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de novembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente, CNPJ nº 02.451.018/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Belo Oriente, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.639-SEI, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002050/1998 e nº 53900.011830/2015-70, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Avanhandava, CNPJ nº 02.583.376/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Avanhandava, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.642-SEI, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53690.000350/1999-61 e nº 53900.024630/2014-04, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.644-SEI, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004681/2003 e nº 53900.050325/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de outubro de 2016, a autorização outorgada à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação, CNPJ nº 05.102.846/0001-56, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Herval, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.657, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.040644/2018-99, de 18 de julho de 2018, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Digistar Telecomunicações S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.004.730/0001-59, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Concentrador de linha de assinantes.
Modelos: CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1408-AC; CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1408-DC; CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1408-ACDC; CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1404-AC; CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1404-DC; CONCENTRADOR DIGISTAR DOLT 1404-ACDC.

Produto 2: Modem para rede com fio com porta de acesso óptico.
Modelo: MODEM ÓPTICO DIGISTAR GPON ONT GRG-21000R.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.707, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o ajuste de classe e de grupo de enquadramento das outorgas que não foram adequadamente migradas do antigo Sistema de Controle de Radiodifusão para o atual Sistema Mosaico, mantidas as mesmas características técnicas em relação à área de cobertura já autorizada por ato ministerial.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e na Portaria nº 231, de 7 de agosto de 2013, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 4579/2018/SEI/ORLE/SOR-ANATEL, constante do processo nº 01250.030904/2018-18, encaminhado pela Agência Nacional de Telecomunicações, que versa sobre divergências e inconsistências encontradas no

cadastro de algumas estações quando da migração dos dados do antigo Sistema de Controle de Radiodifusão para o atual sistema Mosaico;

CONSIDERANDO que a inconsistência de dados gerada pela alteração/atualização dos sistemas vem trazendo um grande transtorno para as emissoras de radiodifusão, tendo em vista que elas não podem efetuar alterações necessárias em suas estações até que o problema seja devidamente solucionado;

CONSIDERANDO que o sistema Mosaico substituiu o antigo Sistema de Controle de Radiodifusão, que está descontinuado e atualmente serve apenas como base de consulta;

CONSIDERANDO que será necessário o ajuste de classe e de grupo de enquadramento no cadastro das emissoras, mas que isso não alterará a área de cobertura real e as características técnicas já autorizadas por ato ministerial; e

CONSIDERANDO que os ajustes se darão por força da evolução tecnológica dos sistemas, motivo alheio à vontade das emissoras afetadas,; resolve:

Art. 1º Autorizar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a realizar o ajuste de classe e de grupo de enquadramento, no sistema Mosaico, das outorgas que não foram adequadamente migradas do antigo Sistema de Controle de Radiodifusão para o atual sistema, em virtude da inconsistência tecnológica entre ambos.

Art. 2º No ajuste de classe e de grupo de enquadramento, aludido no artigo anterior, não incidirá o pagamento de que trata o art. 11 da Portaria nº 231, de 2013, do extinto Ministério das Comunicações, pois não serão alteradas a área de cobertura real e as características técnicas já autorizadas para operação.

Art. 3ºA Anatel efetivará as alterações necessárias nos Planos Básicos de Distribuição de Canais, após validação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. As alterações efetivadas, nos termos do caput, serão registradas e publicadas em lista, contendo o resumo dos ajustes realizados em relação aos dados anteriormente cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão e as devidas correspondências com os novos dados cadastrados no sistema Mosaico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.729, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo V da Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO a Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, que alterou os Anexos I, II, IV, V e VIII da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo V da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, que passa a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO I			
UNIDADE	QTD	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE / DAS / FG / FCPE
	4	Assessor Especial	DAS 102.5
	8	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	92		FG-1
	57		FG-2
	44		FG-3
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	4	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Ouvidoria	1	Ouvidor	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Cerimonial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Assessoria de Assuntos Parlamentares	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Bens Sensíveis	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBSECRETARIA DE CONSELHOS E COMISSÕES	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.024630/2014-04.**

Entidade: **Associação de Amigos do Município de Nova Guarita.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Tendo em vista a alteração na Pasta Ministerial, encaminho a minuta da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2019, às 21:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 12:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/05/2019, às 20:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4036283** e o código CRC **A3F118BF**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024630/2014-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, inscrita no CNPJ nº 03.100.760/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26682/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6642, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 4036283

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.024630/2014-04

Referência:

Interessado: Associação de Amigos do Município de Nova Guarita.

Assunto:

Trata-se de minuta de exposição de motivos que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, CNPJ nº 03.100.760/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado do Mato Grosso.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Brasília, 26 de julho de 2019.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 31/07/2019, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4446112** e o código CRC **9C69BD66**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.024630/2014-04

SEI nº 4446112

Brasília, 21 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024630/2014-04, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº 03.100.760/0001-69, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Guarita, estado de Mato Grosso, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 26682/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6642, de 27 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40554/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.024630/2014-04.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 22/10/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4769390** e o código CRC **7262608E**.